

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Letras

Hyléa Vale Ramalho

**Aspectos Semântico-Sintáticos das Estruturas Ergativas
no Português Brasileiro**

Rio de Janeiro
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

HYLÉA VALE RAMALHO

**ASPECTOS SEMÂNTICO-SINTÁTICOS DAS ESTRUTURAS ERGATIVAS NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

ORIENTADOR: Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo

RIO DE JANEIRO
2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

R165 Ramalho, Hyléa Vale.
Aspectos semântico-sintáticos das estruturas ergativas no português brasileiro / Hyléa Vale Ramalho. – 2008.
174 f. : il.

Orientador : José Carlos Santos de Azeredo.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – Semântica – Teses . 2. Língua portuguesa -
Sintaxe - Teses. 3. Língua portuguesa - Verbos – Teses. I. Azeredo,
José Carlos Santos de . II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-541.2

Hyléa Vale Ramalho

**Aspectos semântico-sintáticos das estruturas ergativas
no português brasileiro**

Aprovada em 16 de janeiro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo [orientador]
Prof^a Dr^a. Jussara Abraçado [UFF]
Prof. Dr. Cláudio Cezar Henriques [UERJ]

Suplentes

Prof. Dr. Ricardo Stavola Cavaliere [suplente – UFF]
Prof^a Dr^a Maria Cristina Lírio Gurgel [suplente – UERJ]

Rio de Janeiro
2008

Ao pesquisador Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo, pela maneira estimuladora de compartilhar o conhecimento e pela minuciosa orientação no curso desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A Deus por não me deixar esmorecer.

À memória de meu pai, José Alberto, que sempre privilegiou a educação como um bem maior.

A minha mãe e minha irmã, pelo apoio incondicional.

A meus filhos, Alexandre, Nathalia e Diogo, por entenderem a minha ausência.

Aos amigos queridos, Mariângela e Rodrigo, meus maiores incentivadores.

Ao companheiro de viagem e amigo, Hélio Sant`Anna, com quem compartilhei alegrias e ansiedades ao longo desta pesquisa.

As minhas diretoras (e amigas), Isabel e Maria Auxiliadora, por sempre acreditarem no meu trabalho.

Às amigas, Cristina Varandas, Ione e Maria da Consolação (Consola), por terem muitas vezes “segurado a barra” na minha ausência.

A todos os meus colegas de trabalho que me incentivaram com palavras carinhosas, em especial Claudinha, Mariana e Oswaldo, este também pelas horas intermináveis de apoio virtual.

E finalmente, a todos os meus queridos alunos, meu ponto de partida para esta pesquisa.

um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único,
em que se tem voz a seca ele combate.

João Cabral de Melo Neto

SINOPSE

A ergatividade analisada pelo viés funcionalista. A abordagem tradicional do conceito de transitividade em dicionários e gramáticas. Análise diacrônica do clítico **se**. A estruturação das vozes verbais como recurso de coesão textual. A importância dos papéis temáticos na estruturação semântica das sentenças. Abordagem do estágio atual da ergatividade nos estudos lingüísticos. As estruturas ergativas presentes em crônicas e editoriais produzidos na escola. Abordagem semântico-sintático-discursiva das construções ergativas como um dos elementos responsáveis pelo fluxo informacional do texto.

RESUMO

RAMALHO, Hyléa Vale. *Aspectos semântico-sintáticos das estruturas ergativas no português brasileiro*. 2008. 174f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Esta dissertação de mestrado desenvolve uma pesquisa a respeito da abordagem semântico-sintática das estruturas ergativas no português brasileiro e do modo como atuam na construção de textos. Antes de examinar o *corpus* adotado para estudo, procedeu-se a uma breve análise do conceito de ergatividade, das relações com a transitividade e de como ambas são abordadas em dicionários e gramáticas tradicionais. A seguir, analisou-se diacronicamente o clítico **se** como instrumento elucidativo das discussões em torno da classificação das vozes verbais, estas intimamente ligadas à ergativização. Verificou-se, ainda, a atribuição semântica desempenhada pelos papéis temáticos no que se refere aos argumentos verbais. Salientando os registros atuais sobre a ergativização, realizou-se uma revisão bibliográfica fundamentada nos mais recentes estudos funcionalistas. Em seguida, apresentou-se o *corpus* estudado: produções textuais de alunos e editoriais de jornais de grande circulação. Optou-se por essa diversificação para dar a maior abrangência possível à análise, verificando as intenções comunicativas impostas pela língua padrão escolar e pela língua padrão real na construção dos textos.

Palavras-chave: Cognição. Ergatividade. Funcionalismo. Topicalização.

ABSTRACT

This paper develops a research regarding the syntactic – semantic approach of the ergative structures in Brazilian Portuguese and the way they act in the construction of texts. Before examining the *corpus* adopted for the study, it was made a brief analysis of the concept of ergativity, of the relations with transitivity and of how both of them are approached in traditional dictionaries and grammars. In the sequence, the clitic **se** was analyzed diachronically as an elucidative instrument of the discussions about the classification of the verbal voices, which are closely connected to the ergativization. It was also verified the thematic roles performed by the arguments of the verb. Highlighting the current registers about ergativization, it was made a bibliographical revision based on the most recent functionalists studies. After that, it was presented the corpus studied: text productions of pupils and periodical editorials of great circulation. This diversity choice was adopted in order to make this analyze as wide as possible, verifying the communicative intentions imposed by the standard school language and by the real standard language in the construction of the texts.

Key-words: Cognition. Ergativity. Functionalism. Topicalization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
1.1. Lingüística cognitiva e funcionalismo	26
1.2. A ergatividade e a teoria funcionalista	28
2. O CONCEITO DE ERGATIVIDADE	30
2.1. Abordagem tradicional da transitivização	31
2.1.1. <u>A ergatividade e a gramática tradicional</u>	34
2.1.2. <u>A ergatividade e a gramática descritiva</u>	34
2.1.3. <u>A ergatividade e a gramática gerativa</u>	35
2.1.4. <u>A ergatividade e a gramática funcional</u>	37
2.2. A transitividade em gramáticas e dicionários	37
2.2.1. <u>Em gramáticas</u>	37
2.2.2. <u>Em dicionários</u>	56
2.3. Ergativização e transitividade	63
3. A ESTRUTURAÇÃO SINTÁTICO-SEMÂNTICO-DISCURSIVA DE UMA SENTENÇA	65
3.1. Abordagem diacrônica do clítico se	65
3.1.1. <u>A expansão do latim</u>	67
3.1.2. <u>O latim clássico</u>	69
3.1.3. <u>O latim vulgar</u>	74
3.1.4. <u>O português atual</u>	79
3.2. Abordagem das vozes verbais	86
3.2.1. <u>O verbo e a flexão de voz</u>	87
3.2.2. <u>Abordagem semântico-discursiva das vozes verbais</u>	88
3.2.3. <u>Topicalização e voz verbal como recursos de coesão textual</u>	90
3.3. Abordagem dos papéis temáticos	92
3.3.1. <u>O princípio da hierarquia temática</u>	93
3.3.2. <u>A noção de agente</u>	94
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	97
4.1. Amaya Mendikoetxea	97
4.2. Maria Helena Mira Mateus	103

4.3. Guilhermina Mendes Carvalho	105
4.4. José Roberto Gomes Camacho	108
4.5. Vanda de Oliveira Bittencourt	109
5. METODOLOGIA	114
5.1. A diferença entre língua padrão escolar e língua padrão real	114
5.2. Atividades produzidas em sala de aula	115
5.2.1. <u>Reestruturação das sentenças</u>	115
5.2.2. <u>Produção textual</u>	116
5.3. O gênero editorial	116
6. ANÁLISE DO CORPUS	118
6.1. <i>Corpus I</i> - Atividades produzidas em sala de aula	118
6.1.1. <u>Análise das frases reestruturadas</u>	118
6.1.2. <u>Análise da produção textual I</u>	125
6.1.3. <u>Análise da produção textual II</u>	130
6.1.4. <u>Análise da produção textual III</u>	131
6.2. <i>Corpus II</i> – Editoriais de Jornais	134
6.3. Resultados encontrados	146
7. CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155
ANEXOS	160

INTRODUÇÃO

O estudo da língua está relacionado à subjetividade e, por isso, muitos não atribuem *status* científico a ele. Saussure (1997), que formulou a teoria estruturalista para análise das línguas, admitiu que a lingüística, constituída com o propósito de explicar todas as manifestações da linguagem humana, tem relações bastante estreitas com outras ciências, das quais ao mesmo tempo em que toma emprestado vários conceitos, também lhes fornece dados; por isso as fronteiras entre a lingüística e as demais ciências nem sempre podem ser estabelecidas com clareza. Para Saussure, a lingüística interessa a todos que tenham de manejar textos, porém, sua importância é evidente para a cultura geral, pois na vida dos indivíduos e das sociedades a linguagem constitui fator mais importante do que qualquer outro.

Para se chegar à língua como condição de ciência e transmissão de cultura, a lingüística também se utiliza de outras ciências, como a física, a sociologia, a antropologia, entre outras. Por essa razão, as ciências da linguagem ao mesmo tempo em que influem sobre outras ciências delas se beneficiam.

A linguagem não somente transmite cultura, mas também pertence a ela, como condição de existência. Isso porque passa de geração em geração, não simplesmente por herança biológica, e sim como instrumento criado e desenvolvido pelo próprio homem para se fixar como ser histórico.

A mesma importância dada aos estudos desenvolvidos na área das ciências exatas deve ser estendida à pesquisa da língua; para tanto, encontra-se na sala de aula o mais completo “laboratório” para aplicação das teorias lingüísticas. É nesse espaço que o pesquisador vai dispor de um terreno fértil em inquietações, que partem diretamente daqueles que estão sendo levados a desenvolver a criticidade, principalmente ao se depararem com informações dúbias, não condizentes com o uso corrente.

O meio acadêmico apresenta estudos sobre a língua portuguesa no que concerne a seu funcionamento, isto é, o uso que o falante faz de determinadas construções, mas, como a língua está em constante evolução, exige uma demanda constante de investigações. O aluno de hoje é inquietante e não se contenta com respostas vagas e impositivas; quer saber cada vez mais e por quê. Cabe, então, aos estudos universitários buscar a renovação da doutrina gramatical a fim de

abastecer os educadores com novas informações que dêem conta dos questionamentos dos educandos.

A sala de aula como ambiente de pesquisa pode, ainda, contribuir para a qualidade da aula ministrada. O professor-pesquisador certamente apresentará propostas mais dinâmicas, que levarão o aluno a demonstrar mais interesse pela temática abordada, pois, certamente, serão aulas com conteúdos muito mais significativos.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de elucidar alguns aspectos gramaticais que, diante de uma larga experiência, incomodam não só os bancos escolares como também o academicismo de forma geral, por exemplo, a classificação do sujeito de construções como *o jarro caiu*. Nessas estruturas, o sujeito é analisado como *agente* apenas por se encontrar em uma construção sintática de voz ativa. Constatações como essa foram deflagradoras de toda a análise aqui realizada.

Esta dissertação de mestrado em língua portuguesa apresenta-se sob o título “Aspectos semântico-sintáticos das estruturas ergativas no português brasileiro”. O processo de ergativização realiza-se por meio de construções sintático-semânticas, estruturadas com verbos intransitivos, ou em uso intransitivo, que selecionam um constituinte sob o papel semântico de não-agente para ocupar a função sintática de sujeito. Frases como *a porta fechou* e *o copo entornou* são exemplos de ergatividade: há uma causa e um sujeito implícitos no contexto, que se encontram escamoteados devido a inúmeras intenções discursivas.

A hipótese deste trabalho é justamente ratificar a idéia de que por meio de aspectos cognitivos, os indivíduos tornam as causas de um processo implícitas, sendo que essa implicitude se reflete na descrição gramatical e no funcionamento dos textos, visando à escamoteação dos agentes do discurso.

No decorrer das vastas leituras realizadas na elaboração dessa dissertação, encontraram-se, no funcionalismo americano de Givón (1995), subsídios para fundamentar esta investigação. Os princípios básicos do funcionalismo têm por objetivo revelar a instrumentalidade da linguagem em situações de uso social. Isso evidencia o compromisso principal do enfoque funcionalista: descrever a linguagem não em si mesma, mas como requisito pragmático da interação verbal. Isso vem ao encontro do principal objetivo desta pesquisa — analisar o papel dos verbos ergativos em um contexto discursivo, a intenção do falante ao optar por uma

construção ergativa (ou inacusativa). Estudar-se-á a língua em ação, isto é, como e por que determinadas estruturas são selecionadas no processo de comunicação.

Construções com sujeitos que não selecionam traço agentivo, mas que a estrutura oracional insere-se na categoria de voz ativa, geram embates calorosos em sala de aula. A tradição gramatical, do alto de sua sabedoria incontestável, tende a impor ao aluno análises que desprezam o aspecto semântico e volta-se, apenas, para a sintaxe estrutural.

O estudo das vozes verbais está diretamente relacionado a essa questão. As estruturas reflexivas e as ergativas (quando pronominais) são marcadas pelo clítico **se**. A distinção entre elas ocorre no plano semântico no que diz respeito ao papel temático desempenhado pelo sujeito: reflexivas (agente e alvo) e ergativas (alvo, beneficiário, experienciador ou instrumento). Em se tratando de construções reflexivas, estas estão inseridas na voz reflexiva; as construções ergativas, em voz média. Este trabalho recupera, nas origens latinas, o conceito de voz média – sujeito não-agente e envolvido no processo verbal. Como enuncia Mattoso Câmara (1977, p. 164): “A voz medial corresponde em português a uma construção em que à forma do verbo na voz ativa se adjunge um pronome adverbial átono, referente à pessoa do sujeito”.

Esse retorno às origens do Latim demonstra o caráter diacrônico e recuperador dessa análise, que vai buscar nos primórdios lingüísticos a justificativa para as estruturas empregadas sincronicamente.

Em língua, nada surge por geração espontânea. O flagrante registrado pela descrição sincrônica será sempre o resultado de um longo processo de evolução da língua, de continuidade e de dialética entre conservação e renovação, permanência e inovação:

As línguas são estruturas, sim, mas não apenas isso. Pois as estruturas não surgiram do nada; ao contrário, brotaram das virtualidades psicofísicas do ser humano, histórica e geograficamente condicionado e inserido em determinado contexto social. (Elia, 1989, p. 5)

A articulação panocrônica desenvolvida nesta dissertação está explicitada no capítulo que aborda as origens do clítico **se**, suas idiosincrasias e aplicabilidades semântico-sintáticas desde o latim até hoje. Esse registro é relevante uma vez que muitas das construções ergativas ocorrem de forma pronominal, haja vista os verbos ditos pronominais serem indicadores de ergativização, isto é, a ação não parte do

sujeito, este se encontra envolvido pelo processo verbal, como em *arrepender-se*, *surpreender-se*, *indignar-se*, entre outros. O aspecto sincrônico fica por conta da análise do *corpus*: texto de escolares e editoriais de jornais de grande circulação.

Para haver uma abordagem elucidativa, é necessário demonstrar como é vista a ergatividade em relação ao tradicionalismo, ao descritivismo, ao gerativismo e, finalmente, ao funcionalismo. Todas essas associações serão apresentadas neste trabalho, bem como o registro em gramáticas e dicionários.

A contribuição destes estudiosos da língua — Celso Cunha (2001), Cláudio Brandão (1963), Evanildo Bechara (2004), Rocha Lima (1963) e Said Ali (1966) — é de grande monta para o desenvolvimento deste trabalho. A partir das leituras de suas obras, verificou-se o posicionamento de cada um em relação aos aspectos da transitividade verbal, à seleção de voz e à sintaxe da partícula **se**.

Importante, também, é a apresentação do registro da transitividade verbal nos dicionários Aurélio (Ferreira, 1994), Caldas Aulete (Aulete, 2004) e Dicionário Gramatical de Verbos (Borba, 1991), que foram selecionados por sua relevância nos estudos lingüísticos. Nos dois primeiros, o levantamento das acepções verbais é bem próximo; em ambos, há uma preocupação sintático-semântica, isto é, partem da predicação verbal para apontar o significado de acordo com a variação da transitividade.

Contudo, Francisco da Silva Borba, no Dicionário Gramatical de Verbos, descreve o funcionamento sintático-semântico dos verbos, apresentando uma leitura diferente da convencional. Não se limita a informar a associação entre sintaxe e semântica; trabalha, como ele mesmo denomina, com os *expedientes*: alçamento, rebaixamento, apagamento, truncamento, transposição, dissimilação, coordenação e condensação. Aborda, ainda, o *status* argumental dos verbos, a que se relacionam os papéis temáticos, o quantitativo argumental e o desempenho dos verbos (de ação, de processo, de ação-processo e de estado). Essa abordagem de Borba será de grande préstimo na análise do *corpus* devido à valorização semântica atribuída às acepções dos verbos.

Ao realizar esse levantamento, percebe-se que a literatura tradicional não abraça os verbos ergativos; menciona-os, no entanto, sob outras nomenclaturas. Segundo Givón, a ergatividade é um decréscimo da transitividade verbal, podendo ser representada pelas vozes passiva, impessoal, reflexiva, recíproca e média. É nessa última que reside o ponto máximo da de-transitivização, que atende a três

funções: a demissão do agente, a promoção de um não agente a tópico e a estativização do verbo.

Seguindo aspectos descritivos, considerar-se-á a semântica paralela ao âmbito morfossintático da língua, sob o recorte pragmático – *pragma* do grego, que significa “ação”. Acredita-se na dialética entre esses caminhos para uma proposta de descrição lingüística eficaz.

No campo semântico, os papéis temáticos são o centro da investigação. A premissa maior da argumentação de Fillmore (1968) volta-se para a invariabilidade dos papéis temáticos independentemente da ocupação sintática da oração. Os termos da oração podem exercer ora uma função ora outra, sem interferir no valor semântico. O objeto direto, por exemplo, pode, em certos casos, passar a ser sujeito da oração — *o menino quebrou o jarro / o jarro quebrou* — mas o sintagma nominal — *o jarro* — tem o seu papel semântico inalterado, em ambos permanece como o alvo do processo verbal.

Entre os papéis temáticos pesquisados, é o de agente o causador das mais variadas interpretações. Há uma divergência quanto à análise semântica desse termo. Muitos definem como o que tem vida; outros, como o que tem movimento. O lingüista Van Valin (1999) apresenta a noção de *effector* (desencadeador) e afirma que a partir dele surgem os papéis semânticos: agente, força e instrumento.

A abordagem de um tema polêmico como a ergatividade suscita inúmeras discussões e, por conseqüência, várias terminologias. Percebe-se uma variabilidade de nomenclaturas, mas acabam todas confluindo para a mesma teoria. Contrariamente ao passado lingüístico, em que os estudiosos da língua não haviam ainda denominado as estruturas ergativas dessa maneira, na literatura contemporânea, encontra-se um número considerável de pesquisadores que se debruçaram sobre os aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos das construções ergativas.

Conceituados autores, nacionais e estrangeiros, demonstram suas contribuições ao tema. Neste trabalho, no capítulo 4 (revisão bibliográfica), destacam-se os seguintes autores: Amaya Mendikoetxea (1999), Maria Helena Mira Mateus (2003), Guilhermina Mendes Carvalho (2006), José Roberto Gomes Camacho (2003) e Vanda de Oliveira Bittencourt (2001). A contribuição de cada um é extremamente elucidativa quanto ao estado atual dos estudos ergativos e suas implicações.

Entre todas as análises apresentadas, a de Mendikoetxea (1999) mostrou-se a mais elucidativa, pois deixa bem claro o conceito de transitividade, isto é, aponta os verbos intransitivos como sendo subdivididos em duas categorias: os inergativos (chorar, rir, tossir), que dependem da vontade de um agente; e os inacusativos (existir, aparecer, chegar, florescer, crescer, abrir, quebrar etc.), que não selecionam sujeito agentivo, pois seu sujeito sintático representa, em uma construção intransitiva, o objeto da versão transitiva correspondente, graças à chamada “alternância causativa”. Dessa forma, conclui que os verbos inacusativos pertencem a uma classe semântica não homogênea; são dois grupos: *existência* e *troca de estado*.

Dizer que a mais elucidativa é a de Mendikoetxea não invalida as demais contribuições. A análise de Mira Mateus (2003) coaduna-se com a primeira, embora seja uma abordagem mais descritiva da língua, em que aponta questões morfossintáticas, como termos predicativos e nominalizações na distinção entre inergativos e inacusativos. Pode-se dizer que essas duas análises se complementam.

A abordagem de Guilhermina Mendes Carvalho (2006) diverge quanto à nomenclatura. Apresenta uma distinção entre inacusativo e ergativo. Para Carvalho, a ergatividade é um fenômeno similar à inacusatividade por ambas permitirem ao argumento interno ocupar a posição de sujeito — argumento externo — sob o papel temático tema sem apresentar agentividade. Diz que a diferença consiste em os verbos ergativos se encontrarem em uso intransitivo, mas apresentarem contraparte transitiva.

O trabalho de José Roberto Gomes Camacho (2003) está voltado para a construção de voz em português. Defende a categoria medial, para tanto faz uma busca diacrônica do clítico *se*, além de se reportar, também, ao funcionalismo de Givón para fundamentar sua tese. O texto de Camacho serviu como ponto de partida para o desenvolvimento desta pesquisa que, assim como a empreendida pelo referido autor, possui um caráter abrangente: morfossintático, semântico e pragmático.

Abrangente também é a discussão proposta por Vanda Bittencourt (2001). No texto *Causativas lexicais no português do Brasil: perfil morfossintático, semântico e funcional-discursivo*, aborda vários autores de correntes lingüísticas diversas, como a Gerativa e a Tradicional, na elucidação de alguns tópicos a respeito da

causativação, e utiliza a teoria funcionalista para respaldar sua análise. Esse tema é relevante para este trabalho por estar a causatividade intimamente relacionada à ergatividade, uma vez que esta ocorre na ausência daquela. Um dos pontos mais relevantes da análise de Bittencourt é a afirmação de que lexema de origem adjetiva que implica mudança de estado, condição e situação compõe os verbos ergativos (intransitivos com sujeito pouco ou nada agentivo); enquanto lexema de origem substantiva indica aceção causativa (transitivos). Essa conclusão foi de grande valia na investigação do *corpus*, pois em muitos enunciados tornava-se difícil apontar com eficácia uma construção ergativa, e dava-se conta da análise correta a partir da morfologia do vocábulo.

Em relação ao *corpus* desta dissertação, selecionaram-se atividades produzidas por alunos da 2ª série do Ensino Médio do Colégio de Aplicação Professor Renato Azevedo, localizado na cidade de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro e editoriais de jornais de grande circulação — *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Ambos representam, respectivamente, registros de língua padrão escolar e de língua padrão real. Essa dupla abordagem atende a uma inquietação acadêmica quanto à modalidade da língua que deve servir de base para a descrição gramatical. A mais adequada é a literária, como tem sido até então? Ou o português-padrão empregado pelas camadas sociais urbanas na língua escrita? Vale ressaltar as palavras de Perini (1985, p.88): “Gostaria de sugerir que a gramática seja (pelo menos em primeiro momento) uma descrição do português-padrão tal como se manifesta na literatura técnica e jornalística”.

Muitas vezes a escola apresenta-se como instrumento de coerção, aprisionando o aluno em um amontoado de regras gramaticais ultrapassadas, que já não encontram eco no registro da língua padrão real — a imprensa falada e escrita.

Há muito se percebe a escola como transmissora de regras obsoletas, arraigadas em uma gramática de “sotaque” lusitano. Lega-se a segundo plano o uso corrente da língua em nome da aplicabilidade das diversas normas inseridas no registro culto da língua portuguesa.

A língua padrão ensinada nas escolas tem esse caráter tradicionalista. Isso vem de encontro ao que é disponibilizado na mídia — a língua padrão real. De fato, inúmeros casos de regência, por exemplo, estão caindo em desuso, haja vista o emprego do verbo *assistir* como transitivo indireto, na aceção de *ver*, *ser*

espectador de. É recorrente a aplicação, nesses casos, como transitivo direto (*João assistiu o jogo*).

À semelhança de Antenor Nascentes (1967), que estabeleceu uma diferença entre regência clássica e regência viva, registra-se neste trabalho a língua ensinada e apre(e)ndida na escola como *clássica*, baseada na língua literária e na norma gramatical imposta, indiretamente, pela NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira); a língua empregada em jornais de grande circulação como *viva*, a modalidade praticada pelos falantes pertencentes às camadas da sociedade com um português-padrão médio.

Contudo, acrescente-se um parêntese quanto à língua literária e sua aplicabilidade na escola. Ser considerada como *clássica*, não lhe atribui condição pejorativa, pelo contrário, por ser o discurso literário decorrente de um modo de construção que vai além das elaborações lingüísticas usuais, garante ao educando o exercício da liberdade, levando a limites extremos as possibilidades da língua. Dessa forma, favorece a um comportamento mais crítico e menos preconceituoso diante do mundo, fatores indispensáveis à humanização:

Entendo por humanização [...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (Cândido, 1995, p.249)

Pretende-se com essa dupla abordagem — língua padrão escolar e língua padrão real — demonstrar que a ergatividade apresenta diferença no que se refere à utilização de construções ergativas. Nos textos escolares, percebeu-se no emprego dos verbos ergativos um recurso de textualidade, ou seja, a ergatividade garante a coesão textual por meio de topicalizações, informações dada e nova, escamoteação de sujeitos, entre outros mecanismos apontados na análise do *corpus*, mas não há uma preocupação com a implicitude das causas de um evento verbal. Em se tratando da mídia impressa, por abordar temas polêmicos, como corrupção, inflação, desemprego etc., que atingem a todas as camadas sociais, as construções ergativas, além de todos esses recursos textuais apontados na aplicação escolar da ergatividade, objetivam, ainda, direcionar a leitura para o que acontece em decorrência desses problemas divulgados pela mídia. Os leitores inseridos em um

mundo imediatista tendem a não considerar causas por julgar perda de tempo, já que não há nada a fazer diante de um fato consumado. Nesses casos, o que de fato é relevante são as conseqüências desses problemas, e são as estruturas ergativas as responsáveis por manter implícitas as causas, apontando a fluência do texto para o produto final dos fatos.

Inserido nesse *corpus*, encontra-se a diversidade dos gêneros textuais a fim de garantir uma análise ampliada do conceito de ergatividade. A aplicabilidade dos gêneros textuais como recurso auxiliar no processo de produção textual é indiscutível. Por meio deles, coloca-se o indivíduo em contato com os textos do seu cotidiano, tornando a leitura e a escrita produções mais significativas, próximas de sua realidade.

Os gêneros caracterizam-se por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais; levam-se menos em conta as particularidades lingüísticas e estruturais. É difícil defini-los, pois estão interligados a questões sociointerativas, sob constante transformação; portanto, há um número enorme de gêneros para dar conta da diversidade de situações discursivas que envolvem as pessoas.

As novas tecnologias, ligadas principalmente à área de comunicação, são as principais responsáveis pelo avanço do surgimento de novos gêneros textuais, à medida que estes interferem na atividade sociocomunicativa. Surgem, assim, telefonemas, telemensagens, teleconferências, *e-mails*, aulas virtuais e muitos outros. Dessa enorme manifestação de gêneros textuais advém a noção de que os mesmos são em número extenso e apresentam-se em constante mutação. Não são inovações absolutas, ancoram-se em outros gêneros já existentes, isto é, sofrem “transmutações.” (Bakhtin *apud* Marcuschi, 2003).

O gênero não deve se centrar na substância nem na forma do discurso, mas na ação em que ele aparece para se realizar. Em outras palavras, o propósito do texto é o responsável pelo enquadramento em um determinado gênero, cujas características são construção composicional, conteúdo temático e estilo (Bakhtin, 2003).

Nesta pesquisa, trabalhar-se-ão os registros padrão escolar e padrão real e também a diversificação dos gêneros, com o objetivo de avaliar as múltiplas intenções comunicativas que levam à não revelação do sujeito em textos escolares e editoriais de jornais.

Nas atividades produzidas por alunos, variou-se desde a reestruturação sintático-semântica de algumas orações que tinham como núcleo verbal uma forma ergativa até a produção de textos — conto infantil, crônica e editorial. Percebeu-se que a seleção do gênero norteou a aplicabilidade das construções ergativas, como pode ser visto no capítulo da análise do *corpus*. Nos editoriais de jornais de grande circulação — *O Globo* e *Jornal do Brasil* — procedeu-se a uma investigação da ergatividade a partir das vozes verbais presentes nas estruturas selecionadas, uma vez que essas estão diretamente ligadas à noção de tópico discursivo que garante o fluxo informacional dos textos.

Acredita-se nessa diversificação investigativa como instrumento bastante na análise do fenômeno da ergatividade. Muitos foram os posicionamentos encontrados no levantamento bibliográfico de modo que se tornaria inoperante uma análise superficial, proveniente de um *corpus* pontual e restrito.

Leva-se em consideração, também, que a teoria funcionalista requer um estudo voltado para o uso corrente da língua, por isso quanto maior for a amplitude da pesquisa mais abrangente será a análise. O funcionalismo concebe a língua como um instrumento de comunicação, submetida às pressões provenientes de situações comunicativas que influenciam diretamente a estrutura lingüística.

Dessa forma, espera-se atingir o principal objetivo desta pesquisa: a análise das construções ergativas como um todo, isto é, não só os aspectos estruturais, mas também considerar o propósito do texto, os participantes e o contexto discursivo.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A teoria funcionalista concebe a língua como um instrumento de comunicação e considera que esta não pode ser considerada como um objeto autônomo, mas sim uma estrutura submetida a fatores comunicativos, que exercem grande influência sobre a estruturação lingüística.

O funcionalismo analisa as construções gramaticais com base em um todo comunicativo: atos de fala, participantes e contexto discursivo. Não se pode compreender um fato lingüístico sem considerar o sistema ao qual pertence, conforme enuncia Maria Helena de Moura Neves (2000):

A verificação dos enunciados efetivamente realizados revela uma seleção, feita pelo falante, que organiza seu texto de modo que esteja expresso o conteúdo ideacional que ele quer transmitir, de modo que estejam distribuídas devidamente as peças da informação, e, ainda, de modo que esteja garantida a troca lingüística em que cada ato de fala se constitui. Tudo isso implica, por exemplo, uma determinação de aspectos lingüísticos ligados a diversas escolhas, como as de tema e rema, dado e novo, figura e fundo, todas elas implicadas no fluxo de informação do enunciado. (p.24)

Esta pesquisa fundamenta-se na teoria funcionalista, que seleciona os fenômenos a serem descritos, interessa-se pelo uso da língua e tem, por princípios básicos, a concepção de linguagem como instrumento de comunicação e de interação social. O funcionalismo estabelece como objeto de estudos o uso real da língua, que molda a gramática, associado à repetição ou à freqüência de fatos lingüísticos, considerando o contexto no qual se inserem:

Em torno da última década, tornou-se óbvio para um crescente número de lingüistas que o estudo da sintaxe de sentenças isoladas sem o seu contexto natural é uma metodologia que já ultrapassou sua utilidade. [...] O estudo da sintaxe, quando limitado em nível sentencial e privado de seu contexto comunicativo funcional, tende a ignorar ou até mesmo a obscurecer o papel que considerações comunicativas desempenham na determinação das chamadas regras sintáticas. (Givón *apud* Kato, 1998, p.12)

Esses princípios básicos do funcionalismo têm por objetivo revelar a instrumentalidade da linguagem em situações de uso social. Isso evidencia o compromisso principal do enfoque funcionalista: descrever a linguagem não em si mesma, mas como um requisito pragmático da interação verbal.

Uma abordagem funcionalista da língua tem como objetivo o interesse de verificar como se realiza a comunicação e como os usuários se utilizam dos

mecanismos lingüísticos para se comunicar de maneira eficiente. Procura justificar a escolha de determinados itens, tanto na linguagem oral quanto na escrita, dentre os tantos disponíveis na língua.

O processo das escolhas no nível paradigmático e as cadeias de relação do nível sintagmático originam o *texto*, portanto pode ser considerado como uma representação do sistema social e lingüístico.

A língua, na visão funcionalista, pode ser tomada como um modelo abstrato do mecanismo interno da mente responsável pela produção e percepção da língua. Os lingüistas funcionalistas procuram, em suas pesquisas, determinar a causa das variações intralingüísticas e também apresentar a funcionalidade das estruturas sintáticas na língua.

Sintaxe seria, então, um registro, um modo particular de organização da língua a que o sujeito tem acesso e que permite a concretização da língua em fala. Nesse sentido, seria a sintaxe um espaço de manifestação da individualidade na língua, já que está em relação direta com o sujeito.

A sintaxe deixa de ser vista como mera construtora de regras a partir do momento em que ultrapassa os limites do ponto final de uma sentença e abarca as questões discursivas. Essa sintaxe do discurso deve ser referida não a um conjunto de regras que rege a relação do sujeito falante com a língua, mas a uma matriz de possibilidades de construção do discurso que, ao materializar-se, aproxima-se desse sujeito pela forma como seu dizer se organiza. É a discursividade que está em questão, o fazer discursivo que resulta de uma intrincada trama entre sujeito, língua e história. Trama cujo acesso pode se dar pela sintaxe.

Nos estudos funcionalistas mais recentes, percebe-se, em muitos pesquisadores, uma tendência a buscar, nas origens da língua, respostas ou explicações para os fatos lingüísticos postos em discussão hoje, ao contrário do que acontecia há décadas, em que a lingüística formalista seguia uma orientação sincrônica, relegando a segundo plano a diacronia. As mudanças lingüísticas eram analisadas como meros conjuntos e ajustes de regras que tinham um ponto de partida e um marco final, porém se desprezava o processo gradual que se desenvolvia entre esses estágios.

Dessa forma, pode-se dizer que a lingüística funcional é guiada pela pancronia, pois os princípios que a norteiam podem ser aplicados aos padrões de uso corrente da língua sob um recorte sincrônico ou aos processos de

transformações existentes da trajetória diacrônica. Segundo o pensamento saussuriano, as línguas têm um passado, e o estado sincrônico é uma função desse desenvolvimento passado. Portanto, as explicações funcionalistas são mais esclarecedoras por apresentarem em suas análises abordagens comunicativas e cognitivas, em vez de formais e postuladas por leis rígidas.

Esta pesquisa apresenta, ainda, contribuições da lingüística estrutural cuja preocupação não é propriamente explicitar o que é texto; seu objetivo é descrever o sistema lingüístico que permeia o processo de construção textual. Nessa linha teórica, Hjelmslev (1953) é destaque. Para ele, texto é qualquer manifestação da língua, curta ou longa, escrita ou falada, correspondendo, de certo modo, à *parole* de Saussure (Fávero & Koch, 2005). Conjuga, ainda, uma gramática textual como modelo de competência lingüística do falante. Essa gramática textual está calcada na gramática gerativa, propondo como unidade básica não mais o texto, mas sim o enunciado. Van Dijk (*apud* Koch, 2003) há anos analisa a possibilidade dessa gramática de texto como uma análise gramatical e pragmática do discurso não só para apreender as propriedades das estruturas e funções discursivas, mas também prover as bases para um sério modelo de estudo do discurso, da cognição, da comunicação e da interação social. Por fim, baseada nos estudos lingüísticos de Halliday (1976), uma abordagem funcionalista, que se ocupa da função co(n)textual desempenhada pelos elementos de uma sentença.

As lacunas não preenchidas pela gramática tradicional foram as causas do surgimento da gramática textual. Vários fenômenos ocorriam nas frases – situações de pronominalização, ordem inversa de uma sentença, topicalizações, relação semântica entre enunciados – que só podiam ser adequadamente explicadas por meio de um contexto. Não havia uma teoria adequada que os explicasse e somente contextualizá-los não seria a solução. Era necessário constituir uma nova gramática.

A gramática textual surgiu com o objetivo de promover uma reflexão a respeito de situações lingüísticas até então não esclarecidas pelas teorias já existentes. Os lingüistas preocuparam-se com o desenvolvimento de análises em que fonética, sintaxe, semântica e pragmática confluíssem; apresentando, assim, a abrangência da lingüística textual.

As manifestações sintáticas e fonéticas estão interligadas. A primeira observa como a significação textual vem expressa sintaticamente; a segunda ocupa-se das características fonéticas configuradas na sintaxe do texto. Em relação à semântica e

à pragmática, esta atende às especificações do discurso, ao contexto situacional; aquela se preocupa com o que deve ser entendido como sentido de um texto e como ocorre a formação desse sentido.

O conceito de *texto* varia conforme a linha teórica adotada por cada autor. Mesmo na Lingüística Textual, a conceituação de texto já passou por várias denominações: unidade superior à frase; combinação de frases; conjunto de proposições semânticas; e outras. No percurso da pragmática, é analisado como uma seqüência de atos de fala; sob um olhar cognitivo, é resultado de processos mentais; na teoria comunicativa, como parte de atividades mais globais, muito além do texto. Segundo Koch (2003), a partir dessas teorias, a idéia de texto passa a ser o resultado de nossa atividade comunicativa, a qual compreende processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas de interação social.

Não ocorre diferente com o termo *discurso*. Há muitas definições e, em algumas línguas, como a alemã e a holandesa, só existe o termo *texto*, designando as duas situações, de *texto* e de *discurso*. Para os estudiosos da análise do discurso, o texto é mais restrito, limita-se a uma produção empírica; enquanto o discurso engloba os enunciados pertencentes à determinada formação discursiva e também às condições de produção.

Seguindo o pensamento teórico de Van Dijk, a gramática textual não é um tipo específico, como a gerativa, a funcional ou a tradicional; pode, sim, ser aplicada a qualquer um desses modelos, desde que seja reconhecido o estudo das estruturas textuais e discursivas como elemento da lingüística. Afirma que a gramática textual oferece melhor base lingüística para o desenvolvimento, produção e compreensão da linguagem. Insere-se, também, em uma abordagem sociointeracionista, dando base para o estudo da conversação nos mais diferentes tipos de discurso e usos da linguagem.

Para aqueles que seguem a linha teórica de Hjelmslev (1953), texto é todo e qualquer processo discursivo. A capacidade textual do ser humano pode expressar-se por meio de uma pintura, um filme, uma escultura, isto é, formas de comunicação realizadas por signos. Na linguagem verbal, encontra-se o discurso, que se manifesta, lingüisticamente, por meio de textos, que consistem em qualquer passagem falada ou escrita, formando um todo significativo, independentemente de sua extensão.

Na esteira do funcionalismo, Halliday (1976) postula três macrofunções: a ideacional, a interpessoal e a textual. A primeira é a função cognitiva da linguagem; a segunda, a posição do locutor perante o ouvinte na atividade de enunciação; a terceira refere-se à estruturação de textos pertinentes a cada contexto. Qualquer pessoa, em domínio de sua língua, tem a capacidade de analisar um texto e discernir um aglomerado incoerente de sentenças de um texto bem construído; a isso se denomina competência textual. Parafrasear um texto, resumi-lo, elaborar um texto a partir de um tema são habilidades a serem desenvolvidas pelos usuários da língua, com base em uma gramática textual.

O ser humano possui a capacidade cognitiva de elaborar textos, verbais ou não-verbais. Aciona critérios para a tessitura textual, os chamados padrões de textualidade, dentre os quais se destacam a coesão e a coerência. A coesão refere-se à maneira como os elementos da língua, que repousam na superfície do texto, estão interligados por meio de recursos lingüísticos, tais como conectores, pronomes, tempos e vozes verbais, o próprio léxico, enfim, sinalizadores textuais que conduzem a seqüenciação de um enunciado. A coerência é o modo como os elementos subjacentes à superfície textual constituem uma configuração transmissora de sentidos; está longe de ser considerada uma mera propriedade do texto, na verdade, é o resultado da interação de inúmeros fatores de ordem sociointeracional, porque o sentido não se encontra no texto, mas sim a partir dele, levando-se em consideração os recursos de coesão, as pistas que orientam o leitor na construção dos sentidos.

Conhecer e identificar a posse desses aspectos de textualidade é fundamental para o processo de leitura e escrita. Muitos são os mecanismos e estratégias acionados na elaboração de um texto, mas é preciso saber usá-los adequadamente em cada situação comunicativa, seja oral ou escrita.

1.1. A lingüística cognitiva e o funcionalismo

A Lingüística Cognitiva nasce da insatisfação com os resultados da Gramática Gerativa de Chomsky (1966) e interessa-se pelo significado, por sua variabilidade e flexibilidade.

Nas últimas décadas, a teoria funcionalista vem se ocupando da recuperação das várias dimensões contextuais relegadas a segundo plano pela gramática

gerativa. Reestabelece-se a ligação entre gramática e performance e a importância dada ao discurso e à interação, além de interessar-se pela construção sociocultural do significado e por explorar a interação entre linguagem e cultura.

A Lingüística Cognitiva caracteriza-se por três princípios fundamentais: o da primazia da semântica na análise lingüística e os da natureza enciclopédica e perspectivista do significado lingüístico. A primazia da semântica decorre da própria perspectiva cognitiva adotada — se a função básica da linguagem é a categorização, então a significação será o fenômeno lingüístico primário — os outros dois princípios especificam a natureza do fenômeno semântico.

Se a linguagem serve para categorizar o mundo, então o significado lingüístico não pode ser dissociado do conhecimento do mundo e, por isso mesmo, não se pode postular a existência de um nível estrutural ou sistêmico de significação distinto do nível em que o conhecimento do mundo está associado às formas lingüísticas; se a função categorizadora da linguagem impõe estruturas e formas ao conhecimento do mundo, então este não é objetivamente refletido na linguagem: “Em vez de o espelhar, a linguagem é um meio de o interpretar e construir, de organizar conhecimentos que refletem as necessidades, os interesses e as experiências dos indivíduos e das culturas.” (Silva, 2004, p.2)

A Lingüística Cognitiva apresenta um pluralismo de teorias que se complementam com perspectivas lingüísticas atuais, em especial, o funcionalismo lingüístico de Givón (1995). O funcionalismo *givoniano* é a vertente norte-americana da semântica gerativista. Talmy Givón (*apud* Oliveira & Votre, 1997) não desconsidera o legado estruturalista e leva a sério a estrutura formal da gramática naquilo que esta possui de fixo e arbitrário. Propõe uma teoria menos radical, fugindo ao modelo dos anos 70, fundamentado em pressupostos rígidos que procuravam detectar, na estrutura discursiva, gramatical e semântica das formas da língua, motivação funcional, ignorando a estruturação da língua.

Nos anos 90, Givón trata de questões relativas à cognição e à neurociência sem incorrer em circularidades de significado, evitando a prática viciosa que tem caracterizado os estudos funcionalistas em geral. Como estratégia de equilíbrio dos estudos funcionalistas, propõe a rejeição ao autoritarismo das correntes lingüísticas e a adoção da diversidade.

As perspectivas funcionalistas partilham da idéia fundamental da Lingüística Cognitiva:

A linguagem é parte integrante da cognição, fundamenta-se em processos cognitivos, sociointeracionais e culturais e deve ser estudada no seu uso e no contexto da conceitualização, da categorização, do processamento mental, da interação e da experiência individual, social e cultural (Silva, 2004, p.2).

Ao assumir que a interação com o mundo é mediada por estruturas informativas na mente, tais como a linguagem, a lingüística é cognitiva no mesmo sentido em que o são as outras ciências cognitivas.

1.2. A ergatividade e a teoria funcionalista

Os verbos de uma língua apresentam graus de causalidade, isto é, de acordo com as intenções discursivas revelam as causas de um processo, ou deixam-nas implícitas. Atualmente há uma discussão a respeito da estruturação das línguas ergativas. Existem as que apresentam um mecanismo gramatical que marque o papel agentivo do sujeito e, por outro lado, há as que não fazem distinção entre sujeito e objeto direto. Nesse sentido, propõe-se um recorte do que é mais ou menos ergativo em uma língua.

A ergatividade se define dentro de uma teoria mais concernente às causas. O ergativo não implica ausência de uma causa, mas sim uma forma mais implícita de apresentar a causa de um processo ou de um estado. Ressalta-se nesse ponto que as palavras “estado” e “processo” não denotam aqui os tipos de verbos que assim se apresentam na língua; com esses termos, faz-se referência a aspectos cognitivos mais gerais, as formas de conhecer o mundo. Dessa forma, entende-se ergatividade como um mecanismo da cognição por meio do qual se omitem ou se enfraquecem as causas das coisas do mundo. Defende-se a proposta que há sempre uma causa mais implícita de se conhecer os fatos.

A proposta funcionalista norte-americana, como já mencionada, analisa as construções gramaticais com base em um todo comunicativo: atos de fala, participantes e contexto discursivo, sem desconsiderar a contribuição estruturalista, uma vez que não se pode compreender um fato lingüístico sem considerar o sistema ao qual pertence. Assim, investigar o processo de ergativização à luz da teoria funcionalista torna-se mais eficaz; realiza-se uma análise cognitivo-pragmática, embasada pelo sistema da língua.

Os sistemas verbais das línguas apresentam elementos em que é obrigatória a existência de um causador volitivo (verbos transitivos tradicionais); deve-se inferir

se a existência de um causador é externa e pode corresponder a um argumento inanimado (uso ergativo de verbos transitivos); o causador é o que sofre uma troca ou é ele mesmo que produz o processo (ergativos inerentes); a causa de um processo não pode afetar um argumento exterior e o único argumento que apresenta pode ser inanimado (inacusativos inerentes). Se a ergatividade deve ser compreendida como uma forma implícita de expressar a causa de um processo ou de um estado, os verbos ditos ergativos são os que Masullo (*apud* Sabaj, 2002) denomina inacusativos inerentes, mas apenas nos casos em que o sujeito apresente o traço inanimado — *A sinceridade surge quando os cônjuges se compreendem*.

Dessa forma, o critério que se impõe nessa classificação relaciona-se ao grau de explicitude e implicitude da causa. Argumento como “a sinceridade” não pode ser causador de um processo por ser inanimado. Ao combinar esse argumento com processos do tipo “surgir” obtêm-se construções com alto grau de ergatividade, uma vez que a causa é apresentada de forma implícita ou enfraquecida.

Sem dúvida, essas restrições gramaticais são insuficientes para explicar como se expressa a causalidade nos textos e em que plano textual existem outros mecanismos para explicitar ou deixar implícita a causa dos processos ou dos estados aos quais os textos se referem, por isso é necessário coadunar fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos para investigar a ergativização.

2. CONCEITO DE ERGATIVIDADE

A ergativização, ou de-transitivização, significa um decréscimo em maior ou menor grau dos fatores que definem a transitividade e compreende as seguintes construções: passiva, impessoal, antipassiva, reflexiva, recíproca e média. Cada uma dessas construções se distingue pelo grau de decréscimo nas propriedades da transitividade da qual decorrem as três funções do fenômeno da de-transitivização: a demissão do agente, que atende a diferentes motivações, podendo ser recuperado anafórica ou cataforicamente, ser universal e ser demovido como estratégia para evitar responsabilidade; a promoção de um não agente, outro participante ocorre como tópico, embora nem toda estrutura de-transitiva promova outro elemento a tópico, por exemplo, as impessoais, que não apresentam agentes e mantêm o objeto em posição secundária; e a estativização do verbo, pois nas construções de-transitivas um evento passa a ser codificado como estado resultante.

Segundo Givón (*apud* Lima, 1999), o ponto de referência (o tema) para a descrição da gramática de uma língua é a oração simples, independente, declarativa, afirmativa, ativa. As orações complexas — passivas, médias, não-declarativas, dependentes e outras — são consideradas variações do tema. Nesse sentido, podemos afirmar que as construções médias, tais como “Ele se modificou”, são variações do tema subjacente “Algo o modificou”, uma oração ativa-transitiva. A transitividade é apresentada como um fenômeno complexo que envolve traços sintáticos e semânticos. Sintaticamente, uma oração transitiva é aquela que tem um objeto direto. Semânticamente, uma oração transitiva prototípica envolve três fatores semânticos que se referem, por sua vez, às propriedades semânticas do sujeito, do verbo e do objeto, que são a agentividade, o sujeito de uma oração transitiva prototípica é um agente intencional, controlador, ativo, que é o responsável pelo evento e sua causa saliente; a afetação, o objeto de uma oração transitiva prototípica é um paciente concreto, visível, afetado, não-intencional, inativo, não-controlador, que registra a mudança de estado do evento e é seu efeito saliente; e a perfectividade, o verbo codifica um evento limitado, completo que ocorre num tempo real.

A voz média é um tipo de construção de-transitiva que atende a três funções: demissão do agente, promoção do objeto a tópico primário e estativização do verbo. Givón defende a existência de quatro critérios para inclusão de uma forma na voz

média: o verbo envolvido é inerentemente um verbo transitivo; o sujeito gramatical é paciente; não há um agente responsável claramente discernível e nenhuma ação; enquanto um agente discernível está ausente, a construção não é usada primariamente como um artifício de demissão do agente.

Considerando o fenômeno de de-transitivização como um *continuum*, em que cada construção de-transitiva representaria um grau de decréscimo da voz transitiva, podemos afirmar que a voz média representa uma forma mais afastada da ativa. Na média prototípica, não só o agente é demovido de sua função de tópico como não pode ser expresso, como ocorre na voz passiva participial. O agente desaparece completamente, e o verbo passa a ser de processo ou de estado, conforme o grau de estativização. Ou seja, na voz média há o atendimento às três funções de-transitivas. Em alguns casos, no entanto, os limites entre uma construção de-transitiva e outra são tão tênues que se torna difícil decidir se estamos diante de uma média, uma passiva ou uma reflexiva.

2.1. Abordagem tradicional da transitivização

Tradicionalmente, oferece-se uma classificação dos verbos a partir da oposição dicotômica transitivo *versus* intransitivo: verbo transitivo exige complemento direto, ou indireto; verbo intransitivo recusa esses complementos. Ao abordar a transitividade, a gramática tradicional centra-se na relação verbo-objeto e exclui o sujeito do conjunto de argumentos relevantes ao processo de transitivização por considerá-lo mais direcionado a interpretações semânticas, enquanto a transitividade restringe-se a normas sintáticas.

Esse direcionamento meramente sintático da análise argumental das orações fomenta inúmeras discussões, principalmente ao envolver os termos “agente” e “paciente” em um emaranhado de regras sintáticas que vão de encontro aos aspectos semânticos.

Não se encontra em nenhuma gramática tradicional o termo *ergatividade*. Para compreender a concepção desse conceito proposta neste trabalho, isto é, distinguir a classe dos verbos intransitivos em *inergativos* e *inacusativos* (ou ergativos) proposta por Perlmutter (*apud* Mendikoetxea, 1999), é preciso voltar a algumas noções de gramática, até porque é a partir da insuficiência dessas noções

que se origina o termo *ergatividade*, assimilado sob uma perspectiva contemporânea.

As gramáticas distinguem tradicionalmente os verbos transitivos e os intransitivos, mas as dificuldades tornam-se evidentes quando se consideram os seguintes casos:

a) Verbos transitivos que se usam intransitivamente:

(1) João escreve todos os dias.

b) Verbos que são intransitivos que recebem um objeto:

(2) Viver uma boa vida.

Nesses casos, o critério estrutural — a ausência ou a presença do objeto — não é suficiente para se fazer a distinção entre o transitivo e o intransitivo, razão pela qual é necessário levar em consideração fatores semânticos que possibilitem a distinção adequada.

Outro critério para distinguir verbos transitivos e intransitivos reside na possibilidade de se passivizarem as construções ativas:

(3) Felipe escreveu um artigo.

(4) Um artigo foi escrito por Felipe.

Como esta pesquisa propõe a observação funcional das estruturas sintáticas, é necessário abrir um parêntese para analisar a construção encontrada no exemplo (4). Apesar de a oração estar gramaticalmente correta, nota-se não se tratar de emprego corrente na língua. Uma das aplicabilidades da utilização da voz passiva é referenciar um “ser” já existente no mundo, ou seja, um recurso de coesão textual uma vez que retoma uma informação dada colocando-a como tópico (Pontes, 1986). Dificilmente a frase registrada em (4) seria proferida por alguém, a menos que houvesse um vocábulo para referenciar o núcleo do sujeito, que, nesse caso, faria referência a algo já inserido no mundo, topicalizado por meio de uma estrutura passiva.

(5) Um outro artigo foi escrito por Felipe.

Segundo a análise tradicional, o sujeito de uma oração transitiva ativa se transforma no agente da passiva, e o objeto da oração transitiva passa a ser sujeito da passiva. Essa correspondência não se observa em um certo grupo de verbos, como, por exemplo, o verbo *ter*:

- (6) Antonio tem uma filha.
 (7) (?) Uma filha é tida por Antonio.

O que possibilita a passivização é o sentido de “ação” que se completa. O verbo *ter* é “estativo” e por isso resiste à transformação passiva.

Ressalta-se que, se os verbos transitivos estiverem em uso intransitivo, a transformação passiva não será possível.

- (8) Felipe escreveu exaustivamente por várias horas.
 (9) (?) Por várias horas exaustivamente foi escrito por Felipe.

É preciso refletir sobre as construções com noção de passividade, e não de voz passiva. São estruturas sintáticas ativas, mas que apresentam semântica passiva:

- (10) A porta fechou.

De forma tradicional, a análise se realiza como uma oração em voz ativa, mas por se tratar de sujeito inanimado, fica evidente a não realização da ação por parte deste; há a necessidade, portanto, de uma nomenclatura que dê conta desses enunciados. De acordo com os estudos contemporâneos, verbos como *fechar* são ergativos ou inacusativos, isto é, “intransitivos, porém selecionam um argumento interno que ocorre com a relação gramatical de sujeito.” (Mateus, 2003, p.300).

A ergatividade é um conceito que surge para preencher uma lacuna na análise da predicação verbal. Na gramática tradicional, o que vale é a estruturação sintática, desconsiderando a relação semântica. Construções com verbos em sua forma ativa são exemplos de voz ativa, mesmo que não haja atividade por parte do sujeito, como os casos de sujeito inanimado, que na verdade são argumentos internos recuperados como externos.

Este trabalho investigativo objetiva mostrar alguns aspectos gerais do problema da ergatividade e o papel que desempenha na construção do texto. Para tanto, apresentará considerações de quatro teorias gramaticais (tradicional, gerativa,

descritiva e funcional), mas estará fundamentado na concepção de ergatividade com base funcionalista.

2.1.1. A ergatividade e a gramática tradicional

Não se tem conhecimento de menção ao termo *ergatividade* em nenhuma gramática tradicional do português. É preciso retomar alguns conceitos dessa gramática tradicional para compreender o processo de *ergativização*, uma vez que essa terminologia surge da insuficiência da classificação sintática em abordagens tradicionais.

As gramáticas costumam dividir os verbos em transitivos e intransitivos. Os primeiros são denominados aqueles cuja ação se estende a um objeto; no segundo caso, a ação/processo designada pelo verbo não se estende a um objeto/paciente. Nesse ponto inicia-se a fragilidade da análise da predicação verbal, que não dá conta de estruturas em que a transitividade desempenhada pelo verbo não é estendida a um objeto, tampouco a ação é realizada pelo sujeito. São os verbos processuais, tais como *florescer, nascer, morrer, entre outros*; e ainda aqueles que, embora em uso intransitivo, apresentam uma contraparte transitiva: *aumentar, baixar, fechar, abrir etc.*

2.1.2. A ergatividade e a gramática descritiva

Os estudos descritivos apresentam um enfoque mais pormenorizado. Alguns pontos obscuros não esclarecidos pela gramática tradicional. Inclui na análise critérios semânticos relacionados à estrutura argumental dos verbos. Essa perspectiva apresenta duas classes de verbos intransitivos: os inergativos e os inacusativos (também denominados ergativos puros) (Mendikoetxea, 1999).

Esses verbos têm em comum a seleção de um só argumento, ou seja, apenas um constituinte indispensável à construção semântico-sintática da oração. Os inergativos denotam processos que dependem da vontade de um agente: *rir, chorar, saltar*; os inacusativos (ergativos puros) denotam estado ou eventos não agentivos: *existir, aparecer, florescer, crescer*, cujo único argumento é interpretado como aquele que recebe a ação ou manifesta a eventualidade transmitida pelo verbo. Nessa estruturação, o argumento do verbo é sempre *tema*.

O critério para determinar a ergatividade se baseia na causalidade, porém não revelada, isto é, são construções com um só argumento, que não é o agente da ação, mas também sem mencionar o causador real do evento. Como nessas estruturas o sujeito é *tema* (paciente) da ação, tem-se estabelecido um paralelo entre estas e as construções passivas:

(11) A cortina (se) rasgou.

O sujeito não é agente, mas sim um paciente do processo, que se faz necessário inferir uma causação externa. A *cortina* não apresenta traço agentivo, portanto não atua como causa de um processo.

2.1.3. A ergatividade e a gramática gerativa

Os gerativistas defendem que os verbos possuem uma estrutura subléxica que determina seus usos *transitivo*, *ergativo* e *inacusativo*. No gerativismo, há distinção entre os termos *ergativo* e *inacusativo*. Para a maioria das teorias, inacusatividade é sinônimo de ergatividade, mas esse não é o pensamento dos gerativistas.

Apesar de o conceito de ergatividade ser o mesmo – a causalidade interna dos processos – mesmo assim percebe-se uma flutuação na terminologia aplicada para demonstrar a ergativização, conforme tem sido apresentado nesta pesquisa.

A gramática gerativa faz a distinção entre verbos ergativos inerentes e os transitivos que apresentam uso ergativo. Segundo Masullo (*apud* Sabaj, 2002), os ergativos inerentes são aqueles cujo único argumento é agente e paciente de uma mudança de estado, de atitude ou de posição. Na gramática tradicional, correspondem aos verbos pronominais que apresentam dois traços em sua estrutura; um expressa a causa e o outro, mudança de estado:

(12) Felipe se arrependeu de seus pecados.

O argumento *Felipe* é tanto o causador como o paciente do processo verbal. Masullo afirma, ainda, que os verbos ergativos inerentes não apresentam contraparte transitiva:

(13) * Felipe (se) arrependeu a Ana de seus pecados.

Distinguem-se, assim, os verbos ergativos inerentes de certos verbos transitivos causativos que apresentam um uso ergativo:

(14) O calor derreteu a neve.

(15) A neve derreteu-se.

Esse uso ergativo (15) de verbos transitivos causativos se relaciona com o ergativo inerente (12) na medida em que apresenta um só argumento que sofre a ação denotada pelo verbo; a diferença consiste no traço volitivo humano exigido pelos ergativos inerentes. Nas estruturas ergativas, derivadas de uma contraparte transitiva, é preciso recuperar-se uma causa ou força externa (animada ou inanimada) que deflagra o evento e que se lexicaliza no clítico **se**. Tal qual os ergativos inerentes, também apresentam dois traços em sua estrutura subléxica: causador e alvo.

Um terceiro grupo que se destaca são os verbos inacusativos que se subdividem em inacusativos inerentes (existenciais): *existir, suceder, ocorrer, surgir etc.*; inacusativos derivados (de processo) ou ergativos: *molhar (-se), secar (-se), fechar (-se) etc.*

A semelhança entre inacusativos inerentes e ergativos consiste em ambos requererem um só argumento. Apresentam diferenças quanto à estrutura subléxica e caráter animado e inanimado do argumento. Os verbos inacusativos inerentes são monoargumentais e podem ter argumento animado ou inanimado:

(16) João *surgiu* na esquina.

(17) A felicidade *surgiu* no calor da juventude.

Os verbos inacusativos (de processo) ou ergativos possuem dois traços: um expresso pela causa, outro pelo resultado, além de requerer um argumento animado:

(18) Felipe deteve-se.

A diferença entre os verbos ergativos inerentes e os verbos inacusativos de processo ou ergativos é que estes apresentam uma versão transitiva:

(19) Felipe deteve a mulher.

2.1.4. A ergatividade e a gramática funcional

A gramática funcional preocupa-se com o funcionamento das estruturas no uso da língua. Segundo Givón, a transitividade é um fenômeno complexo que envolve traços sintáticos e semânticos. Sintaticamente é aquela que possui um complemento; semanticamente envolve três fatores ligados às propriedades semânticas do sujeito: agentividade, afetação e perfectividade. Em oposição, surge a de-transitivização (ou ergativização), processo que apresenta o decréscimo dos fatores de transitividade.

2.2. A transitividade nas gramáticas e dicionários

Não se encontra, na literatura tradicional, referência ao conceito de ergatividade; alguns autores, contudo, sentem-se incomodados com questões como a apresentada em (10) e, mesmo sem denominar essas estruturas como ergativas, apresentam suas inquietações por meio de observações e nomenclaturas diferenciadas.

Com o intuito de investigar o comportamento dessas construções e como são referenciadas tradicionalmente, proceder-se-á ao exame da contribuição de alguns representantes da tradição descritiva.

2.2.1. Em gramáticas

Nos estudos gramaticais, inserem-se muitos autores de renome. Seria impossível registrar todos neste trabalho, mas, pela relevância de suas obras no campo lingüístico, foi realizada uma seleção daqueles que se acredita serem os mais importantes gramáticos da língua portuguesa no Brasil: Celso Cunha (2001), Cláudio Brandão (1963), Evanildo Bechara (2004), Rocha Lima (1963) e Said Ali (1966).

Verificar-se-á como eles abordam a noção de transitividade e como se posicionam diante de construções polêmicas quanto à classificação das vozes verbais e, conseqüentemente, quanto à do sujeito.

l) Celso Cunha

A abordagem de Celso Cunha (2001) em relação à transitividade verbal é uma divisão tradicional em transitivos e intransitivos. Nestes, o processo verbal encerra-se no próprio verbo; naqueles, transmite a outros elementos a ação verbal. Não registra a possibilidade de modificação da transitividade de um verbo em função do contexto, permitindo concluir, equivocadamente, que a transitividade verbal é rígida e não sofre alterações contextuais.

Quanto à flexão de vozes verbais, também é uma apresentação tradicional. Celso Cunha faz a subdivisão em ativa, passiva e reflexiva. Faz uma leitura estritamente sintática, desconsiderando aspectos semânticos e, como só utiliza exemplos clichês, não compromete a análise:

(20) João feriu Pedro.

(21) Pedro foi ferido por João.

Partir de referências como essas, torna muito simples realizar uma análise puramente sintática das estruturas. O sujeito é animado, portanto passível de comandar uma ação, ou seja, possui papel semântico de “agente”. O autor não envereda por trilhas sinuosas, como esta construção:

(22) O jarro quebrou.

Certamente classificaria como exemplo de voz ativa com sujeito agente; e é essa a análise tradicional. Mas, depositando um olhar crítico-semântico, é difícil aceitar essa construção como ativa, uma vez se tratar de sujeito inanimado. Está evidente que há uma escamoteação do sujeito-agente, e o objeto é recuperado para a posição argumental externa, desocupada devido a alguma intenção discursiva. Esse processo de escamotear o sujeito será discutido no capítulo da análise do *corpus*.

II) Cláudio Brandão

O conceito de *ergatividade* é recente nos estudos lingüísticos, mas é muito interessante como ele já pairava sobre o meio acadêmico. Percebe-se em obras como a *Sintaxe clássica do português*, de Cláudio Brandão (1963), um incômodo quanto à classificação semântica como *ativos* ou *passivos* em relação a determinados verbos – *dormir, sentir, esquecer, envergonhar-se* – pois não se percebem atos de um sujeito – “Indicam o que no mesmo se passa por uma ação a ele externa e amiúde estranha à sua vontade.” (p.370).

Os gramáticos latinos criaram a categoria de verbos *neutros*, exatamente para dar conta desses casos flutuantes. Essa categorização foi vulnerável ao processo de evolução da língua e, hoje, estão inseridos nos verbos *intransitivos*.

Na análise da *intransitividade*, reporta-se, também, aos *intransitivos* usados de forma causativa com *complemento objetivo*:

(23) O calor amadureceu a fruta.

Esse processo de causativização descrito por Brandão está cada vez mais recorrente no português. Sua aplicabilidade condiciona-se a fatores funcionais e discursivos: “Nesse sentido, pode-se dizer que a opção do usuário por uma determinada forma causativa explica-se, dentre as muitas razões, por outras, inter-relacionadas com as funções expressiva, conativa e fática da linguagem.” (Bittencourt, 2001, p.221).

O autor enfatiza a descrição dos verbos *intransitivos* que se apresentam com pronome reflexivo, cujo objetivo é denotar a ação dependente do sujeito e que o interessa particularmente. Cláudio Brandão afirma que essas construções constituem o “reflexo do interesse” e o “reflexo dinâmico” (p.43). Entende-se por *dinâmico* o processo verbal que envolve o sujeito sem que esse desempenhe qualquer atitude volitiva. Encontra-se em verbos *intransitivos* indicadores de movimento – *ir, vir, partir, chegar, subir, descer* – e de estado – *viver, dormir, ficar, estar* – com sujeitos animados ou supostamente animados.

Alguns verbos indicativos de fenômenos ou estados psíquicos admitem os pronomes oblíquos como *complementos objetivos*, expressando que o sujeito é afetado por uma ação que o envolve, porém independente de sua vontade. Por

possuírem o clítico *se*, cuja origem latina aponta para a reflexividade, esses verbos aparentemente são *reflexivos*, mas para tal seria necessário que o sujeito desempenhasse ação volitiva; dessa forma, enquadram-se no grupo dos verbos *pronominais*, que denotam sentimentos, emoções – *aborrecer-se, zangar-se, alegrar-se, entristecer-se, envergonhar-se, queixar-se, lamentar-se, esquecer-se, etc.*

Apesar de o autor não mencionar a terminologia *verbos ergativos*, estabeleceu-se rapidamente uma relação entre a descrição semântico-sintática apresentada e o conceito de ergatividade.

Ao abordar estruturas *reflexivas* ou *pseudo-reflexivas*, faz, ainda, um estudo das vozes verbais, definindo-as como:

Vozes são as formas flexionais ou perifrásticas indicadoras das relações do verbo com o sujeito, isto é, que exprimem se este é agente ou recipiente ou, ao mesmo tempo, agente e recipiente da ação verbal. (Brandão, 1963, p.368)

Observa que a gramática tradicional distingue três vozes: *ativa, passiva e reflexiva*; esta última, também, denominada *média* ou *medial*, por considerá-la um estágio entre a *ativa* e a *passiva*. Acredita ser essa uma distinção mais formal que substancial uma vez que, muitas vezes, desconsidera a realidade semântica dos verbos.

Cláudio Brandão aborda as vozes verbais da seguinte forma:

a) Voz ativa

A estrutura de voz ativa denota o que o sujeito realiza e é composta de verbos *transitivos e intransitivos*. São apresentados como *modalidades de ação*: esta se concentra no sujeito, sem ser transmitida a outro ser; aquela, uma atividade que parte do sujeito e é refletida num ser diferente dele.

b) Voz passiva

Tradicionalmente a voz passiva só se realiza com verbos transitivos diretos. Questiona essa afirmação e demonstra que, por analogia, alguns relativos também admitem formas passivas:

(24) As leis são obedecidas por mim.

Em contrapartida, diz não ser extensiva a todos transitivos diretos a construção passiva. Embora as estruturas encontradas não sejam agramaticais, estão condicionadas à situação comunicativa. É o que ocorre com os verbos denotadores de ação que deve terminar (verbos *perfectivos*) – *cortar, fazer, escrever* – não são usados no presente ou no imperfeito da passiva um ato ainda não concluído – ao dizer que está fazendo um bolo no momento, não se pode enunciar – *Este bolo é feito por mim*, mas sim *estou fazendo* ou *faço este bolo*. Com verbos *perfectivos*, o foco da informação é o sujeito, não havendo intenção discursiva de escamoteá-lo, por essa razão que a construção passiva não é adequada, pois nela reside a intencionalidade de desfocar o sujeito: “De modo geral, não é falso afirmar-se que se usa a passiva sempre que diminui, por qualquer razão, o interesse pelo agente da ação, atentando-se mais no ser que a recebe.” (Brandão, 1963, p.370)

Embora em construções como *este bolo foi feito por mim* figure o autor da ação, revestido de *agente da passiva* (*complemento de causa eficiente* – segundo Cláudio Brandão), a carga semântico-discursiva desse termo é fraca na escala argumentativa, isto é, o elemento destinado a tópico é o objeto nocional recategorizado como sujeito; para o real desencadeador da ação, destina-se um papel inexpressivo, por vezes até suprimido da oração, o de ser *agente da passiva*.

Cláudio Brandão analisa três modalidades de *passiva*: *analítica, pronominal e depoente*.

- Analítica

Cláudio Brandão não se estende na análise detalhada da passiva analítica, preocupa-se mais em atender aos questionamentos impostos pela passiva pronominal.

A passiva analítica é uma herança do latim vulgar. O povo, por encontrar dificuldades em se expressar como os eruditos, começou a criar novas estruturas lingüísticas que facilitassem sua comunicação como, por exemplo, o apagamento das formas sintéticas ou sufixais da voz passiva por formas analíticas ou perifrásticas. Essa visão diacrônica será minuciosamente analisada no capítulo 3, no item *abordagem diacrônica do clítico se*.

O autor explicita que os *complementos de causa eficiente* podem ser regidos pelas preposições *por* e *de*:

- (25) Não há heresia que se não tirasse da Sagrada Escritura, e contudo as palavras são ditadas pelo Espírito Santo” (Vieira, Cartas, 1º, 179);
 (26) Dai-me que vos ame quanto vós quereis ser de mim amado (Tome de Jesus, Trab., 1º, 233).

Atualmente o uso da preposição *por* é mais comum, embora com verbos que exprimem sentimentos e afetos ainda seja usada a preposição *de*:

- (27) Homem amado e temido de todos.

- Pronominal

Para melhor esclarecer a análise de Cláudio Brandão, é preciso ter conhecimento de que muitos verbos latinos de forma passiva têm sentido médio:

O processo denotado pelo verbo se realiza no domínio do sujeito ou em seu interesse, ou que a ação nele se executa sem interferência da sua vontade - passividade subjetiva em contraposição à passividade objetiva – banhar-se, mover-se, reunir-se. (Brandão, 1963, p.374)

Em muitos casos, a voz reflexiva equivale à média, ambas possuem a marca morfológica do clítico **se**, dificultando a distinção entre elas. Aos poucos, a *reflexiva* foi substituindo a *média* e, nos casos em que não se cita o autor da ação, seja qual for a intenção discursiva, também se sobrepõe à passiva:

Parece plausível explicar-se o aparecimento de tais construções pelo “animismo” que domina a linguagem. Quando se torna difícil ou sem interesse declarar-se o verdadeiro autor da ação ou quando não convém, por qualquer motivo, fazê-lo conhecido, tende-se naturalmente, por uma ficção instintiva, espontânea, a figurar o ser, logicamente objeto da ação, como ativo, praticando-a por si mesmo e em si mesmo, embora na realidade seja o sentido passivo – por exemplo – abriram-se as portas de par em par.(Brandão, 1963, p.375)

Nesse exemplo de Cláudio Brandão, trata-se de voz passiva pronominal, mas se houvesse a inversão do sujeito para o início da oração, a interpretação seria *medial dinâmica*, isto é, sujeito inanimado “desempenhando” uma ação. Segundo Said Ali (1966), definir entre a *passiva sintética* e a *medial dinâmica* é apenas uma questão de topicalização:

- (28) Abriram-se as portas.
 (29) As portas abriram-se.

Tanto em (28) quanto em (29), há um agente suprimido da oração, porém é evidente que em (28), exemplo de voz passiva sintética, existe um ser animado que pode ser recuperado como sujeito da ação; em (29), exemplo de voz média, o objeto semântico é promovido a sujeito sintático. Brandão denomina essa transposição como *animismo*, ou seja, é o processo de personificação de seres inanimados, sendo que isso já ocorrera no latim e foi sufocado pela forma apassivadora, uma vez que, pela visão antropocêntrica do homem da antigüidade, só seres humanos eram passíveis de realizar ações; desconsiderando, então, a existência da voz média.

Cláudio Brandão segue a norma culta tradicional na análise da partícula **se** como apassivante ao acompanhar verbos transitivos. Demonstra desprezo por aqueles que afirmam estar corretas formas como *vende-se casas*: “São tentativas de legitimar solecismos grosseiros indignos da linguagem de quem se preze de medianamente sabedor do vernáculo.” (p.376)

O autor enuncia que havia a possibilidade da presença do *complemento de causa eficiente* (agente da passiva) em linguagem arcaizante mesmo com verbos apassivados pela partícula **se**:

(30) Neste tempo achamos também que se descobriram as ilhas a que ora chamamos do Cabo Verde per um Antonio de Nole (Barros, Dec., L. 1º, 64)

Trata-se de uma construção curiosa, haja vista o uso da passiva pronominal ser exatamente uma opção para escamotear o agente, desconhecido ou não revelado.

- Depoente ou latente

Os verbos latinos que tinham uma forma especial distinta da forma ativa eram denominados *depoentes*. Essa estrutura era idêntica à da voz passiva, mas com outra significação. No latim clássico, indicavam reflexividade (ou medialidade); na evolução românica, os verbos depoentes adquiriram as desinências de voz ativa, embora tenham mantido a noção de reflexividade. São os casos de voz passiva estruturada por infinitivo de forma ativa, mas com sentido passivo, dependentes de alguns verbos e adjetivos:

(31) *A carta foi mandada escrever (=ser escrita) pelo secretário*

(32) *Ossos duros de roer (=de ser roídos)*

Os casos de passiva depoente, segundo Brandão (1963, p. 378) são os seguintes:

- com certos adjetivos, servindo-lhes de complemento de limitação - *esta história é longa de contar. (Sá de Miranda, obras 1º 167)*
- com alguns verbos que denotam movimento - *vi levar a enterrar à igreja um fidalgo mui principal (Aveiro, Itiner., c. 14, p.71)*
- com *mandar* e *fazer* - *fez-se levar ao mosteiro (Sousa, S. Dom., L.6º, c.14, p.421); manda equipar batéis (Lus. VI, 52).*
- com *deixar* - *ela se deixou enganar (Bern., N. Flor, 3º, 225)*
- com *ver*, *ouvir* e *sentir* - *ele, que se ouvia louvar (Morais, Palmeirim, 1º, 205); (...)porque o vi examinar em Coimbra (Vieira, Cartas, 1º, 350); o pobre devoto logo depois sentiu-se agarrar ...(Rebello da Silva, a mocidade de D. João V, 1º, 205).*

c) Voz reflexiva

A idéia básica é de um sujeito ser agente e paciente, que pratica a ação sobre si mesmo – *Mário cortou-se*; ou quando a ação é praticada por dois ou mais sujeitos e por eles são reciprocamente recebida, tem-se a voz *recíproca* - *eles se odeiam* (uns aos outros, entre si).

Apesar de o autor apresentar essa definição tradicional, não ignora outros sentidos que também são despertados pela semântica dessas orações *ditas reflexivas*:

- mudança de estado verificada no sujeito, sem intervenção direta da sua vontade – *a criança caiu e feriu-se nas pedras*;
- atividade interna que se passa no sujeito sem ele contribuir voluntariamente para ela – *o aluno enfastiou-se com a lição e o professor aborreceu-se com ele*;
- interesse vivo que mostra o sujeito no realizar certa ação – *ficava-se horas e horas com o filho*.

Essas novas idéias enunciadas por Brandão são, na verdade, exemplos de uma voz medial dinâmica, que se estrutura ao redor de verbos *ergativos*. Embora, como se trata de uma terminologia recente, não utiliza essa nomenclatura na sua descrição.

Muitos autores, até hoje, classificam todos esses sentidos como exemplos de voz *reflexiva*, sem apresentar a *média* como uma categoria de voz independente em português. Nesta pesquisa, no item da análise diacrônica do clítico **se** (capítulo 3), será feita uma análise do estado atual das vozes verbais em português e suas relações com a origem latina; assim, verificar-se-á em que momento da história da língua essas vozes verbais co-existiram, quando e como ocorreu a suplantação de umas pelas outras.

III) Evanildo Bechara

A referenciação de Bechara (2004) à transitividade faz-se sob uma nomenclatura diferenciada. Inicia a reflexão a partir da classificação de um predicado como *simples* ou *complexo*, de acordo com o conteúdo léxico do verbo que lhe serve de núcleo. Informa que alguns verbos apresentam conteúdo léxico muito extenso semanticamente e que, para haver uma delimitação, utilizam-se outros signos léxicos adequados à realidade concreta, denominando-os de *argumentos* ou *complementos verbais*. Por conseguinte, os verbos que necessitam dessa delimitação são chamados de *transitivos*.

Segundo o autor, os verbos que não precisam de argumentos para complementá-los são denominados como predicado *simples*; referem-se a realidades concretas, e a tradição gramatical chama de *intransitivos*.

Bechara aborda, ainda, a possibilidade de um verbo *transitivo* ser aplicado como *intransitivo* em determinada sentença. Isso é possível quando o verbo tem aplicação muito vaga, generalizadora, por exemplo:

(33) Eles bebem pouco. (algo líquido: água, refrigerante, suco etc.)

Por isso que determinados predicados não podem ser empregados *intransitivamente*, porque a posição argumental não pode ser preenchida por um signo léxico abrangente:

(34) (?) Ele ofereceu.

A estrutura sintática em (34) só é permitida pragmaticamente, isto é, se a situação comunicativa vier a promover a compreensão da mensagem.

O autor conclui que a oposição entre transitivo e intransitivo não é absoluta, e mais pertence ao léxico do que à gramática.

Bechara (2004) trabalha com os conceitos básicos de flexão de voz: ativa, passiva e reflexiva. Considera ativa aquela em que o verbo se refere à pessoa que realiza a ação, o “agente”; como passiva, a forma verbal que se refere ao verbo como o objeto da ação, “paciente”.

Contudo, o autor aborda a diferença entre voz passiva e passividade. Mostra que voz é uma estruturação de cunho sintático, enquanto passividade é semântico. A passividade não se reflete apenas na voz passiva, na flexão ativa também, caso o verbo apresente sentido passivo:

(35) Os criminosos recebem o merecido castigo.

Bechara discute em *observações* alguns pontos relevantes para este trabalho. Primeiramente, cita a forma verbal *batizei-me* e apresenta duas análises, como passiva pronominal e como reflexiva. Não se posiciona diante da questão. Limita-se a fazer apenas o registro. Não menciona nenhuma justificativa para a primeira e para a segunda, afirma que alguns interpretam o fato como reflexivo por indicar uma atitude consciente do batismo recebido por parte de alguém.

Alguns verbos como *queixar-se*, em que não se percebe mais a ação reflexa, mas sim a indicação de que a pessoa à qual o verbo se refere está afetada, também são por ele relacionados. Seriam os chamados verbos pronominais, e o **se** - *parte integrante do verbo*. Ainda menciona o pronome **se** como *partícula de realce*, que se presta a imputar ênfase, expressividade à oração, como em *partir-se*.

O fenômeno lingüístico do apagamento do clítico também é mencionado por Bechara. Isso ocorre em verbos que o exigem de acordo com a norma padrão: *aquecer (se)*, *classificar (se)* etc. Trata-se de uma variação diatópica, cuja tendência é expandir-se cada vez mais por todo o País, uma vez que a língua em funcionamento está exposta às transformações operadas pelos falantes.

IV) Rocha Lima

Rocha Lima (1963) destina o capítulo XXIII da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* aos verbos e seus complementos. Primeiramente define verbo como “a palavra regente por excelência, cumpre proceder sempre à verificação da natureza dos complementos por ele exigidos” (p.333). Posteriormente apresenta o propósito de um complemento – “forma com o verbo uma expressão semântica, de tal sorte que a sua supressão torna o predicado incompreensível, por omissão e incompleto.” (p.333)

A descrição de Rocha Lima já direciona o estudo sintático através da semântica. Percebe com clareza que a estrutura sintática de um verbo está condicionada à natureza de seus complementos e que juntos formam uma *expressão semântica* indissociável.

A partir das definições, o autor passa à classificação dos verbos, quanto ao aspecto *transitividade*, subdividindo-os em:

- Intransitivos - Encerram em si toda a noção predicativa, dispensando quaisquer complementos;
- Transitivos diretos – Exigem a presença de um objeto direto;
- Transitivos indiretos – Exigem a presença de um objeto indireto;
- Transitivos relativos – Apresentam um complemento preposicional chamado *relativo*;
- Bitransitivos – Concomitantemente possuem um objeto direto e um indireto, ou um objeto direto e um complemento relativo.

Rocha Lima cita os verbos que apresentam um pronome reflexivo *fossilizado*, isto é, apesar de serem considerados *pronominais*, não possuem *objeto direto*, nem *indireto*; o pronome, simplesmente, incorpora-se ao verbo para realizar a flexão verbal. Cita como exemplo os verbos *arrepender-se*, *abster-se*, *ater-se*, *atrever-se*, *dignar-se*, *esforçar-se*, *queixar-se*, *ufanar-se*, etc. O autor justifica o uso do reflexivo, talvez, por uma analogia a outros verbos que se flexionam com pronomes, sendo que estes são, de fato, objetos diretos – *ferir-se*, *magoar-se*, *aborrecer-se*, etc.

O autor registra, também, alguns verbos que se apresentam ora com sua forma *ativa absoluta*, ora com *pronome reflexo*. Afirma que muitos gramáticos admitem a forma reflexa como posterior à ativa, mas outros apontam a ativa como a mais recente, denominando o clítico **se** como *um trambolho que foi retirado* (p.337):

(36) [...] eis aqui o que Deus mostrou a Ezequiel e o que passa no mundo. (Vieira)

(37) – Diga-me uma coisa: sua irmã?

– Está em Coimbra, casou. (Eça de Queirós)

O apagamento do clítico **se** é um fenômeno lingüístico que paira sobre a língua portuguesa há muito tempo. Nos séculos XVII e XIX, já havia registros como os citados em (36) e (37). Os estudos sincrônicos continuam apontando uma tendência à supressão pronominal, principalmente no dialeto mineiro:

A variação é freqüentemente diatópica, de tal sorte que o uso do clítico pode causar estranheza a pessoas que falam um determinado dialeto e ser perfeitamente normal a outras.[...] não sabemos ainda em que regiões brasileiras a perda dos clíticos é mais acentuada, embora haja pesquisas setorializadas, que fornecem indícios de que no centro-oeste e sudeste do país, especialmente em Minas Gerais, o fato se verifica bem mais intensamente do que nas outras regiões. (Monteiro, 1994, p.94)

Rocha Lima faz uma abordagem dos verbos pronominais de forma estritamente sintática, preocupando-se em afirmar que o clítico **se** não corresponde a um complemento verbal, que apenas se incorpora à flexão do verbo. Não realiza uma interpretação semântica do comportamento do sujeito em relação ao verbo, ou seja, se é: agente, paciente, envolvido pelo processo verbal, volitivo (ou não), animado (ou não) entre outras especificações semânticas. Dessa forma, até há correlação com a estrutura ergativa uma vez que abordou a questão dos verbos pronominais, contudo não se pode dizer que houve registro da *ergatividade* como processo verbal.

V) Said Ali

Said Ali (1966) define verbo como a palavra que exprime ação ou estado, que apresenta significação completa ou não, este transitivo, aquele intransitivo.

O autor não se furta à exemplificação de verbos transitivos que são usados como intransitivos de acordo com o contexto. Diz que “a linha de demarcação nem sempre pode ser rigorosa entre eles.” (ALI, 1966, p.165). Elenca diversos verbos e

suas mais variadas formas de relacionar-se com seus complementos. Discute a sintaxe dessas construções sob um recorte semântico, analisando a função semântica dos complementos verbais, que serão discutidas mais especificamente no item que trata das funções semânticas das construções sintáticas.

Said Ali (1966), em sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* – capítulo Vozes Ativa, Passiva e Medial, discorre sobre esses três tipos de flexão de voz. Demonstra uma apreciação mais detalhada que os autores referidos anteriormente.

Em relação às vozes ativa e passiva, não se distancia dos demais autores. Contrariamente, inicia sua descrição a partir da passiva e mostra a estruturação com o verbo auxiliar *ser* adicionado ao particípio passado de um verbo principal, apresentando sujeito *paciente*:

(38) A ave foi ferida pelo caçador.

Para aproveitar o exemplo, ele diz ser a voz ativa exatamente o contrário, sujeito agente e verbo com conjugação simples:

(39) O caçador feriu a ave.

Said Ali faz um comentário, que vislumbra a possibilidade de uma análise mais voltada para uma interpretação semântica. Reconhece que essas classificações facilitam o estudo da sintaxe, mas nem sempre condiz com a semântica do verbo:

(40) João envelheceu.

Desse sujeito, não se extrai nenhuma atividade. Na verdade, revela-se um estado pelo qual o sujeito passa sem desempenhar nenhum esforço. Sujeitos como em (40) são mais *pacientes* do que *agentes* e, segundo Said Ali (1966, p.177), “aproximam-se mais dos transitivos passivos que dos transitivos ativos.” Isso se afina à classificação atual desses verbos como *inacusativos* ou *ergativos*, isto é, verbos que apresentam argumento externo envolvido pelo processo verbal.

O autor considera *medial* a forma intermediária entre passiva e ativa, que abrange as funções de reflexividade, reciprocidade e outras. É a apreciação dessas

outras que é relevante para este trabalho, pois representam exatamente aquelas construções em que o sujeito é inanimado e não pode exercer o papel de “agente”.

O ponto mais discutido por Said Ali se concentra em verbos que apresentam o clítico **se**, mas não podem ser interpretados como se a ação partisse do sujeito e a ele retornasse. Denomina-se essa voz de medial *dinâmica*, mas essa terminologia não é utilizada por Said Ali; limita-se a classificá-la como “outras” ao lado da reflexiva e da recíproca. No entanto, o valor medial dinâmico é a herança mais viva, mais produtiva do **se** transmitida ao português. Da voz medial latina, herdou-se o **se** parte integrante do verbo (*PIV*), partícula de realce ou expletiva (*PR*) e índice de indeterminação do sujeito (*IIS*), que são atribuições consideradas por Said Ali na análise descritiva da voz medial, mas não as denomina como será visto a seguir.

O início da análise aborda a diferença semântica entre ações reflexas voluntárias e involuntárias. Usa como exemplo o verbo *ferir-se*:

(41) Pedro, querendo matar-se, só conseguiu ferir-se.

(42) Pedro, atravessando o jardim, feriu-se nos espinhos da roseira.

No item (41), é contextualmente clara a noção reflexa do agente *Pedro*, é voluntária; no item (42), a ação é involuntária, por isso, para o referido autor, não pode ser considerada como medial reflexa, uma vez que equivale a *Pedro ficar ferido*. É nesse ponto que apresenta o primeiro caso de forma reflexa com o pronome **se** que não apresenta significação reflexiva. Porém em vez de apontar a sua classificação, deixa subentendido que pertence ao que chamou no início de “outras”. Pelo estudo levantado nesta pesquisa, sabe-se que Said Ali se refere à voz medial dinâmica. A ação não parte do sujeito. Este é envolvido pelo processo verbal.

Ao verbo *ferir-se*, podem-se juntar os verbos *molhar-se*, *sujar-se*, *machucar-se*, *afogar-se* e *outros*; todos, de acordo com o contexto, podem expressar atos voluntários, reflexividade; involuntários, dinamismo.

Na seqüência, o autor elenca verbos que não se prestam à significação reflexa, apesar da forma pronominal, tais como *apaixonar-se*, *apiedar-se*, *convencer-se*, *enganar-se*, *enfurecer-se*, *irar-se* e *zangar-se*. Veja o exemplo:

(43) O menino enfureceu-se.

No item (42), “a forma reflexa vem aqui dizer que o mesmo efeito para o sujeito, como agente, produz em outros indivíduos, se produziu inversamente nele por uma causa qualquer do mundo exterior.” (Ali, 1966, p.178).

Ainda faz uma distinção entre forma e significação ao mencionar verbo que demonstra:

Estado d'alma pode despertar impulsos, e assim o sentimento virá a manifestar-se exteriormente por alguma atividade. Verbos pronominais, neste caso, têm significação ativa, denotando o pronome reflexivo a pessoa vivamente afetada. Tais são: gloriar-se, vangloriar-se, gabar-se, atrever-se, queixar-se, lamentar-se etc.(Ali, 1966, p.178)

Repare que Said Ali não diz que esses verbos pertencem à flexão de voz ativa, diz “significação ativa”, o que se infere que são enquadrados na categoria de voz medial.

A tendência à despronominalização de verbos indicadores de movimento também é um ponto destacado pelo autor. Como será visto no próximo capítulo, havia muitos verbos pronominais no latim, mas com o passar do tempo e com o uso da língua, a presença desses clíticos foi sendo dispensável. No rastro desse apagamento, o que antes era considerado como **se** (*PIV*), após a queda do pronome tem sido denominado como um **se** (*PR*).

Said Ali toca em um ponto nevrálgico da análise do **se**: a personificação de seres inanimados. De acordo com estudos latinos, o processo de animismo ocorre desde o latim clássico, embora seja renegado por muitos gramáticos sob o ponto de vista lógico, que desconsideram a metáfora da personificação, e atribuem a essas frases um sentido passivo, e não médio. Mas o grande mestre afirma que, mesmo com sujeitos personificados, os verbos não alteram sua carga semântica, portanto considerando-os na flexão medial:

- (44) O rio cobre-se com o seu manto de névoas.
 (45) O rei cobre-se com o seu manto de pérolas.

A personificação do objeto em questão é marcada na oração a partir do momento em que se coloca esse elemento personificado na posição canônica de sujeito (anteposto ao verbo). Essa possibilidade de estruturação deve-se ao fato de que não é obrigatória a recuperação de um agente humano. O local destinado ao sujeito encontrando-se vazio permite a ocupação pelo elemento personificado, que

representa a voz média, pois neste caso denota ato espontâneo, sem agente ou causa aparente:

(46) O leite estragou-se.

A recuperação de um agente humano em (46) é possível, mas não é obrigatória. Em situações nas quais a noção de agente humano é latente, mesmo que não esteja expresso no enunciado, o elemento inanimado não sofre personificação, é destinado à posição canônica de objeto (posposto ao verbo):

(47) Vendem-se casas.

Com essa observação, Said Ali toca na questão mais controversa em relação ao pronome **se** acoplado a verbo transitivo direto: o termo posposto ao verbo ser sujeito paciente ou objeto direto. O referido autor considera, contra toda a norma gramatical vigente, a oração (47) não como exemplo de voz passiva sintética, mas sim uma voz ativa impessoal, em que o sujeito está indeterminado, lexicalizada essa indeterminação no pronome **se**, e o vocábulo “casas” presta-se ao papel sintático de objeto direto. De acordo com o já referido anteriormente, Said Ali não nomeia o **se**. Os estudos atuais denominam-no, nos casos de verbos pronominais, que foram os exemplificados em (44) e (46), como *PIV*.

Na visão de Said Ali, o exemplo (47) seria um *IIS* por tudo enunciado anteriormente, e não manteria o verbo no plural. Diz tratar-se de uma oração em que o sujeito humano é obrigatório; portanto, uma vez que não está explícito na frase, encontra-se indeterminado.

Mais a frente, discutir-se-á especificamente essa questão, ao proceder-se à revisão do capítulo referente à partícula **se**, inserido no livro *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1957) do mesmo autor.

Ao citar os verbos intransitivos, primitivamente ativos, que eventualmente são flexionados com o pronome reflexivo, diz ser uma questão de ênfase ou até mesmo de estilo:

(48) Antonio foi-se para o mato.

(49) Antonio foi para o mato.

A análise semântica de ambas é diferente. Em (48), o pronome transmite uma idéia de uma ação mais violenta ou definitiva, enquanto em (49) relata um fato desprovido de qualquer noção enfática.

Tais como o “ir”, outros verbos conjugam-se pronominais por simples recurso estilístico: *rir* (rir-se), *sorrir* (sorrir-se), *morrer* (morrer-se), *viver* (viver-se) e outros.

Mais uma vez, o dileto autor não registra a nomenclatura do **se**, que atuando com esse sentido, denomina-se *PR*, mais uma herança da voz medial latina.

Na obra *Dificuldades da Língua Portuguesa*, o capítulo referente ao pronome **se** é um estudo abrangente da evolução desse reflexivo. Considera-se que seja a base de qualquer pesquisa a respeito desse tema.

Inicia fazendo uma abordagem histórica do clítico **se**. No período de formação das línguas românicas, o modelo medial sintético extinguiu-se, prevalecendo o medial analítico. Isso ocorreu devido à tendência do povo a optar pelas formas analíticas, mais fáceis de compreender, menos rebuscadas. A voz médio-passiva foi desmembrada em duas partes nas línguas românicas: “médio” pelo uso do reflexivo; “passivo” pelo uso do verbo *ser* mais o *particípio passado*.

Apresenta as atribuições dadas ao pronome **se**: reflexivo, recíproco, significação mais enérgica e destinada a calar o nome do agente. Percebe-se que o autor evita ater-se a nomenclaturas, como partículas e índices.

Em tom irônico, comenta a respeito dos verbos usados como denotadores de ação, portanto com sujeito ativo, mas que não se concebe uma pessoa no comando do processo verbal:

(50) Pedro aborreceu-se.

Esses verbos enunciam um estado d’alma, afeto, sentimento, sendo flexionados com o auxílio de pronomes reflexivos. Mais uma vez, avesso a rótulos, não são classificados, mas seriam os ditos pronominais.

Said Ali cita alguns verbos com reflexivos que possuem contraparte ativa e transitiva, como o verbo *mostrar-se* e *erguer-se*, por exemplo. Aproveita esses exemplos e revela que a mera supressão do clítico, fenômeno que vem ocorrendo

na língua, pode dar ao verbo um caráter intransitivo, deixando a reflexividade lexicalizada no verbo:

(51) O barco afundou-se.

(52) O barco afundou.

A referência que faz a respeito do pronome **se** na função de objeto indireto, ou como ele denomina, *dativo de interesse*, é mínima. Não apresenta relevância.

Reconhece que havia muitos verbos pronominais no passado da língua, mas a tendência atual é pelo apagamento. Em formas verbais como *riu* e *riu-se*, não há diferença sintático-semântica. É apenas uma forma de demonstrar a participação intensa do sujeito na ação.

Apresenta a grande dificuldade em distinguir a voz média da passiva e até mesmo da ativa. Não aceita que tentem definir na forma aquilo que não foi possível pela semântica. E afirma com veemência que forma com o pronome **se** não é passiva, que a idéia de apassivamento por meio de substituições é frágil. Nesse ponto, refere-se à conversão da passiva sintética em passiva analítica. Diz que essa substituição não possui valor morfológico, portanto não pode ser tida como regra.

Said Ali relembra que por algum tempo na história da língua a forma reflexiva (média) coexistiu com a ativa, sem que a passiva existisse. As ações humanas não podiam ser enunciadas sem um agente, e quando o agente humano era desconhecido ou não convinha mencioná-lo, personificava-se o objeto inanimado, e fazia com que praticasse a ação sobre si mesmo:

(53) Tal mercadoria vende-se a si própria.

Aos poucos, essas construções foram sugerindo uma idéia de um agente humano, porém não determinado. A estrutura não sofreu muitas alterações, apenas designou para o local destinado ao complemento verbal, o objeto personificado, deixando a posição sintática de sujeito desocupada, inferida apenas semanticamente.

Enumera algumas regras práticas para o estudo do **se**, e bem ao seu estilo irônico, com comentários sagazes, com destaque para a regra nº 2, que aborda a questão da concordância do verbo com, para ele, pseudo-sujeito: “se porém o régimen direto não tiver preposição e se achar no plural, o verbo irá igualmente para

o plural, por falsa concordância.” (Ali, 1957, p.99). Portanto, com essa afirmação, ratifica seu ponto de vista, e desconsidera o elemento posterior a verbos transitivos diretos mais partícula **se** como sendo sujeitos. Segundo Said Ali, esses serão sempre objetos.

Na tentativa de reforçar sua teoria de indeterminação do sujeito na estrutura *VTD singular + se + substantivo plural*, vale-se de exemplos de profissionais que usam essa construção lingüística, cita pintores de tabuletas e letreiros e diz ser uma tendência natural do povo não concordar verbo com o objeto, porque de fato não é para ser feito.

Eis a vulnerabilidade da teoria de Said Ali. Tanto os exemplos citados quanto os profissionais que redigem essas construções estão inseridos em um gênero textual específico: tabuleta/anúncio. Nesse contexto, percebe-se sim a não correspondência entre passiva sintética e passiva analítica, como nos exemplos citados por Said Ali:

(54) Aluga-se esta casa.

(55) Esta casa é alugada.

Segundo a situação comunicativa criada pelo autor, se ambas as tabuletas estivessem dispostas em frente a uma casa, com certeza os pretendentes se encaminhariam para a (54), certos de que a outra já estaria alugada. Um anúncio como o de (55) é desnecessário, demonstra apenas o interesse dos inquilinos em informar não serem eles os proprietários.

Na continuação dos exemplos, menciona uma suposta oposição de um agente da passiva como uma hipergramaticalidade, declarada desnecessariamente:

(56) Esta casa é alugada por alguém.

O preocupante é estender a teoria da indeterminação com *verbo transitivo direto + se* a qualquer enunciado com essa estrutura. Veja os exemplos a seguir que, não inseridos no gênero *tabuleta*, apresentam uma estruturação semântico-sintática diferente:

(57) Discutiram-se os acordos.

(58) Os acordos foram discutidos.

As orações correspondem-se semanticamente e a colocação de um agente da passiva não seria nenhuma aberração:

(59) Os acordos foram discutidos pelos ministros.

O autor afirma que admitir sentido passivo é admitir a possibilidade de um agente, expresso ou não, e que o uso da partícula apassivadora está restrito a orações que não possuem agentes claros; sendo assim, vê nisso uma incoerência da regra gramatical. Mas, não ter agente claro não significa não ter agente. Portanto, como em (59), a aposição do agente da passiva é perfeitamente cabível.

2.2.2. Em dicionários

Os estudos da transitividade verbal também encontram nos dicionários uma fonte fidedigna no procedimento de investigações sobre essa temática; quando bem elaborados, informam a transitividade do verbo, bem como as alterações sofridas de acordo com a modificação semântica.

Figuram, no mundo acadêmico, vários registros lexicográficos, mas, neste trabalho, optou-se pela análise dos dicionários: *Aurélio*, *Caldas Aulete* e *Dicionário Gramatical de Verbos*. Trata-se de conceituadas obras, amplamente consultadas e referenciadas nas mais renomadas pesquisas.

Proceder-se-á à análise desses trabalhos, cujo objetivo é verificar se fazem alguma referência, ainda que indiretamente, à ergatividade; e, também, demonstrar como a transitividade é registrada no discurso acadêmico, uma vez que a ergativização parte da insuficiência da classificação sintática de transitivos e intransitivos.

I) Dicionário Aurélio

O dicionário Aurélio (1994) registra as acepções verbais relacionando semântica e sintaxe, a saber:

“**fechar**. *V.t.d.* **1.** Pôr algo apropriado para obstruir a entrada, a abertura de, na posição adequada; cerrar. **2.** Unir, juntar, ajuntar as partes separadas de; cerrar. **3.**

impedir, por meio de trinco, chave, aldrava, tranca, etc., a comunicação de (janela, porta, portão, etc.) com outra peça ou uma área, ou a parte exterior a esta peça ou área. **4.** Tapar a abertura de. **5.** Unir os bordos ou os lábios de. **6.** Pôr em recinto fechado. **7.** Impedir o acesso a. **8.** Impedir o trânsito em; impedir, obstruir. **9.** Fazer cessar, provisória ou definitivamente, o funcionamento de. **10.** Comprimir, estreitar, apertar; cerrar. **11.** Cercar em assédio. **12.** Limitar; demarcar. **13.** Pôr termo a ; concluir, terminar. **14.** Realizar definitivamente (um negócio). **15.** Na sinalização do trânsito, fazer passar (o sinal verde, que indica trânsito livre) a vermelho, que indica impedimento. **16.** Cortar. **17.** *Bras., Marajó* (Reunir o gado) na malhada ou noutro ponto qualquer. *T.i.* **18.** Terminar, acabar: *O horizonte fechava em cortina de fumaça. Int.* **19.** Terminar, acabar, findar, rematar. **20.** Encerrar o expediente. **21.** Encerrar a atividade, deixar de funcionar. **22.** Tornar-se denso, escuro; fechar (se), cerrar (se). **23.** Tornar o tempo chuvoso ou ventoso. **24.** Unirem-se os bordos ou lábios de (um ferimento); cicatrizar-se, fechar-se. **25.** Na sinalização do trânsito, passar (o sinal) de verde, que indica trânsito livre, a vermelho, que indica impedimento. *P.* **26.** Meter-se num recinto fechado; encerrar-se. **27.** Meter-se consigo mesmo; ensimesmar-se, concentrar-se. **28.** Ter fim; acabar-se. **29.** Tornar-se inacessível, inatingível. **30.** Dar por encerrado, por findo (um expediente, um negócio, etc.) **31.** Tornar-se denso, escuro, fechar, cerrar(-se). **32.** Unir-se, juntar, ajuntar-se (as partes separadas de alguma coisa); cerrar-se. (p.292)

O dicionário Aurélio apresenta uma abordagem lexicográfica tradicional: para cada predicação verbal aponta as referidas acepções sem haver contextualização do exemplário. Essa não exemplificação compromete a análise de o emprego intransitivo do verbo *fechar* corresponder a uso ergativo, pois é no contexto que se observa a realização da ergatividade, isto é, se há ou não a topicalização do objeto, tornando o verbo intransitivo-ergativo.

II) Dicionário Caldas Aulete

O dicionário Caldas Aulete (2004) apresenta a definição semântica dos verbos em conformidade com a classificação sintática:

“(1) fechar (fe.*char*) v. **1** Vedar a abertura de ou em. [**td.:** *fechar janelas, buraco.*] **2** Unir as partes de. [**td.:** *fechar um guarda-chuva.*] **3** Cicatrizar. [**int.** *A ferida está*

custando a fechar.] **4** Impedir o acesso ou a passagem (por). [**td.:** fechar uma rua. **ti.** + para: O semáforo fechou para os pedestres. **Tdi.** + a, para: Fecharam o viaduto para os caminhões. **Int.:** *Cuidado, o sinal vai fechar.*] **5** Manter(-se) dentro de; Trancafiar(-se). [**td.** (seguido de indicação de lugar): *À noite, fechavam o papagaio na gaiola. pr.:* *Fechou-se no quarto estudar.*] **6** Encerrar o expediente ou o funcionamento (de). [**td.:** *Eles só fecham a loja às 20 h. int.:* *O restaurante fechou por falta de clientes.*] **7** Inf. Int. Remover da tela por meio de comando. [**td.:** *Fechar um arquivo.*] **8** Finalizar; concluir. [**td.:** *fechar um acordo/uma conta.*] **9** Tornar-se retraído, circunspeto; retrair-se. [**pr.:** *Ela se fecha na frente de estranhos.*] **10** Tornar-se escuro e/ou chuvoso (o tempo). [**int.:** *O tempo fechou de repente.*]” (p.367).

Assim como no dicionário Aurélio, há referência à predicação verbal e às referidas acepções, contudo difere da análise anterior por registrar exemplos para cada definição. Isso se torna um facilitador na promoção da análise da ergatividade, pois é na contextualização que se pode verificar como atuam as estruturas ergativas. Como a nomenclatura tradicional não agasalha o termo ergatividade, lega ao conceito de intransitividade os casos que representam o processo de ergatização. Nas acepções intransitivas do verbo *fechar*, encontram-se, na verdade, exemplos de ergatividade, apresentando todas as características imputadas aos ergativos: demissão do agente, transposição de um não-agente a tópico e estativização do verbo.

Isso é o que os estudos funcionalistas denominam de-transitivização, ou seja, um verbo transitivo, como o *fechar*, admite uma contraparte intransitiva, tornando o enunciado mais distante das construções simples (ativas).

Uma pequena gramática, redigida por José Carlos de Azeredo, é apresentada antes da descrição dos verbetes. No que se refere à transitividade verbal, descreve os verbos de *predicação dupla*:

Muitos verbos se empregam articulados a um mesmo substantivo que, no papel de entidade afetada ou **tema**, tanto lhes pode servir de sujeito como de objeto: João **quebrou** o espelho (transitivo) e o espelho **quebrou** (intransitivo); o gato **subiu** a escada (transitivo) e a temperatura **subiu** (intransitivo) [...] Na construção intransitiva, somente o ser afetado (objeto) é mencionado e, reposicionado como sujeito, o verbo passa a concordar em número e pessoa com ele (Cf. O espelho **quebrou** / os espelhos **quebraram**) (Aulete, 2004, p. xxxi).

Essa minigramática também referencia os verbos pronominais e abre um tópico denominado *outras espécies de verbo pronominal*. Discute frases em que o pronome reflexivo, por estar ligado a um sujeito animado, apresenta ambigüidade quanto à classificação semântica (tema ou agente), mas conclui a questão afirmando que o que faz sentenças como *Pedro cortou-se* ser considerada ativa é a estrutura e não a intencionalidade.

Registra, ainda, frases como *o gelo derreteu*, que também possuem sujeito tema ou *ser afetado*, mas não apresentam marca morfológica que apontem para uma interpretação de sujeito paciente (tema).

Porém a análise dessas estruturas pronominais depara-se com um ponto inquietante: sentenças cujo verbo não denota ação, mas sim sentimentos (processos). Por exemplo, *entediar-se*, *desesperar-se*, só resta ao sujeito o papel de tema. Como a estrutura sintática não permite que seja classificada como voz passiva, e ao sujeito é claramente atribuído o papel semântico de tema, assim decide o autor da minigramática:

A fim de contornar a controvérsia gerada pela flutuação do papel semântico do sujeito dessas construções de um modo geral, elas são aqui incluídas na classe ampla das “construções pronominais” e os respectivos verbos classificados como “verbos pronominais”. (Aulete, 2004, p. xxxiii).

III) Dicionário Gramatical de Verbos

Francisco da Silva Borba (1991) coordenou a elaboração do Dicionário Gramatical de Verbos, no qual faz uma abordagem semântico-sintática na descrição apresentada nos verbetes, afirmando haver dois níveis na estrutura oracional: o subjacente (relações semânticas) e o superficial (estruturação sintática).

Para proceder à análise semântico-sintática, recorre à relação de dependência entre constituintes e verbos, denominada de *valência*, ou seja, a quantidade de argumentos exigida por um verbo. Essa seleção argumental nem sempre é obrigatória, por exemplo, o que ocorre com um complemento locativo que, de acordo com as gramáticas tradicionais, está legado ao papel de mero coadjuvante, mas em determinados contextos surge na valência do verbo, como ocorre com o verbo *pôr*, um locativo subjacente implicado pelo verbo:

(60) (?) Nós pusemos o armário.

- (61) Nós pusemos o armário no quarto.
 (62) Nós pescamos.
 (63) Nós pescamos no lago.

Em (60), percebe-se uma sentença incompleta, uma vez que o verbo *pôr* seleciona lugar; já em (62), *pescar* não exige em sua valência apontar o lugar, pois seu complemento é lexicalizado através da estrutura mórfica do verbo, sendo expresso apenas como informação adicional e não como exigência de valência.

Na descrição do funcionamento semântico-sintático dos verbos, os seguintes *expedientes*, que atuam na estruturação oracional superficial: alçamento, rebaixamento, apagamento, truncamento, transposição, dissimilação, coordenação e condensação, são considerados por Borba (1991):

- a) Alçamento – o estudo dos papéis temáticos aponta para uma *hierarquia temática*, ou seja, a posição argumental de sujeito será ocupada, preferencialmente, nesta ordem: agente, experienciador, beneficiário, instrumento, alvo; portanto, alguns constituintes podem ser “alçados” para uma posição mais alta na escala temática – *Leo cortou o salame com uma faca / Uma faca cortou o salame* – o instrumento *faca* deixou de ocupar a posição de adjunção para posicionar-se como sujeito sintático.
- b) Rebaixamento – ocorre exatamente o inverso, posição argumental de sujeito que passa a objeto (complemento) – *O sangue escorria da ferida / A ferida escorria sangue* - esse recurso é muito usado em situações de *topicalização*.
- c) Apagamento – suprime-se um componente quando pode ser recuperado co(n)textualmente – *Torrões de açúcar amansaram o leão / o menino amansou o leão com torrões de açúcar*. Os casos de *alçamento* propiciam o processo de *apagamento*; geralmente, há omissão do agente. Mas também existem outros fatores, como o fato de alguns verbos selecionarem argumentos lexicais tão previsíveis que não há necessidade de serem mencionados — *riscar, sonhar, pintar* —, o que os difere de *gastar, confessar, mudar*, por exemplo, que apresentam uma larga faixa lexical para complementá-los.
- d) Truncamento – alguns constituintes são suprimidos, deixando a sentença apenas com aqueles essenciais para a compreensão – *Djalma ousou (externar) uma opinião contrária*.

- e) Transposição – alteração de traços presentes em um argumento para garantir a combinação exigida pelo verbo, isto é, casos em que há a exigência do verbo quanto ao sujeito ser animado — *o menino gemia na colina* —, mas em *o vento gemia na colina*, altera-se o traço inanimado do vocábulo *vento*, realizando um processo de *animização*.
- f) Dissimilação – verbos e complementos apresentam o mesmo radical, originando os verbos-suporte — *Beber uma bebida, Tomar uma bebida*.
- g) Coordenação e condensação – aplicam-se aos verbos *simétricos*, ou seja, possuem, pelo menos, dois argumentos da mesma classe e não há exigência em relação à ordem na estrutura sintática. Dessa maneira, os argumentos podem coordenar-se ou condensar-se em uma forma que indica pluralidade – *Toni divorciou de Leia em maio / Toni e Leia divorciaram em maio / O casal divorciou em maio*.

Esses *expedientes* serão relevantes na análise do *corpus* desta pesquisa como recurso de identificação dos fenômenos ocorridos no processo de ergativização. Borba (1991) finaliza a apresentação desses recursos e afirma que a “natureza das relações estabelecidas entre predicado e argumento é responsável pelo estatuto sintático-semântico dos verbos.” (p.XII).

A partir dessa explanação, inicia a abordagem sobre o *status* argumental dos verbos. Para o desenvolvimento deste trabalho, é assunto relevante uma vez que relaciona quantitativo argumental, papel semântico do sujeito e desempenho do verbo (ação, processo, ação-processo e estado).

Em uma sentença que apresenta sujeito *ativo*, o verbo será de *ação*; se for um *afetado*, será de *processo*; se for *ativo* ou *causativo*, será de *ação-processo*; se for *inativo* (nem ativo, nem afetado, nem causativo), será de *estado*. A seguir, é descrita a relação argumental dos verbos de:

- a) ação - tem o traço atividade, um sujeito agente e apresenta, no mínimo, um argumento; caso tenha dois ou três, esses serão complementos, não caracterizados pelo verbo — *eu entreguei a carta ao destinatário*;
- b) processo - sempre um *afetado*, *paciente*, *experenciador*, *beneficiário*, ou *instrumento* — possui obrigatoriamente um argumento, embora, dependendo

de sua valência, pode ter mais um como complemento e admite especificadores em alguns casos — *o galo morreu de frio*.

- c) ação-processo - tem, no mínimo, dois argumentos – agente/causativo e outro afetado/efetuado – *a costureira estragou o pano / o vento derrubou o muro* – o segundo argumento muda de estado, posição, condição ou passa a existir. Na verdade, é uma denominação semântica para a transitividade, uma classificação sintática.
- d) estado - argumento único, inativo, por não se tratar de agente, nem causativo nem paciente. Seleciona sujeito como suporte de propriedades: estado, condição e experimentador — *Mário permaneceu em silêncio* (estado); *Fernando tem três filhos* (condição-posesse); e *Paulo ama Dirce* (experimenta um estado).

Francisco da Silva Borba apresenta, ainda, os mecanismos sintáticos que atuam no desempenho da ação verbal: a construção pronominal, a modalização imperativa e a compatibilidade com o instrumental.

O uso pronominal é facultativo para os verbos de ação, de processo ou de estado: *Ilma sentou (se) à mesa* (ação); *A janela fechou (se)* (de processo); *Ida trajava (se) (de) negro* (de estado); porém, quando o pronome for complemento da ação-processo não apresenta possibilidade de não ser pronominal: *De propósito, a menina arranhou-se toda* (complemento da ação-processo).

A modalização imperativa só se aplica a verbos de ação (sujeito agente) e verbos de ação-processo: *Desça daí, menino* (ação), e *costura minha calça* (ação-processo); nunca a verbos de processo e de estado: *caia daí, menino* (processo) e *seja feio, garoto* (estado).

Embora o papel temático de *instrumento* se realize com verbos de ação ou de ação-processo, o alçamento do *instrumental* para a posição de sujeito só se realiza com verbos de ação-processo — *Gina lava roupa com sabão Omo / Omo lava melhor a sua roupa* (ação-processo); *Ele dorme com sonífero / Soníferos dormem* (processo). Esse último exemplo é agramatical, provando que elevar o *instrumental* à posição de sujeito só ocorre em verbos de ação-processo, isto é, no exercício de sua transitividade, em uma relação agentiva/causativa.

A relação sintática (ou superficial) entre verbo e argumento também é influenciada pelo falante. De acordo com a orientação argumentativa do texto, faz-se

a opção por destacar alguma parte do enunciado; a esse processo denomina-se *topicalização*. A mais comum é o complemento passar a sujeito — *a fonte jorra água / a água jorra*. Alguns verbos como *aumentar, diminuir, crescer, baixar* apresentam argumentos topicalizados, principalmente em textos jornalísticos, em que o objetivo da informação é o resultado, e não aquilo que a deflagrou. Esses verbos mencionados caracterizam-se por serem transitivos com contraparte intransitiva, ou seja, aplicação ergativa. Portanto, o processo de ergativização torna-se uma importante ferramenta na construção do texto, uma vez que é um dos recursos da topicalização.

Outro traço importante no fluxo informacional do texto é a intencionalidade. Há verbos que sempre apresentam essa característica — *assassinar*, outros neutros — *matar*, não-intencionais —, *decepcionar*, e ainda aqueles que se opõem pelos traços intencional/não-intencional — *olhar e ver*. Verbos como *ferir, machucar, cortar* só podem ser considerados intencionais ou não quando houver um contexto — *Ele cortou-se / ele cortou-se para tirar licença*.

Borba procede toda a descrição a partir do estabelecimento de oposições. Para caracterizar os verbos, inicia pela descrição semântico-sintática do argumento externo: sujeito. Opõe, por exemplo, as classificações semânticas — agente/causativo de ação-processo contra um paciente/experienciador/beneficiário de processo.

A especificação dos verbetes segue uma ordem fixa. Principia com os valores indicativos de ação-processo, seguidos de processo, ação, estado, auxiliaridade, modalização. A grande incidência de verbos de ação-processo na língua fez com que fosse estabelecida essa ordem.

Para o interesse desta pesquisa, importa a análise dos verbos processuais, pois a ergativização se realiza a partir de verbos de processo, que apresenta sujeito sintático *afetado*.

2.3. Ergativização e transitividade

O processo de ergativização está estreitamente relacionado à questão da transitividade. O verbo transitivo é aquele que seleciona um argumento interno sob o papel semântico de alvo da ação; o ergativo seleciona o objeto da ação como seu

sujeito sintático, deixando a posição semântica de sujeito em aberto, podendo ser inferida discursivamente.

Conceituar a *ergatividade* é relevante na análise da transitividade. Distribuir os verbos entre *transitivos* e *intransitivos* não abrange todas as relações semântico-sintáticas inseridas em uma oração, como, por exemplo, verbos denotadores de posse (ter, incluir), de percepção sensorial (ver, ouvir), de percepção intelectual (saber, entender), de vontade (querer, desejar), de afetividade (odiar, amar), de processo (envelhecer, desmaiar), de movimento (chegar, partir) e de mudança de estado (quebrar, fechar). É evidente que, nesses casos, não se trata da realização de ações, mas a gramática tradicional enquadra-os na classe dos *transitivos*, desconsiderando seus valores semânticos. A esses casos, a gramática tradicional não se reporta, limita-se à mera descrição gramatical, repousando um simples olhar sintático para a relação verbo-complemento.

Essas observações serão aprofundadas no decorrer deste trabalho. As funções gramaticais, semânticas e discursivas envolvidas no processo de ergativização verbal serão apresentadas por meio de um estudo diacrônico do clítico **se**, elucidativo no que se refere ao estado atual das variadas denominações do pronome **se**; da análise discursiva das vozes verbais; e da aplicação dos papéis temáticos na análise semântica das estruturas sintáticas com verbos ergativos.

3. A ESTRUTURAÇÃO SINTÁTICO-SEMÂNTICO-DISCURSIVA DE UMA SENTENÇA

Nas análises de gramáticas e de dicionários realizadas, houve vários posicionamentos. Alguns divergiram outros se coadunaram. Porém, evidenciou-se a importância de abordar mais profundamente determinados pontos referentes à ergativização, a fim de elucidar questões sintáticas, semânticas e discursivas.

Para desenvolver esta pesquisa a respeito do papel dos verbos ergativos em um contexto discursivo, faz-se necessário um estudo diacrônico do clítico **se** que, se presente nessas construções, dá margem a dúvidas quanto ao seu desempenho sintático (indeterminador de sujeito, partícula apassivadora, parte integrante do verbo, partícula expletiva ou complementos verbais, quando forem reflexivos). Acredita-se na diacronia como recurso elucidativo dessas questões.

Intrinsicamente relacionada a essa análise, encontra-se a investigação das vozes verbais, uma vez que se altera sua classificação conforme o surgimento ou não do clítico. Também será depositado um olhar discursivo sobre o comportamento das vozes verbais como um recurso de coesão textual.

Relaciona-se, ainda, o estudo do clítico **se** à noção de papel temático. Determinadas estruturas são denominadas ativas ou passivas em decorrência dos papéis semânticos imputados ao sujeito.

Esses três pontos estão interligados e corroboram com a estruturação de um verbo ergativo; trata-se, portanto, de uma abordagem de extrema relevância para esta pesquisa e, por isso, será enunciada minuciosamente.

3.1. Abordagem diacrônica do clítico **se**

As funções exercidas pelos pronomes clíticos de forma reflexiva, principalmente o **se** de 3ª pessoa, têm apresentado, na história da língua portuguesa, polêmicas sintático-semânticas que têm origem ainda no latim clássico. Assim, é preciso um estudo diacrônico do português para levantar os fatores que têm contribuído para as inúmeras divergências de análise referentes ao clítico **se**.

Os estudos contemporâneos apontam para o fim da dicotomia diacronia/sincronia. Há uma orientação cada vez mais acentuada para a investigação histórica dos fatos lingüísticos associada à descrição sincrônica de cada processo. Estudar a mudança lingüística envolve o estudo e a comparação de

estágios lingüísticos distintos, recuando do presente até o português arcaico, utilizando princípios descritivos desenvolvidos nas pesquisas sincrônicas. A combinação diacronia/sincronia permite uma descrição da língua mais densa, possibilitando uma compreensão mais abrangente dos fenômenos investigados.

Há várias razões para a realização de uma abordagem diacrônica do pronome **se**. Em primeiro lugar, ela aumenta o poder explanatório da teoria lingüística. No entanto, demonstrar que uma dada forma ou construção desempenha determinada função não justifica a existência dessa construção. É necessário mostrar como o termo veio a ter essa função. O estado sincrônico é resultado de um desenvolvimento passado que continua no presente.

Uma segunda justificativa para o estudo diacrônico situa-se no campo das transformações lingüísticas, em que fatores cognitivos e comunicativos são mais explicitamente revelados em situações de dinamismos e não de estaticidade da língua. Embora os elementos lingüísticos sejam convencionais e usados, às vezes, de forma inconsciente, podendo ser descritos e interpretados de várias formas, o processo de desenvolvimento dessas mudanças aponta para a unificação das análises.

Em terceiro lugar, a língua é um instrumento vivo, sujeito a transformações constantes, por isso é coerente considerar a sincronia como apenas um estágio do processo, um momento particular, que mais à frente será visto como elemento participante da diacronia do clítico **se**.

Outro ponto importante a enfatizar é a freqüência de uso. A recorrência textual de um item é a comprovação do seu grau de gramaticalização:

Trata-se de um fenômeno de caráter eminentemente diacrônico, que consiste no enfraquecimento ou na perda da significação léxica de um vocábulo nocional que, com isto, se integra no sistema estrutural da língua." (Bittencourt, 2000, p.69)

Conforme enuncia Meillet (1948) – introdutor do termo – a sintaxe corresponde ao primeiro nível de gramaticalização, como conseqüência natural e previsível da consagração e da convencionalização pela interação social lingüística. Para ele, se a ordem em latim era questão expressiva ou pragmaticamente condicionada, nas línguas românicas a situação é outra: a ordem possui valor gramatical, com implicações sintáticas, morfológicas e fonético-fonológicas. Isso se deve à perda das declinações latinas, uma vez que estas marcavam os casos;

portanto a ordem, no latim, ficava a cargo das intenções discursivas. Nas línguas românicas, é preciso uma estruturação lógica para identificar os constituintes oracionais.

Nesta pesquisa, tem-se um exemplo desse uso corrente. No caso do pronome **se**, tanto na fala quanto na escrita, vem sendo aplicado em situações de indeterminação, independentemente de envolver verbo transitivo direto, que exigiria a concordância.

Discutir-se-ão as diversas funções do clítico **se** como instrumento de distinção das vozes verbais. O enfraquecimento do sentido passivo e aumento do sentido impessoal nas construções com **se** e as conseqüentes reinterpretações das passivas como voz ativa impessoal podem relacionar-se com o apagamento do clítico devido aos fatores: tipologia verbal, grau de referência do clítico, traços semânticos dos argumentos e concordância entre verbo e argumento interno. A hierarquia desse apagamento seria: indeterminador, passivo, médio, reflexivo e recíproco.

Para a realização dessa distinção, é necessário estabelecer uma trajetória de análise desde as origens do latim até os dias atuais. O objetivo é provar que a origem românica pode elucidar as diferentes construções com o clítico **se** que causam divergências em suas análises no português corrente.

3.1.1. A expansão do Latim

O português é uma língua românica ou neolatina cuja origem remonta ao latim vulgar. Nesse ponto, reside a relevância de este trabalho registrar como e onde ocorreu a expansão da língua latina, a fim de elucidar alguns pontos nevrálgicos da língua portuguesa, principalmente em relação às construções das vozes verbais, que interferem nas atribuições dadas ao clítico **se**.

Sob o domínio itálico, pouco a pouco as línguas dos países dominados foram cedendo espaço para a língua dos conquistadores: o latim.

Com as línguas indo-européias não foi diferente. De quase todas, só há informações remotas e dúvidas a respeito de suas origens e construções, embora se conheçam algumas, entre elas, o celta, cuja ramificação fora da Itália deu origem ao gaulês (nas Gálias), e os remanescentes, irlandês (na Irlanda) e o galês (no País de Gales). Na Itália, a partir do século IV a.C., ocupou a parte norte entre os Apeninos e

os Alpes (na Gália Citerior). Porém a língua indo-européia mais conhecida, ao lado do latim, era o grego, que vigorava em uma série de cidades italianas (do sudeste da Itália até a Sicília).

A expansão político-militar de Roma poderia ter levado o latim para todas as regiões da Europa e dos continentes africano e asiático (o grande Império Romano), mas essa dominação lingüística só ocorreu em uma área restrita do império, denominada România (atual Romênia).

Roma conquistou a Península Ibérica no século II a.C. A ocupação romana foi permanente e incontestável. O território foi dividido em áreas administrativas e militares, embora tenham sido remarcadas várias vezes.

Não há registros de povos e línguas nativas na região ibérica no período da conquista. Há informações de que eram em grande número as nações, divididas em dois grandes grupos étnicos: ibéricos e celtas. A Lusitânia (Portugal) foi ocupada pelos povos nativos, apresentando aspectos étnicos, culturais e lingüísticos próprios.

O latim dominou pouco a pouco na península, fazendo desaparecer as línguas nativas. Apenas em uma zona restrita dos Pirineus manteve-se uma língua chamada de pré-céltica — o basco —, que persiste até hoje entre o espanhol ao sul e o francês ao norte.

A cidade de Roma foi o centro urbano da língua latina, que se impunha como língua comum, sufocando os dialetos a sua volta. A importância de Roma já era grande no século III a.C. Socialmente organizava-se em: a) uma classe aristocrática, “os patrícios”, que detinha os poderes políticos, e b) por outra camada de habitantes bem mais volumosa, “a plebe”, composta pela população rural, estrangeiros imigrantes e escravos libertos.

Essa cisão social favorecia uma cisão lingüística. Os patrícios faziam um uso mais “elegante” da língua, enquanto os plebeus eram mais “desleixados”. Dessa cisão surgem o latim clássico e o latim vulgar, mas essa cisão não se dá tão simplesmente.

O latim clássico era de base literária e escrita. Atinha-se a regras imutáveis, resistindo às forças evolutivas da língua. No cotidiano, o que era corrente estava mais para latim vulgar do que para clássico. Mas o cenário começava a mudar. Devido às conquistas sociais, políticas e econômicas por parte dos plebeus, as diferenciações lingüísticas começaram a se diluir, a partir da maior participação do

povo na sociedade. Os patrícios aceitaram melhor o latim dos plebeus, e estes passaram a preocupar-se mais com a língua em uso.

O latim vulgar correspondia ao conceito de língua viva. Contrastava com a norma ideal do latim clássico. Diversificou-se em dialetos sociais e, sob uma perspectiva diacrônica, esteve em constante transformação.

As línguas românicas (ou neolatinas) advêm do latim vulgar porque resultam de um latim dinâmico, de língua oral em processo de constante evolução.

Entre as línguas nacionais e literárias *lato sensu*, estão o romeno, o italiano, o francês, o espanhol (ou castelhano) e o português (de Portugal).

Quanto às línguas de menor expressão atualmente, mas com um passado importante, têm-se: na Espanha, (vale ressaltar) o catalão; na França, o provençal; o ladino, no sul da Suíça e norte da Itália; o sardo, na Sardenha; e veglioto, na Dalmácia. Todas essas línguas são o resultado da evolução do latim, que dominou uma ampla região na Europa, uma vez que era a língua oficial do Império Romano, que conquistou e dominou inúmeros países europeus a partir do século III a.C.

Várias foram as causas que fragmentaram as línguas românicas. Em primeiro lugar, aponta-se o fator cronológico. As diversas regiões foram conquistadas em momentos diferentes e estiveram em contato com um latim mais ou menos evoluído. Fatores socioeconômicos também influenciaram esse processo, pois acarretavam a diversidade lingüística; os menos favorecidos ficavam restritos ao convívio entre si, enquanto os mais abastados podiam relacionar-se com outras culturas. O contato com línguas muito diferentes do português proporcionava substratos lingüísticos, como os empréstimos. Importa relatar que o fator de maior relevância para a ocorrência desse fenômeno da língua foi o grau de contato desses lugares com o latim de Roma.

3.1.2. O latim clássico

O termo “reflexivo” origina-se de re- (movimento para trás) + flecto (curvo; volto, dirijo) e indica que a ação verbal repercute ou reflete sobre o próprio sujeito. O latim clássico dispunha de pronomes reflexivos de 3ª pessoa subdivididos nas funções: substantiva – *sui* (genitivo), *sibi* (dativo) e *se* (acusativo); adjetiva, *suus*, com valores reflexivo e possessivo.

O termo de relevância para o desenvolvimento desta pesquisa é aquele em forma acusativa, o **se**. Era usado sempre reservado à 3ª pessoa e referia-se sempre ao sujeito. Podia representar ato recíproco ou ainda ser dobrado em **sese** com finalidade exclusivamente enfática.

O pronome **se** também podia se referir a um sujeito indefinido, não expresso oracionalmente. Porém não se pode dizer que isso fosse, à semelhança do português atual, um índice de indeterminação do sujeito, uma vez que, no latim clássico, a indeterminação era marcada por verbos na 3ª pessoa do singular e na voz médio-passiva. Por outro lado, a língua portuguesa atual é produto dessa base histórica, e o que se pretende traçar nesta pesquisa é exatamente essa trajetória para elucidar os questionamentos de hoje, conforme cita Castellar de Carvalho (1990) em sua Tese de Doutorado “O Pronome SE: Uma Palavra Oblíqua e Dissimulada”: “Muitas das tendências embrionárias no latim clássico expandiram-se mais tarde através das inovações do latim vulgar, inovações essas que tiveram extrema relevância nos destinos das línguas românicas.” (p.40).

O **se** do latim clássico não se equiparava ao **se** apassivador de hoje, pois era estritamente reflexivo: só vai adquirir a função apassivadora nas línguas românicas. No clássico, a sua função era medial (reflexiva). Só a partir do século XVI, a passiva pronominal ou sintética passou a ser utilizada em português como é empregada hoje.

No latim clássico, a passiva sintética era totalmente diferente — realizava-se apenas nos tempos do *inflectum* e por meio de uma desinência (marcação morfológica), que eram *-ris* e *-mini* para a 2ª pessoa do singular ou do plural; *-r* para a 1ª pessoa do singular; *-ur* para as demais. Logo, pode-se afirmar que a marcação da passiva sintética no latim clássico era morfológica.

Ao se falar de pronome **se**, não há como dissociá-lo da flexão de voz do verbo, pois a aplicabilidade do clítico **se** está diretamente associada à diátese verbal. No latim clássico, desenvolveram-se três vozes verbais: ativa, passiva e média. As denominações explicitam exatamente como ocorre o processo verbal em cada uma delas, em que a ativa representa uma participação atuante do sujeito, a passiva, o recebimento da ação, e a média, o envolvimento no processo verbal. A voz medial também se denomina como reflexiva.

O termo “medial” não foi agasalhado pela NGB, em que pese a maior abrangência dessa designação do que o mero “reflexivo”, uma vez que em situações

mediais nem sempre há reflexividade. Essa discussão será esclarecida mais adiante.

No período clássico latino, coexistiram três vozes: ativa, passiva e média. A ativa é a voz primitiva que originou as demais.

A voz ativa em nada se diferenciava do que ocorria nas línguas indo-européias e nas românicas.

A etimologia do adjetivo *passivo* < *passivus* vem da mesma raiz de paixão, do latim *passio*, *passionis*. Tanto o adjetivo *passivo* quanto o substantivo *paixão* pertencem ao mesmo campo semântico dos verbos *sufrer* e *padecer*. Dessa informação etimológica que os gramáticos extraíram o termo *voz passiva* consiste uma ação sofrida pelo sujeito.

A voz média é aquela em que o sujeito não deflagra o processo verbal, mas sim é envolvido pelo mesmo. A nomenclatura já esclarece que se trata de um meio termo entre ativa e passiva.

A seguir, procede-se a uma análise das vozes medial e passiva, bem como das suas subdivisões e características.

l) Voz média

A voz medial no modelo indo-europeu era desinencial, e essas desinências traduziam a ação, reportando o processo verbal sempre ao sujeito (princípio, meio e fim). A voz média é ponto de partida do sujeito, interior ao processo verbal, integrado e interessado ele mesmo no processo (Carvalho, 1990). Dividia-se em três partes: dinâmica, reflexiva e recíproca. Esses três valores foram legados ao latim e, conseqüentemente, ao português.

a) Dinâmica

Em latim, a média dinâmica vai confundir-se com a média reflexiva, uma vez que ambas poderão valer-se do pronome **se**. Alguns verbos tornados pronominais servem de exemplo de medial dinâmica: cuidados corporais (*se vestire*, *se adornare*); estados de espírito (*se indignare*); movimento (*se volvere*, *se vertere*); ocultamento (*se abscondere*); conscientização (*se videre*); afastamento (*se eximire*); extinção (*se finire*) etc. Mattoso Câmara (1969) define com propriedade:

A medial dinâmica exprime de maneira toda particular a parte pessoal que toma o sujeito no fato expresso. Em grego, mostra a participação do corpo ou da alma do falante, conforme o caso, na ação que ele pratica. (p.182)

Vale ressaltar que o uso do clítico **se** é uma característica românica, haja vista os verbos, como os de higiene pessoal, em língua inglesa não assumirem a idéia de reflexividade nem serem pronominais. *He shaves himself* (Ele barbeia a si mesmo) é inexistente em inglês, seria simplesmente *He shaves* (Ele barbeia).

Com verbos intransitivos de movimento, a presença do clítico **se** serve para atribuir maior força à ação verbal. Trata-se de um uso estilístico, em que o **se** é uma partícula de realce, e não parte integrante do verbo. Mattoso Câmara chamou essa construção de “medial expletiva”.

Na esteira da estilística, a medial dinâmica vai permitir, no latim clássico, o uso do reflexivo **se** com sujeitos inanimados, em um processo de personificação metafórica, como em *as folhas se balançam, a vida se estende* etc.

Em português, a medial dinâmica latina vem representada em construções, como *ele se levantou*, em que fica clara a não correspondência do clítico **se** com a expressão *a si mesmo*, portanto não reflexivo. Uma maneira significativa de validar esse argumento é proceder à substituição do pronome **se** por um elemento não correferencial ao sujeito, por exemplo, *ele o levantou*. Nesse caso, o sentido se modifica. Aqui é *ele suspendeu alguém*, diferentemente do primeiro, *ele ergueu-se*. Quando se está diante de um pronome reflexivo, não há modificação semântica no verbo. Ao dizer *Pedro feriu-se* e *Pedro feriu o pássaro*, a ação desempenhada pelo sujeito *Pedro* é o mesmo ato de machucar.

b) Reflexiva

Em latim, a medial reflexiva típica ocorria com o uso do clítico **se** — *Petrus se laudat* (Pedro se louva). Correspondia à passiva sintética *Petrus laudatur* (Pedro se louva ou Pedro é louvado). Permitem-se as duas interpretações devido ao valor médio-passivo da passiva sintética.

Em português, o reflexivo seria demonstrado pelo simples exemplo de *Pedro feriu-se*, sendo confirmado em situação reflexiva a partir do processo de substituição do clítico **se** por qualquer nome não referencial ao sujeito, mantendo o sentido do verbo.

Verbos como *ferir* não são primitivamente reflexivos, isto é, podem apresentar sujeito externo à ação verbal, sempre que o objeto não mais representar, ele mesmo, o sujeito. Essa possibilidade não ocorre com os verbos ditos pronominais; estes só se realizam com sujeito inserido no processo verbal.

Na voz medial reflexiva, o sujeito encerra-se em si próprio durante a atividade, e não passa para o mundo exterior.

c) Recíproca

Essa voz mantém uma similaridade do indo-europeu com a língua portuguesa. É uma consequência da voz reflexiva. Demonstra um ato reflexo, realizado simultaneamente por mais de uma pessoa. Por exemplo, *eles se abraçaram*.

Resumindo: em português, foram considerados três valores básicos de voz média, embora a NGB não agasalhe essa terminologia: a) valor dinâmico – *ele se levantou, o mar se agita, riu-se de mim*; b) valor reflexivo – *Pedro se feriu*; c) valor recíproco – *Pedro e Maria se abraçaram*.

II) Voz passiva impessoal

No latim clássico, a impessoalidade podia ser expressa tanto pela passiva analítica quanto pela sintética.

A passiva sintética latina, sem negar a sua origem indo-européia, imputava ênfase ao processo verbal e não ao agente. Os verbos quando empregados de forma impessoal por essa passiva atendiam a uma intenção do autor/falante de ocultar a face do sujeito, por questões discursivas diversas. Nessas condições de indeterminação, os verbos deveriam permanecer na 3ª pessoa do singular, sendo os intransitivos em maior número (*vivitur* – vive-se; *curritur* corre-se; *tur* - vai-se; *traditur* - conta-se; *dormitur* - dorme-se). Esses verbos terminados em *-r* era uma adaptação da voz medial do indo-europeu, que se interessava mais pelo processo do que pelo agente e, por essa razão, serviu tão bem à indeterminação do sujeito.

Há uma relação entre a passiva sintética e a medial, ambas não se interessam pelo agente, mas sim pelo processo verbal; enquanto a passiva analítica e a passiva *stricto sensu* preocupam-se com a figura do sujeito, ainda que paciente.

A passiva latina era usada com verbo de qualquer predicção; enquanto a sintética impessoal realizava-se com verbos transitivos indiretos e intransitivos. Com o passar do tempo, a passiva impessoal do *inflectum* desenvolveu uma construção pessoal, que partia do sujeito. Como no *perfectum* a passiva já era pessoal, alargou-se a possibilidade de uma construção passiva a todas as pessoas do discurso.

A passiva analítica possuía uma estrutura própria — *participio passado + verbo esse* — restrita ao tempo do *perfectum*, similar ao que se encontra no português atual. Essa estruturação não dava margem a indeterminações, pois selecionava a ocorrência de um sujeito-agente que concordasse com o verbo.

No latim clássico, era a passiva *stricto sensu* uma criação latina e opunha-se à passiva sintética, que, na verdade, era uma médio-passiva, com origem nas línguas indo-européias. Apesar de pessoal, de selecionar sujeito, se empregada na forma neutra do participio (-um + est), podia tornar-se impessoal, mostrando que a mensagem estava centrada no predicado. O emprego indeterminado prestava-se a noções de passado e de futuro.

Curiosamente, nenhuma das construções passivas impessoais manteve-se no português. Ainda no latim vulgar, a sintética desapareceu dando espaço à analítica. A passiva legada ao português é analítica *demais* para admitir impessoalidade, quando muito se omite o agente da passiva, nunca o sujeito-paciente (Carvalho, 1990).

Na perífrase *sujeito+ auxiliar ser + participio passado*, o latim vulgar transferiu a noção de tempo para o auxiliar *ser*, enquanto o participio passado, esvaziado de noção de aspecto e tempo, passou a indicar apenas a categoria verbo-nominal passiva, uma vez que o participio passado românico atuava como verbo e como adjetivo.

3.1.3. O latim vulgar

O imediatismo e a espontaneidade da comunicação oral não cabiam nos limites do sintetismo clássico. Eram formas rígidas, pré-moldadas por meio de desinências e inflexões que dificultavam a compreensão das classes médias e populares do império romano, usuários típicos do latim vulgar ou latim corrente.

As formas sintéticas clássicas eram repudiadas devido à dificuldade morfofonêmica e morfossintática das formas sintéticas. Expressavam pouca intensidade

para expressar sentimentos, juízos subjetivos e mesmo na comunicação em geral. O povo preferia as perífrases nominais e verbais do latim vulgar por serem mais enfáticas, tônicas e morfossintaticamente resultarem em compreensão imediata e mais clara, principalmente em relação a sentimentos abstratos e subjetivos.

Pode-se dizer que o desaparecimento da passiva sintética no latim vulgar ocorreu devido a um fenômeno sociolingüístico que favoreceu a predominância da passiva analítica nas línguas românicas, oriundas do latim vulgar:

The cause of the rapid extension, by analogy of the analytical construction to the whole passive system, is apparently the general tendency to use auxiliares instead of inflexions and desinences, which characterizes the transformation of Latin into Romance. (Muller *apud* Carvalho, 1990, p.91)¹

O latim clássico era muito mais focado no emissor do que no receptor. Importava o rebuscamento da língua. Quanto mais difícil o seu uso, mais elitizado seria; em contrapartida, o latim vulgar centrava-se no receptor. A mensagem precisava ser compreendida, portanto estruturas mais complexas foram dando espaço às mais simples.

1) A passiva analítica

No latim vulgar, os limites entre o valor medial e o valor passivo concentrados na desinência –r da passiva sintética, como em *moveor* (*sou movido* ou *me movo*), extinguiram-se com o desaparecimento da forma sintética. Essa dupla função sofreu

um desdobramento nas línguas românicas: uma seria o uso do verbo com o pronome reflexivo, outra o verbo *ser* mais o *particípio do pretérito*. Isso vem provar a essência analítica do latim vulgar, pois tanto o medial quanto o passivo sofreram transformações dessa ordem.

O latim vulgar para expressar a passiva recorreu às formas do *perfectum* e estendeu seu emprego a todos os tempos verbais; ficando, assim a passiva românica típica e geral: *amatus sum*, *amatus és*, *amatus est* (sou amado, és amado, é amado).

¹ A causa da rápida expansão, por analogia à construção analítica de todo o sistema passivo, é aparentemente a tendência geral do uso de auxiliares em vez de flexões e desinências, que caracterizam a transformação do latim para o romance.

II) A medial analítica

A nova voz medial é uma perífrase verbo-pronominal (ou medial analítica). Uma construção reflexiva, que se tornou analítica conforme a tendência do latim vulgar. Essa perífrase era usada tanto com verbos transitivos quanto intransitivos. A medial analítica desenvolvida no latim vulgar veio em substituição à médio-passiva do latim clássico e assumiu dois fatores: o medial, emprego reflexivo propriamente dito; e o impessoal, uma extensão da medial dinâmica, como *ama-se*, *vive-se*, *vai-se*. O valor passivo *stricto sensu* foi transferido integralmente para a construção analítica (particípio passado + esse), estendendo-se às línguas românicas.

A língua popular desfez a unidade das formas sintéticas; aprisionadas na desinência *-r*, que era frágil por ser átona final e, por isso mesmo, propiciava o seu apagamento na fala. O povo necessitava comunicar-se com clareza e objetividade, e o sinteticismo do período clássico não deixava fluir a linguagem. Em pouco tempo, o analitismo do latim vulgar foi tomando conta do falar do povo, tornando o latim mais próximo às camadas sociais dos menos favorecidos intelectualmente.

Houve momentos diferentes da substituição da medial sintética do latim clássico para a medial analítica: ainda no latim vulgar, com os valores reflexivos propriamente ditos e medial dinâmico; nas línguas românicas, como extensão do emprego medial dinâmico, a medial analítica recebe atribuição apassivante.

a) dinâmica

Na voz medial analítica, é o valor medial dinâmico o principal alvo de discussões, que se refletem até o português atual. É dessa medial dinâmica que se originam o *se* como índice de indeterminação do sujeito (*IIS*), parte integrante do verbo (*PIV*) e partícula de realce ou expletiva (*PR*).

A personificação do sujeito, proclamada no latim clássico, é mantida no latim vulgar. Isso é um caso típico de voz medial, em que o sujeito é não-humano, integrado e interessado na ação verbal, como se constata no exemplo de Virgílio: *clamor se tollit in auras* — um clamor se ergue aos céus. Por se tratar de um autor clássico, ele não empregaria um sentido passivo, pois a reflexiva (ou medial) no latim clássico não possuía valor apassivante. Dessa forma, comprova-se o valor medial de *se tollit*.

Em regra, interpreta-se como uma modalidade de voz passiva; mas, na realidade, a noção gramatical é outra. É uma extensão da construção ativa, acrescida da participação intensa do sujeito no que se expressa: “um clamor se ergue”, da mesma sorte que “sobe aos céus”. (Câmara, 1985, p.172)

Mattoso ainda cita exemplos de mediais e ativas para ratificar seu argumento: *a estrada avança (ativa) / a estrada se estende (medial)*.

As evidências históricas demonstram que o povo preferia a passiva analítica à passiva sintética, e isso muito antes de imputar à reflexiva um valor passivo. O uso da reflexiva com valor medial no período pré-românico, prevalece. A condição reflexivo-passiva só se realizou nas línguas românicas quando já se encontravam distante da sua origem clássica, seguindo as variações de uso.

As perífrases verbo-pronominais no latim vulgar tornaram-se ambíguas. Em *facit se hora quinta* — “alcança-se a hora quinta” —, os gramáticos latinos defendem que se trata de um sentido passivo, por motivos metafísicos e sintáticos: sujeito é inanimado e “hora quinta” está no nominativo, portanto sujeito-paciente. Essa análise não elimina a ambigüidade da perífrase pronominal, podendo ter também uma interpretação ativa com sentido impessoal, afinal este era um dos usos da passiva clássica, a impessoalidade e, no latim vulgar, este se permitia o uso impessoal com o acusativo — *amatur vitam* — ama-se a vida (vulgar) / *amatur vita* — a vida é amada (clássico).

Essa ambigüidade perdura ainda hoje no português em estruturas como *aluga-se casas* e *alugam-se casas*. Descritivamente, a primeira apresenta uso impessoal na 3ª pessoa do singular + objeto direto – voz medial, centrada no predicado; a segunda — sujeito “casas” —, voz passiva pronominal, centrada no sujeito; esse fato é exemplo do uso coloquial contrapondo-se à normatividade, um privilégio que não estava restrito à origem latina, ainda se vivencia essa contraposição. O desaparecimento da passiva sintética (modelo clássico) no latim vulgar foi o responsável pela aproximação dos valores mediais e passivos, tornando as estruturas passivas muito frágeis:

Sabemos da precariedade da passiva na história do latim, principalmente nos casos em que se aproxima da idéia de sujeito indefinido, onde uma forma como amatur não só podia ser interpretada como é amado (passiva pessoal), mas também como ama-se, alguém ama (passiva impessoal). (Bechara *apud* Carvalho, 1990, p. 122)

Segundo Mattoso, o **se** como índice de indeterminação do sujeito é típico das línguas românicas, ou seja, está relacionado diretamente às bases latinas; não

sendo, portanto, exclusividade do português. Origina-se do latim vulgar a partir do uso impessoal de verbos transitivos – *facit se hora quinta* (3ª pessoa do singular + **se** + nome). Alguns estudiosos defendem que advêm dessas construções as estruturas *vende-se casa*, *aluga-se apartamento* e tantas outras.

Em resumo, a medial analítica do latim vulgar possuiu dois valores, dos quais o português herdou, do reflexivo, o **se** na função de objeto direto, objeto indireto e de sujeito do infinitivo; do dinâmico, o **se** nas classificações PIV, PR, IIS. Esta última pode ser resultado do uso do pronome reflexivo **se** (clássico), que se referia a um sujeito lógico, vago e indefinido, não expresso sintaticamente na oração, e de um emprego impessoal da medial analítica no latim vulgar.

b) apassivante

O sentido passivo no latim vulgar estava restrito à passiva analítica. Só mais tarde, em paralelo ao valor dinâmico, surgiu um segundo momento da medial analítica, o valor passivo em perífrases verbo-pronominais. Nas línguas românicas, foi esse sentido apassivante que predominou.

A potencialidade passiva desenvolvida na medial analítica deveu-se ao fato de a passiva clássica latina ter sido originada na voz medial indo-européia, meio ativa, meio passiva, sem deixar de ser reflexiva. Se havia um sentido reflexivo em decorrência disso, poderia, também, a medial analítica apresentar uma interpretação passiva — o outro lado da moeda.

Na medial analítica apassivante, observava-se o emprego do sujeito dessas construções perifrásticas. Quando eram animados, possíveis de realizar a ação verbal, classificavam-se em voz medial (ou reflexiva); se fossem inanimados, analisados à luz da lógica, fazia-se uma interpretação passiva.

As discordâncias ocorriam no processo de personificação dos sujeitos: a eles era atribuído valor agentivo, permitindo uma interpretação medial dinâmica – *fores se aperiunt* (as portas se abrem), embora alguns gramáticos interpretassem essa perífrase como *as portas são abertas*, desconsiderando a existência da medial dinâmica, não atribuindo relevância ao recurso estilístico-sintático da personificação e ainda se esquecendo de que sujeito é uma categoria da língua e não da lógica.

A visão lógico-filosófica utilizada na análise dos fatos lingüísticos desenvolveu-se nas línguas românicas. A interpretação medial dinâmica cedeu

espaço à passiva. Pode-se dizer que o português atual preservou a herança do latim vulgar, uma vez que esse uso passivo tinha primazia nas gramáticas portuguesa e de outras línguas românicas.

No registro culto da língua portuguesa, é a interpretação apassivadora que é atribuída ao clítico **se**, mas é cada vez mais notório, atualmente, em diversas situações comunicativas, o uso do clítico **se** como sinal de indeterminação do sujeito. Essa dupla classificação será rastreada na análise do *corpus*.

3.1.4. O português atual

Após o estudo diacrônico da medial nos latins clássico e vulgar, pode-se analisar como a língua portuguesa recebeu essas contribuições. A medial (ou reflexiva como sugere a NGB) vai conservar e ampliar os valores herdados do latim: reflexivo, dinâmico e passivo. Persistirá ainda no português a ambigüidade na interpretação da passiva pronominal. Passa-se a analisar cada um dos três valores da medial analítica em português: o reflexivo, o dinâmico e o passivo.

I) Reflexivo - usado nas seguintes funções:

- a) objeto – com verbos transitivos direto ou bitransitivo. Condição herdada do latim clássico, em que o clítico **se** era estritamente reflexivo – Pedro feriu-se.
- b) sujeito do infinitivo – quando surgir após verbos causativos (deixar, mandar e fazer) e sensitivos (ver, ouvir e sentir), desde que estes não formem locução verbal com o infinitivo — O menino deixou-se entrar na sala.

Isso é o que os gramáticos latinos denominavam de *accusativus cum infinitivo*. Essa é a única possibilidade em que o **se** pode funcionar como sujeito da oração. Nessas condições, o **se** desempenha uma função de agente em relação ao infinitivo e de paciente em relação ao causativo ou sensitivo.

Além do uso reflexivo, há, por extensão, o reflexivo-recíproco. Reconhece-se uma medial reflexiva sempre que se puder substituir o **se** por *a si mesmo*; se for a reflexiva-recíproca, por *um ao outro*.

II) Dinâmico

O valor medial dinâmico é a herança mais viva, mais produtiva, do **se** transmitida ao português. A voz medial enfatiza a ação, o processo integrador do sujeito, sem necessariamente ser este o seu ponto de partida. Muitas vezes representa apenas o tema do predicado, com o traço “agente” enfraquecido ou nulo.

Da voz medial latina, herdou o **se** parte integrante do verbo (*PIV*), partícula de realce ou expletiva (*PR*) e índice de indeterminação do sujeito (*IIS*).

a) **se** – parte integrante do verbo

O **se** (*PIV*) é considerado um objeto direto fossilizado, sem função sintática e integrado ao verbo. Nessas estruturas, o verbo tem valor ativo, embora se sinta aí um leve matiz medial:

O **se**, apesar de considerado esvaziado de seu teor reflexivo, estilisticamente assinala que o sujeito está intensamente envolvido na ação verbal, integrado e interessado na mesma, a qual pode dele partir ou, causada por circunstâncias externas, nele repercutir, afetando-o tão profundamente como se dele partisse e a ele atingisse reflexivamente. (Carvalho, 1990, p. 141)

Os verbos essencialmente pronominais e os eventualmente pronominais são típicos de voz medial dinâmica. Eram em grande número no português antigo, mas vêm sofrendo um processo gradativo de despronominalização, não só na língua oral, mas na escrita também. Um bom exemplo dessa ocorrência está no emprego do verbo *ir*, que já foi pronominal (*ir-se*), mas, nos dias atuais, é empregado como intransitivo. Construções com *ir-se*, hoje, têm objetivo estilístico, passando assim a classificar-se como *PR*. Essa transformação acarreta também um deslocamento de voz. Quando se tem um verbo pronominal, enquadra-se a oração na voz média; com *PR*, em voz ativa.

Os verbos pronominais expressam valores diversos, como: sentimentos, impulsos, estados de espírito, zanga, medo, opinião, esquecimento (*angustiar-se, arrepender-se, aborrecer-se, apaixonar-se etc.*); gestos, ações, movimentos, atitudes, comportamentos, chamamentos (*afastar-se, ajoelhar-se, benzer-se, chamar-se, encobrir-se etc.*). Representam ações espontâneas, sem agente ou causa aparente, que podem estar focadas ou no predicado (*o prédio incendiou-se*) ou na personificação deliberada do sujeito inanimado (*a porta abriu-se*).

Alguns verbos despronominalizados ainda mantêm em sua carga semântica resquícios de medialidade, algo como uma reflexividade lexical, como é exemplo o verbo *ressuscitar(se)* – *Cristo ressuscitou*; a semântica do verbo *ressuscitar* indica um processo que ocorre recaído sobre o sujeito, ainda que as orações com verbos despronominalizados sejam enquadradas na flexão de voz ativa.

b) **se** - *Partícula de realce*

O **se** (*PR*) aparece junto a verbos intransitivos para atender a intenções discursivas, e não gramaticais. Por isso, pode ser retirado da frase sem causar prejuízo ao significado do verbo. Isso o faz diferir primariamente da *PIV*.

O emprego de uma *PR* serve para demonstrar a intensa participação do sujeito no processo verbal. Realça sentimentos e emoções, além de imputar dinamismo e espontaneidade ao verbo.

No português do Brasil, o emprego do **se** *PR* está limitado a alguns verbos intransitivos: de movimento (*ir-se, chegar-se, sair-se*) ou denotativos de ações espontâneas (*rir-se, sorrir-se*).

A presença do pronome **se** como *PR* não causa alteração semântica no verbo; ao contrário do **se** *PIV* – este altera o sentido do verbo quando em situação pronominal.

c) **se** – *Índice de indeterminação do sujeito*

No português atual, a indeterminação do sujeito ocorre com: verbos intransitivos, transitivos indiretos, ou empregados intransitivamente, e verbos de ligação.

Em textos de português arcaico, como a carta de Pero Vaz de Caminha, edição de Leonardo Arroyo (1971), já se encontrava o pronome **se** *IIS* com verbos intransitivos — *E com isso se volveu às naus por ser tarde*.

O uso intransitivo foi passado a quase todo o sistema de predicação do português, possibilitando expressões impessoais com verbos transitivos indiretos e de ligação. As construções impessoais com verbos transitivos diretos serão descritas e analisadas no item do **se** *PA*.

No período arcaico, havia outra forma para a indeterminação do sujeito: a substituição pelo pronome indefinido “homem”, pronome de 3ª pessoa de sentido vago, sem referência. Tanto o pronome indefinido “homem” quanto o pronome **se** dispunham-se a indeterminar uma ação. A diferença é que, no primeiro, a indeterminação é lexical; no segundo, é sintática. Essa forma lexicalizada desapareceu no fim do século XVI, abrindo espaço para a fixação do **se** //S. Para esse fenômeno lingüístico, Said Ali (1957) ratifica:

Por fim foi-lhe desaparecendo a vitalidade e na era quinhentista sucumbia de todo afogado pela expansão do pronome **se** que, como vimos anteriormente, já então se usava quer em verbos transitivos, quer com os intransitivos (p.100).

A indeterminação com verbo de ligação (*é-se; está-se*) só aconteceu a partir do século XIX, desconhecida em textos até o século XVI. No período anterior, encontrava-se em locuções verbais com um verbo auxiliar na 3ª pessoa do singular, com o verbo *poder*, mas não na estrutura *é-se, está-se*. Como todo fenômeno lingüístico, essas transformações ocorriam primeiro na língua falada, depois na língua escrita.

O //S originou-se no reflexivo **se** que teria evoluído de objeto direto para //S quando empregado em construções mediais dinâmicas de verbo transitivo direto, com sujeito inanimado. Nessas estruturas, o sujeito sob a forma de personificação metafórica era considerado agente da ação verbal. Quando o agente humano era desconhecido ou não interessava mencioná-lo, a linguagem personificava o objeto, e este fingia praticar a ação sobre si mesmo.

A mesma indeterminação é transposta para frases em que o ser inanimado é colocado na posição canônica de objeto, permitindo uma interpretação indeterminada, e não passiva como registra a NGB. Essa é uma discussão que será retomada na descrição do **se** PA.

A função indeterminadora do **se** pode ser justificada por representar uma pessoa fora do circuito da comunicação (emissor/ receptor) e, por isso, pode-se tornar disponível para indicar a impessoalidade, pode-se apresentar vaga, imprecisa, generalizante, dispensando o contexto por se realizar sintaticamente.

Esse caráter sintático do processo de indeterminação do sujeito está em concordância com a diacronia, com a origem medial analítica do latim vulgar. A construção reflexiva (verbo-pronominal) surgiu para encobrir, no latim vulgar, o valor

medial da passiva sintética clássica, e um dos empregos dessa voz clássica era exatamente a impessoalidade. Já no latim vulgar, usavam-se as formas passivas impessoais seguidas de acusativo (objeto direto). A medial analítica vulgar absorveu as funções da medial sintética clássica: uma forma sintética como *fit orationem* poderia desdobrar-se de forma analítica em *facit se oratio (nem)*, com valor igualmente impessoal, e tornar-se a matriz diacrônica que potencializaria, sincronicamente, as construções sintáticas impessoais e de valor ativo.

A oscilação entre ativo e passivo é a justificativa para tantas controvérsias nas construções mediais.

III) Passivo

A estrutura sintática da voz passiva é *verbo transitivo + se apassivador + sujeito inanimado*. Segundo a lógico-filosófica, seres inanimados não podiam exercer ações, incitando a construção passiva.

A interpretação passiva da medial dinâmica é uma reação da tradição gramatical de base filosófica à personificação dos sujeitos inanimados na voz média. Mattoso Câmara (1977) não concorda com a tese de interpretação passiva de construções reflexas, e observa o que segue: “Foi o emprego impressionístico da voz reflexiva que preparou o caminho, em português e em outras línguas românicas, para a voz passiva de forma pronominal com o pronome apassivador **se**.” (p.144).

As construções mediais (sujeitos inanimados) já existiam no próprio latim clássico e são mais um recurso de estilo do que gramatical, embora não fossem muito usadas, menos na prosa. A visão antropocêntrica do homem na cultura greco-romana não aceitava a personificação de seres inanimados; só os seres humanos seriam capazes de realizar ações. Há um preconceito quanto à personificação dos sujeitos inanimados, o que poderia justificar a passiva pronominal nas línguas românicas.

No Renascimento (século XVI), houve uma retomada do modelo clássico da cultura greco-romana, e essa passiva pronominal com sujeito inanimado passou a vigorar, voltando a medial tornar-se passiva em português.

Tantas transformações só podiam acarretar discordâncias e dificuldades na descrição da língua. Eis os exemplos de ambigüidade em estruturas com sujeitos inanimados:

(64) A porta se abriu.

- Segundo a NGB, trata-se de uma voz passiva pronominal (sujeito inanimado), que corresponde a: *A porta foi aberta*;

- Medial dinâmica por significar: *A porta abriu por si mesma*, sem imputar a ação a um agente, e isso corresponde ao processo de ergativização do verbo, ou seja, vocábulo em posição argumental externa, mas sem apresentar traço humano e volitivo, portanto não possível de realizar a ação, sendo apenas envolvido pelo processo verbal.

(65) Abriu-se a porta.

- Segundo a NGB, voz passiva pronominal;

- Ativa impessoal, registro coloquial.

Essa última análise (ativa impessoal) é defendida por renomados filólogos que consideram a expressão *a porta* como objeto por estar na posição sintática destinada aos complementos, deixando clara a existência de alguém a realizar a ação.

A passiva pronominal estendeu-se aos sujeitos animados e contaminou construções com verbos pronominais: *batizar-se*, *chamar-se*, *operar-se*, consagrando-os como exemplos de uma passiva sintética similar a: *foi batizado*, *é chamado*, *foi operado*.

Justifica-se a interpretação passiva de estruturas mediais devido à intensidade com que o sujeito está envolvido na ação, a sua participação intensa no processo verbal, tão integrado ao predicado que o caráter de agente acaba neutralizado pelo de paciente do mesmo processo. Deste ponto, abrem-se as possibilidades de interpretação passivas de frases como *José se operou*, *João se batizou*, que embora de sujeitos animados, são tidas como equivalentes a *João foi operado*, *João foi batizado*.

O lado mais produtivo da medial analítica herdada do latim vulgar é para a atividade e não para a passividade. Os casos de despronominalização dos verbos

pronominais, exemplos de voz média — sujeito não-agente envolvido pelo processo verbal — realizada através do processo de construção ergativa, é a sustentação dessa forma ativa. Com a perda do clítico, tornam-se ativos e intransitivos. Isso demonstra a oscilação medial entre a ativa e a passiva. A noção de atividade também pode ser sentida nas atribuições sintáticas exercidas pelo pronome *se*: *IIS*, *PR*, *PIV*, *objeto* e *sujeito*, normalmente restritas à voz ativa. Como se fosse uma exceção, encontra-se o **se PA** isolado e restrito ao âmbito gramatical:

O **se** (nessa função de apassivador ou de indeterminador) é muita vez chamado não de pronome, mas de partícula, símbolo, índice...Isto revela o zelo conceitual de quem não se aventura a chamar de “pronome” um vocábulo que, aparentemente, nada teria de pronome, a não ser a homonímia. (Henriques, 2005, p.41)

O emprego do **se** com verbos transitivos diretos tem sido alvo de muitos questionamentos. Estudiosos têm encontrado nesse tema um terreno fértil para análises e descrições. Há um consenso entre os gramáticos de que as estruturas *verbo transitivo* direto na 3ª pessoa do singular + *pronome se* + *nome singular ou plural* estão cada vez mais surgindo na norma culta da língua. As construções impessoais com VTD (*aluga-se casa/aluga-se casas*) estão cada dia mais correntes, não só no uso oral e coloquial, mas também no escrito e formal, uma vez que nos melhores jornais e revistas já se encontram registros de não-concordância, caracterizando o sentido da impessoalidade.

Essa impessoalidade não é abrangente; está restrita a um gênero textual específico. Não parece ser diferente a expressão *discutiram-se os acordos* de *acordos foram discutidos*. Em ambos os casos, a passividade é clara e, semanticamente, são iguais. Se *acordos* pode ser o sujeito paciente desta oração, o que impede de ser sujeito paciente daquela? E se, como sujeito, o verbo puder concordar com o mesmo? Ao que parece, a dissonância está em orações específicas do gênero anúncio/classificados: *aluga-se casa / casa é alugada*. Nesses casos, a transposição da passiva sintética para a passiva analítica interfere na semântica do enunciado, uma vez que o verbo *ser* empregado na perífrase verbo *ser* + participio do verbo principal confere ao substantivo um atributivo, isto é, uma característica permanente do referido objeto, e não algo que está sendo disponibilizado a uma determinada ação (alugar, vender, cortar, etc.).

Na verdade, não é só o gênero textual o responsável pela atual interpretação indeterminadora dessas construções, mas também o tempo verbal empregado nas

estruturas oracionais registradas nos anúncios e placas — presente do indicativo. Nesse tempo verbal, o verbo *ser*, em todas as flexões (sou, és, é, somos, sois e são), denota uma característica inerente àquele objeto por ele caracterizado; dessa forma, enunciados como *vende-se casas* são legitimados como representantes de construções ativas, por não corresponder a *casas são alugadas*.

3.2. Abordagem das vozes verbais

Os estudos lingüísticos não têm dado conta de algumas polêmicas, e a categoria de voz é uma delas. Causadora de inúmeras divergências de análises, encontra-se nesta temática um terreno fértil para discussões. Mattoso Câmara (1977), por exemplo, classifica em voz ativa, passiva e reflexiva-medial, mas não define com precisão a medial, ora considerada um tipo independente, ora como subdivisão da passiva (médio-passiva). A lingüística gerativa, sob o rótulo da ergatividade, limita-se a propriedades sintáticas, sem se ater especificamente às questões de voz. Uma linha funcionalista de base *givoniana* tem apresentado uma categoria de voz média com uma abordagem sintático-semântico-discursiva, investigando as relações textuais e contextuais responsáveis pela escolha de um determinado tipo de voz.

É através da sintaxe que ocorrerá a interligação textual: recursos anafóricos, nominalizações, elipses, elementos pleonásticos, partículas de realce e tantas outras; garantindo, assim, a continuidade discursiva. E isso, no processo de leitura e escrita, é de extrema relevância, porque norteia o processamento cognitivo do leitor/escritor, sem permitir desvio de análises.

Discutir o estudo da sintaxe pelo viés semântico-discursivo tem realizado inúmeras discussões. A estrutura sintática pela estrutura sintática não é capaz de dar conta das indagações cotidianas. Mais ainda: é necessário aprofundar e traçar uma relação da sintaxe com as questões de leitura e escrita. É claro que o uso da sintaxe, nem sempre, é um ato consciente. São estruturas internas que, mesmo quando ainda pequenos, já possuímos a capacidade de estruturá-la.

A sintaxe é o fio condutor entre os aspectos estruturais e o comportamento semântico-discursivo presentes em um texto. Sem ela, não haveria condições de extrair sentido dos enunciados; impedindo, assim, a compreensão textual.

3.2.1. O verbo e a flexão de voz

Vozes são as formas flexionais indicadoras das relações do verbo com o seu sujeito; exprimem se esse é agente, alvo ou, simultaneamente, agente e alvo da ação verbal.

A gramática tradicional distingue três vozes: ativa, passiva e reflexiva. Considera voz ativa aquela em que o sujeito é agente/controlador da ação, mesmo em eventos nos quais esteja claro um sujeito não deflagrador do processo, apenas envolvido sem que ocorra seu esforço; passiva, o sujeito é paciente, e a ação é apresentada em uma construção de particípio com o auxiliar ser; reflexiva, conjugada com o pronome reflexivo, abrangendo as funções de reflexividade e reciprocidade. Grandes estudiosos, como *Mattoso Câmara* e *Said Ali*, classificam a voz reflexiva como *voz medial*: forma intermediária entre a voz ativa e a passiva.

No estudo tradicional em português, há um olhar morfológico para essas realizações, uma vez que as distinções são feitas por meio de sufixos, desinências verbais e pronomes reflexivos. Muitas vezes, apenas isso não dá conta das variantes existentes na língua, principalmente em relação à presença de pronomes reflexivos nos enunciados, pois as mesmíssimas formas são utilizadas tanto para reflexividade como para reciprocidade, e ainda, com verbos que não se interpretam como se o sujeito executasse algum ato que fosse revertido sobre ele mesmo; sendo considerado, então, como partícula expletiva dos verbos denominados pronominais (Mattoso, 1977).

Os pronomes reflexivos obtêm um olhar especial na análise de Said Ali. Para fazer a distinção entre reflexiva e recíproca, o autor utiliza o exemplo *honramo-nos* e acrescenta termos esclarecedores, como *honramo-nos uns aos outros* (recíproca) e *honramo-nos a nós mesmos* (reflexiva). É o que denomina de “a mais palpável confusão que a linguagem faz, mas a inteligência desfaz pelo encadeamento de idéias.” (Ali, 1966, p.177).

Deixando de lado os conceitos de reciprocidade e reflexividade, Said Ali volta-se para as questões do clítico –se, presente em verbos ditos pronominais, que representam estado interior, manifestado exteriormente por alguma atividade e, neste caso, têm significação ativa, como os verbos *atrever-se*, *gabar-se*, *queixar-se*, *vangloriar-se* e outros.

Os verbos acima listados fazem parte do elenco de verbos *ergativos*, cujo argumento único sofre o processo denotado pelo verbo, quer dizer, o sujeito exerce um papel não agentivo. Outros possuem uma alternância causativa, ou seja, apresentam-se intransitivos, com uma contraparte transitiva. A presença do clítico **se** é imprescindível em alguns casos, mas há uma tendência sincrônica para a demissão dessa marca morfológica.

Em análises posteriores, há uma discussão envolvendo os verbos pronominais e os reflexivos/recíprocos. Estes são elencados na voz reflexiva/recíproca; aqueles, na voz medial. A categoria de voz média, distinta da voz reflexiva/recíproca, é realizada através de uma abordagem que conjuga os fatores sintáticos, semânticos e discursivos.

Os estudos atuais acreditam que a voz média, como *o jarro quebrou*, tenha relações diacrônicas com outras construções aproximadas, tais como passiva e reflexiva, mas propõem que sejam estruturas com funções específicas, principalmente discursivas; uma vez distintas, atendem a pressões, também distintas, do discurso.

3.2.2. Abordagem semântico-discursiva das vozes verbais

A sintaxe ocupa um papel relevante no processo de leitura e escrita. É responsável pela ordenação lógica no encadeamento dos enunciados, estabelecendo também a relação coesiva textual.

A partir de um foco semântico-discursivo, o estudo das vozes verbais tem sido tema de inúmeras análises. Para esclarecer alguns pontos, é válido observar a distinção entre as vozes verbais, que, sob o ponto de vista discursivo, pode ser um fator determinante da intenção comunicativa de um enunciado, comprometendo-se com a coesão do texto.

A clássica divisão em voz *ativa*, *passiva* e *reflexiva* predomina nas gramáticas; dificilmente se encontra uma classificação diferente. O conceito de voz ativa é tido como a construção menos complexa, mais acessível cognitivamente, sendo o sujeito sintático o agente do processo verbal e tópico do enunciado; entenda-se tópico como aquele que dá continuidade, provê elementos que fazem parte e constituem o tópico do discurso (Pontes, 1986). A construção passiva é a mais próxima da construção ativa. Enfatiza a ação verbal e seu alvo, que passa a

ser o sujeito do evento. A voz reflexiva é a aquela que apresenta sujeito agente e paciente, simultaneamente, ao qual se acopla um clítico, determinante da noção reflexiva.

Contudo, essas subdivisões não dão conta das questões semântico-discursivas da língua. Discursivamente a voz ativa é aplicada, na maioria das sentenças, quando há intenção em valorizar o agente da ação verbal; numa estrutura passiva é utilizada quando há intenção de suprimir o agente, embora se conceba, ou possa ser recuperado no contexto, e também, por influência de elementos anteriores, caso um enunciado já mencionado esteja centrado no objeto direto (alvo) da ação, há uma tendência para a construção de passivas; já no tocante à voz reflexiva, as divergências de classificação são mais intensas.

Muitos estudiosos divergem quanto à análise tradicional da flexão de voz, e a principal divergência encontra-se na voz reflexiva. O clítico é o pivô das discussões uma vez que, ao associar-se a determinados verbos, pode não desempenhar um sentido reflexo. Isso ocorre facilmente com os ditos pronominais.

Said Ali (1966) classificou na categoria de voz a *média*; assim denominada por considerá-la intermediária entre a ativa e a passiva. Essa voz abrange as funções de reflexividade, reciprocidade e outras. O sujeito de uma construção medial não apresenta agentividade. É envolvido pelo evento. Semanticamente é o paciente seguido de um verbo na forma ativa, sem que o agente seja expresso. O verbo expressa a ação realizada, fazendo o sentido equivaler ao de uma passiva, porque em ambas há a escamoteação do agente. De acordo com Mary Kato (1976, p. 4): “Do ponto de vista nocional, aquilo que aparece como sujeito parece ser, paradoxalmente, o objeto semântico do verbo.”

O uso de construções médias é mais comum no discurso formal, uma vez que nos discursos acadêmicos fala-se mais de coisas do que de pessoas, o que está de acordo com a função da voz média de promover o participante não-agente a *tópico* do discurso. Como o agente é normalmente humano, é compreensível o objeto (paciente) ser topicalizado em discursos formais. Construções passivas, ou com noção de passividade, que é o caso das médias, tendem a ser usadas quando há a intenção de dar continuidade ao tópico enunciado anteriormente, uma vez que o objeto colocado na posição de sujeito é um referente “dado”, ou seja, transmite informação mencionada co-textualmente; portanto, como referencial anafórico, mantém a continuidade de uma cadeia tópica.

Discernir informação “nova” de informação “dada” é fundamental na orientação cognitiva do leitor, e a opção por determinado tipo de flexão de voz está diretamente relacionada ao fluxo informacional do texto. Por meio dessas informações (“nova” e “dada”), promovem-se inferências, vínculos remissivos co(n)textuais, nominalizações e tantos outros recursos de textualidade que garantem a coesão e a coerência textuais.

3.2.3. Topicalização e voz verbal como recursos de coesão textual

A coesão textual é um conceito semântico que se refere às relações de sentido existentes no interior de um texto e que o definem como tal. Isso ocorre quando a interpretação de um elemento no discurso é dependente da de outro. São pressupostos, não decodificados, a não ser por recorrência a outro elemento contextual.

Embora se trate de uma relação semântica, como ocorre com todos os componentes do sistema semântico, é realizada através do sistema léxico-gramatical. Estabelecer relações de sentido diz respeito ao conjunto de recursos semânticos por meio dos quais uma sentença se liga com a que veio antes aos recursos semânticos mobilizados com o propósito de criar textos (Koch, 2005). Os elementos coesivos dão conta da seqüência superficial do texto. São uma espécie de semântica da sintaxe textual, os mecanismos formais de uma língua que permitem estabelecer relações de sentido entre os elementos lingüísticos do texto.

Os mecanismos de coesão textual são inúmeros, mas este item vai ater-se à topicalização e como se realiza na tessitura do texto. A princípio, é necessário esclarecer a noção de tópico. Definida, sintaticamente, como o sujeito; pela ordem linear do enunciado, como o primeiro elemento; e pela entonação, o elemento não acentuado. Apresenta, assim, variadas definições que não se sustentam em uma análise minuciosa. Porém há uma forte tendência, reconhecida por todos os estudiosos, de o tópico iniciar uma sentença.

O tópico de uma sentença tem a função cognitiva de selecionar uma unidade de informação ou conceito a partir do conhecimento. O indivíduo referido pode ter sido introduzido no contexto da comunicação por ação direta ou por percepção de certos objetos ou ainda por sentenças prévias do discurso (Van Dijk *apud* Koch, 2003). Assim, tópicos podem ser expressos por qualquer sintagma que se refira a

um indivíduo (con) textualmente identificado, mas também por todas as outras expressões para indivíduos ou propriedades pertencentes àquele objeto citado. Essa abordagem textual do tópico não garante que sempre o sujeito de uma sentença seja automaticamente o tópico daquela sentença, mesmo na ordem normal. O tópico pode ser identificado através de uma mera transposição da ordem de uma sentença, por isso objetos diretos topicalizados têm mais força discursiva. Há uma valorização da informação a partir do efeito surpresa causado pela inversão oracional.

Além da ordem sintática, os pronomes e os artigos definidos e indefinidos dão indicação da função tópica de certos sintagmas. Expressões sinônimas também podem dar continuidade a uma cadeia tópica. Essas condições referenciais não são únicas. A atribuição da função tópica pode estar relacionada a fatores pragmáticos, como interesse, importância ou relevância.

Com base na abordagem funcionalista, a informação nova tende a vir no fim da sentença, introduzindo um novo ou um subtópico; já o sujeito, na maioria dos casos, dá continuidade a um tópico enunciado anteriormente. No estudo da posposição do sujeito, verifica-se que ele ocupa o lugar sintático do objeto, portanto não dá prosseguimento a uma cadeia tópica, mas sim aponta para um novo tópico.

Por tudo isso, depreende-se que o sujeito pode ser tópico no sentido de dar continuidade, prover elementos que fazem parte de um discurso. A topicalização é um processo que só pode ser analisado em um contexto mais amplo; sentenças isoladas, descontextualizadas, dificultam ou mascaram a noção de tópico.

A topicalização mostra o sujeito como aquele que dá continuidade a um tópico; o objeto, o que introduz um novo tópico. Partindo desse conceito, estabeleceu-se a relação da voz medial com a continuidade de uma cadeia tópica. Na voz média, o objeto nocional da sentença é recategorizado como sujeito, responsável pela continuidade de um tópico; sendo assim, na voz medial, o elemento não-agente, envolvido pela ação verbal, cumpre o papel de recuperar uma informação já enunciada anteriormente.

Diversas análises visam à comprovação de o uso da voz medial estar vinculado à topicalização, como recurso de coesão textual. Na verdade, existem fatores sintáticos, semânticos e discursivos que favorecem essa visão. Podem ser verificados: a distância referencial, se e onde o referente da ocorrência medial aparece nas orações anteriores; *status* informacional do sintagma nominal, novo,

inferível e evocado, ou seja, não introduzido no discurso, inferido com base no conhecimento de mundo e oferecido textual ou situacionalmente.

É o que acontece, também, na voz passiva analítica, em que o objeto é topicalizado, indicando informação “dada”, mantendo a coesão do texto. Em contrapartida, na voz passiva sintética, o destaque é para o processo, portanto o lugar temático é ocupado pelo verbo, deixando o objeto na posição de informação “nova”.

Em diversos gêneros textuais, percebe-se a opção discursiva por construções passivas e médias. Ambas demovem o agente do evento e promovem a tópico um elemento sobre o qual recai a ação verbal, ou é envolvido pela mesma. Tem-se como exemplo uma reportagem policial, em que está presente um número considerável de construções passivas (analíticas e sintéticas) e mediais, uma vez que o *alvo* da ação é o centro informativo do enunciado. Essas questões serão analisadas minuciosamente no capítulo que abordará a análise do *corpus*.

3.3. Abordagem dos papéis temáticos

Os papéis temáticos são de extrema importância na conceituação de voz medial e sua construção com verbos ergativos ou inacusativos. Ao selecionar como argumento externo o objeto semântico da oração, este desempenha o papel de *alvo* da ação verbal.

Foram introduzidos na literatura para mostrar que as relações sintáticas como sujeito e objeto não são suficientes para explicar a interdependência que existe em certas sentenças:

(66) João quebrou o jarro.

(67) O jarro quebrou.

Em ambas, *o jarro* é alvo da ação (paciente), mas em (66) é um objeto direto; em (67), sujeito. Isso demonstra que as frases mantêm uma relação semântica que não pode ser justificada pela sintaxe.

A noção de papéis temáticos foi introduzida, primeiramente, por Fillmore (1968) sob a alegação de que as relações gramaticais de sujeito, objeto etc. são insuficientes para traduzir as relações de dependência existentes entre certas construções. Na década de 60, com a *Gramática de Casos*, apresentou os papéis

agentivo, *instrumental* e *objetivo*, que se definem, respectivamente: instigador de uma ação, animado, identificado pelo verbo; instrumental, força inanimada ou objeto causativamente envolvido na ação ou estado identificado pelo verbo; afetado pela ação ou estado identificado pela interpretação semântica do verbo.

Uma das principais premissas da *Gramática de Casos* de Fillmore trata-se da permanência constante dos papéis de caso independentemente das transformações sintáticas. Então, enquanto a superfície sintática de uma sentença pode variar, os papéis semânticos não podem. Os exemplos a seguir ilustram isso:

- (68) João abriu a porta com a chave.
- (69) A porta abriu.
- (70) A chave abriu a porta.

Nos três exemplos com o verbo *abrir*, o papel "objetivo" foi obrigatório, selecionado pela estrutura argumental do verbo, mas não ocupou a mesma posição sintática. Em (68) e (70), objeto direto; em (69), sujeito. Em outras palavras, a estrutura de caso afirma que o verbo *abrir* pode opcionalmente apresentar papel agentivo, ou papel instrumental, ou ambos, mas precisa sempre ocorrer com um sintagma manifestando o papel de paciente, e esse pode ser o único com que o verbo ocorre.

3.3.1. O princípio da hierarquia temática

Fillmore (1968) chama atenção para uma hierarquia temática. A posição argumental de sujeito será preenchida preferencialmente na seguinte ordenação: *agentivo*, *instrumental* e *objetivo*. No exemplo (68), há um agentivo, *João*, portanto é dele a posição de sujeito; mas em (70) existe um objetivo e um instrumental, na hierarquia temática, o mais próximo na escala para desempenhar a função de sujeito é o *instrumento*.

A teoria de Charles Fillmore apresenta alguns pontos nevrálgicos. Segundo o próprio Fillmore, nenhuma atenção tinha sido dada para detalhar a natureza das representações semânticas, nem havia qualquer sugestão de como a estrutura de casos relataria a estrutura semântica básica dos verbos. Percebeu que muitas situações de determinação de papéis de caso foram baseadas em decisões

intuitivas, e, em algumas, suas intuições falharam. Apesar da autocrítica, é incontestável a importância da *Gramática de Caso* de Fillmore.

O Princípio da Hierarquia Temática, com base nos estudos de Carlos Franchi (1975), estabelece a ligação entre a estrutura semântica e a estrutura sintática, ou seja, estabelece qual papel temático vai para qual função sintática. Dessa forma, organiza os argumentos predadores, estabelecendo a correlação entre as propriedades semânticas e a posição dos argumentos externo e interno. Os principais papéis semânticos são *agente*, *experenciador*, *beneficiário*, *alvo* e *instrumento*, respectivamente definidos, como: iniciador/controlador da ação; pessoa que passa pelo estado psicológico descrito pelo verbo; indivíduo a quem a ação traz proveito ou prejuízo; indivíduo ou objeto diretamente afetado pela ação e objeto de que o agente se serve para praticar a ação (Ilari, 2003). Outras hierarquias de ordem semântica têm sido propostas: o definido antes do indefinido, o possuidor antes do objeto possuído, o humano antes do não-humano e o animado antes do inanimado.

Independentemente da posição argumental que estiver ocupando o sintagma nominal, os papéis temáticos não sofrem variação. Ilustrando essa proposição:

- (71) João quebrou um *copo*.
 (72) Um *copo* quebrou.

Na sentença (71), a função sintática atribuída a *copo* é *objeto*, o papel semântico é *alvo*; em (72) a função sintática é *sujeito*; mas o papel semântico permanece o mesmo, *alvo* da ação. Apesar de o vocábulo *copo* representar o sujeito sintático, não é agente, uma vez que se trata de um ser inanimado, não passível de volição.

3.3.2. A Noção de Agente

O agente, macropapel da estrutura semântica de uma sentença, é palco de divergências quanto à semântica da própria palavra. Isso influi na noção temática de agente, uma vez que as análises do que é ou não considerado um agente advêm das conceituações atribuídas a esse vocábulo. Para a maioria dos pesquisadores, *agente* está relacionado a um sintagma nominal humano (ou pelo menos animado) que causa uma ação. Mas a definição de *animado* também é discutível. No *Dicionário Caldas Aulete* (Aulete, 2004), há duas acepções: “uma como aquilo que

tem vida”, e a outra, “como o que tem movimento” (p.46). Partindo disso, como ficaria a análise da sentença “A flor desabrochou”? O sujeito sintático *a flor* poderia ser considerado um agente, uma vez que *flor* tem vida, portanto, animada? É uma análise realizada por um grupo, mas bastante discutível, até porque o verbo *desabrochar* expressa um evento de causatividade interna: o processo só se realiza graças às propriedades inerentes ao sujeito sintático; só podem desabrochar aqueles elementos que possuam as características para tal. Essa limitação semântica do verbo impediria a classificação do sujeito *flor* como agente; este é parte do processo realizado pelo verbo.

Van Valin (1999), em *The Case for Effector*, defende a noção de agente não mais como o papel semântico fundamental, mas sim como derivado de um *Effector*, que seria um “desencadeador”, ou seja, a partir dele surgiriam os demais papéis temáticos: *Effector-agente*, *Effector-força*, *Effector-instrumento*. Afirma que poucos verbos requerem, de fato, um argumento agente e que o motivo de tanta importância a esse papel temático deve-se ao fato de a maioria dos verbos apresentarem argumentos externos humanos, associados automaticamente à agentividade; é o que denominou de princípio pragmático: interpretação de *effectors* humanos como agentes, na falta de qualquer informação para o contrário. Um exemplo claro é o do verbo “matar” — não apresenta argumento agente em sua representação semântica; ao contrário, ele tem um argumento *effector* que pode ser interpretado como um *agente* de acordo com o princípio pragmático.

O estudo da hierarquia temática é de extrema importância na seleção das vozes verbais. De acordo com a intencionalidade textual, serão feitas as escolhas por determinada construção verbal. Se o objetivo do texto for relatar a *entidade afetada*, diferenciada da *causadora*, a escolha recairá sobre uma formulação passiva. Se continuar a diferenciação entre as duas entidades, mas o foco for a *entidade instigadora (effector)*, a seleção será por uma construção ativa. Só haverá uma formulação medial se o evento enunciar a *entidade afetada*, e esta também se constituir na responsável por *desencadear* o evento.

Os papéis semânticos *beneficiário*, *experenciador*, *alvo* e *instrumento* alternam-se nas estruturas mediais. Serão selecionados pela semântica do verbo. Verbos ergativos derivados de causativos, como fechar-se, quebrar-se, incluindo os de processo psicológico, como assustar-se, impressionar-se, e outros não derivados

de causativos, como lembrar-se, esquecer-se, fundem os papéis de *experenciador* e *paciente*.

Na formação da voz medial, o verbo indica um processo do qual o sujeito é a sede, estando no interior desse processo; sendo assim, o esquema traçado pela voz média é a convergência dos macropapéis de Iniciador e Ponto de Chegada na mesma entidade (Camacho, 2003).

Uma das propostas desta pesquisa é discutir essa composição temática e relacioná-la aos argumentos verbais sob uma orientação semântico-sintática, trazendo à luz os verbos ergativos. Acredita-se que, no estudo dos papéis temáticos, encontra-se um instrumento de elucidação para as inquietações registradas cotidianamente no que se refere à sintaxe.

A análise do *corpus* deste trabalho está focada na demonstração empírica do português em que certas estruturas sintáticas sofrem restrições de ordem semântica. O estudo semântico-sintático será direcionado para um estudo funcionalista aplicado à produção textual. O objetivo é comprovar que o processo de ergativização está relacionado a fatores discursivos, que utiliza a sintaxe e a semântica como ferramentas na construção do sentido do texto.

Dessa forma, analisar e interpretar a transitividade leva a pensar e refletir a respeito da estrutura sintática verbal sob outra ótica, e não somente por aquela apresentada pela tradição gramatical. O processo de transitivização é um fenômeno complexo que apresenta propriedades semânticas e sintáticas; lingüísticas e extralingüísticas, que se interligam em uma oração prototípica (simples).

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Muitas são as terminologias que circundam a inacusatividade/ergatividade. A abordagem de um tema novo é sempre muito complexa. Para apresentar as diversas opiniões, segue uma revisão de artigos de autores relevantes na literatura lingüística.

4.1. Amaya Mendikoetxea

Amaya Mendikoetxea (1999) analisa as sentenças inacusativas confrontando-as com as passivas em seu artigo *Construcciones inacusativas y pasivas*. As estruturas inacusativas apresentam como argumento externo elementos que não atendem ao papel temático de *agente*. Na verdade, coexiste uma noção de passividade na análise semântica dessas construções; por isso, muitas vezes, ocorrem dúvidas quanto a essas estruturas serem ativas ou passivas.

A autora inicia a análise a partir de uma abordagem tradicional em torno da transitividade dos verbos. A classificação de um verbo como transitivo ou intransitivo não depende do uso, ou não, de um complemento. Algumas gramáticas afirmam que se trata da intenção do falante o apagamento do objeto; normalmente isso ocorre quando os verbos possuem como complemento algo restrito à sua semântica: *beber, ler, estudar* etc.: “Muitos verbos normalmente transitivos podem carecer de objeto direto, quando o sentido da frase for tão claro que o ouvinte ou leitor o completam logo, subentendendo instintivamente o complemento omitido.” (Brandão, 1963, p. 46).

Certos verbos intransitivos podem surgir com objetos em construções tautológicas — *Dormir um sono tranquilo* —, mas não são tomados como verbos transitivos. Para ser um verbo com essa classificação, é preciso ter dois argumentos: um é sujeito e outro, objeto.

Antes de mencionar os verbos intransitivos, a autora ressalta os *tipos* de verbos que compõem a intransitividade verbal — inacusativos e inergativos. Ambos são classificados como intransitivos, porém com atribuições semânticas diferentes para o sujeito: o primeiro apresenta sujeito não-agentivo; o segundo, agentivo. Os verbos intransitivos requerem um só argumento, mantendo a relação sintática de

sujeito. Os inergativos (*chorar, rir, tossir* etc.) dependem da vontade de um agente, há um só argumento, que corresponde sujeito nocional a sujeito sintático; os inacusativos (*existir, aparecer, chegar, florescer, crescer, quebrar, abrir*, etc.) provam que, em alguns, o sujeito do verbo é o objeto nocional e um verbo transitivo, observa-se a chamada “alternância causativa”, como nos exemplos abaixo em que, nas duas construções, há o mesmo papel temático para *Juan* e *vaso*, independentemente das funções sintáticas exercidas.

(73) Juan quebrou o vaso.

(74) O vaso quebrou.

Para muitos estudiosos, a inacusatividade vem determinada pela semântica do verbo e aparece codificada na sintaxe, mas as correntes semântica e sintática divergem quanto ao posicionamento: uma não aceita que o comportamento do verbo inacusativo seja definido pelas propriedades pertencentes ao campo semântico e vice-versa.

Os verbos inacusativos pertencem a uma classe semântica não homogênea; são dois grupos: *troca de estado* e *existência*. Possuem, ainda, como característica expressar eventualidade de causa externa em seu uso intransitivo, constroem-se com a partícula **se** em valor inacusativo, participam da alternância inacusativa e na construção transitiva há uma correspondência entre função sintática e função semântica.

Nos verbos inacusativos, o argumento participante da ação é mais objeto do que sujeito, embora o argumento seja o sujeito sintático da oração; já nos verbos inergativos, o argumento comporta-se e atua como sujeito. Os inacusativos, como classe verbal, diferem dos inergativos de várias maneiras: formam tempos compostos com o verbo *ser*, e os inergativos com o verbo *haver*; participípios adjetivais modificam um sintagma nominal e atuam no processo da inacusatividade, mas esses mesmos participípios não co-ocorrem com verbos inergativos; o sujeito sintático de um verbo inacusativo pode ser um sintagma nominal sem determinante, mas essa possibilidade é vetada para os inergativos. Essas diferenças são demonstradas, respectivamente, no quadro a seguir:

Inacusativos

É chegada a hora.

Esgotado o ozônio da atmosfera, é o fim da vida na Terra.

Existem problemas.

Inergativos

Giovanni havia telefonado.

(?) Trabalhado Juan, dirigiu-se a sua casa.

(?) Dormem mulheres.

Semanticamente são dois tipos de verbos inacusativos: troca de estado/localização, que podem ter variante pronominal ou não: *romper (se)*, *abrir (se)*, *secar (se)*, *crescer*, *servir*, *empalidecer* etc.; e verbos de existência, como *chegar*, *existir*, *ocorrer*, *suceder* etc.

Mendikoetxea afirma que as construções passivas e inacusativas confundem-se, gerando uma ambigüidade, pois no emprego funcional-discursivo ambas oferecem a função de tema e tópico. Entretanto, estabelecem-se diferenças nos seguintes pontos: passiva utiliza verbo *ser* + particípio (derivado de verbo transitivo), a inacusativa não possui marcas morfológicas, com exceção das que são construídas com a partícula **se**; as passivas perifrásticas sempre implicam a existência de um agente ou causa, que podem estar implícitos ou ser expressos por meio de um sintagma preposicional, a inacusativa expressa eventos espontâneos sem a intervenção volitiva de um agente:

(75) As portas foram fechadas.

(76) As portas se fecharam.

Em (76), há a seguinte interpretação inacusativa: uma ação que ocorre de forma espontânea sem a intervenção de um agente ou causa externa, independentemente de ser possível no mundo real atribuir causa concreta à eventualidade expressa pela oração, e isso se deve em parte à tendência humana de atribuir causas aos processos do mundo real, mas em orações passivas há a necessidade de recuperar o agente, como em (75).

O contraste entre passivas e inacusativas fica mais claro quando se lida com verbos que podem formar passiva com **se**, mas não podem surgir em construções inacusativas por exigirem uma intervenção volitiva de um agente:

(77) Construiu-se uma ponte.

A interpretação é passiva, primeiramente por *construir* não ser verbo pronominal, depois por selecionar um agente. Para haver essa interpretação passiva, está implícito um agente com intencionalidade e uma causa externa não mencionada, porque o mais importante é destacar a ação verbal.

As construções inacusativas apresentam verbos que se caracterizam como causativos — significado de uma causa externa e de causa interna, sem a obrigatoriedade de uma intervenção volitiva, sendo apenas uma ação externa:

(78) A janela se abriu.

Os verbos que denotam troca de estado, como *florescer*, apresentam uma causatividade interna. O processo denotado pelo verbo se realiza graças às propriedades inerentes ao sujeito sintático, embora sejam necessárias causas externas (primavera, fertilizantes) que ponham em marcha o processo:

(79) O jardim floresceu.

As diferenças entre os verbos estão pautadas na representação léxico-semântica do seu significado. Os denotadores de causa externa são tipicamente transitivos — *quebrar* —, que ainda admitem uma gama de funções semânticas para o sujeito.

Os verbos *secar*, *esfriar*, *romper*, *congelar* e *quebrar* denotam atuações e transições quanto a seu aspecto léxico; em sua representação léxico-semântica formam predicados completos com um subevento causativo e um subevento central:

(80) Juan quebrou a mesa.

(81) O furacão quebrou a mesa.

Tanto em (80) quanto em (81) os sujeitos *Juan* e *O furacão* estão associados ao subevento causativo, e o objeto *mesa* ao evento central e resultativo, assumindo a função de tema afetado.

Verbos causativos com usos inacusativos são aqueles que a eventualidade expressa no predicado pode ocorrer de forma espontânea sem a intervenção volitiva do agente. Quanto ao seu conteúdo léxico, trata-se de um verbo em cujo significado não há uma especificação para a causatividade na estrutura léxica do verbo, o que

possibilita apresentar sujeitos com diversas funções semânticas: causa, agente ou instrumento, respectivamente:

- (82) O calor cozinhou as batatas.
- (83) Juan cozinhou as batatas.
- (84) O microondas cozinhou as batatas.

A autora chama atenção para os verbos que, ainda que transitivos diretos, não realizam a transposição para voz passiva. O seu uso inacusativo é agramatical:

- (85) (*) *O cachorro assassinou.*
- (86) (*) *A grama cortou.*

Esses verbos presentes em (85) e (86) selecionam em seu conteúdo léxico-semântico um sujeito imbuído de volição. No caso de *assassinar*, indica o modo que se encerra a ação e implica ação volitiva e não sofre *descausativização* (não passa de transitivo para intransitivo). O verbo *cortar* requer agente como sujeito, embora também aceite instrumento, mas de qualquer forma seleciona um agente para manejá-lo.

O que ocorre com o verbo *cortar* é justificado pela *hierarquia temática* de Carlos Franchi (1975), que estabelece uma escala hierárquica para os possíveis papéis temáticos do sujeito: *agente*, *experenciador*, *beneficiário*, *alvo* e *instrumento*, respectivamente assim definidos: iniciador/controlador da ação, pessoa que passa pelo estado psicológico descrito pelo verbo, indivíduo a quem a ação traz proveito ou prejuízo, indivíduo ou objeto diretamente afetado pela ação e objeto de que o agente se serve para praticar a ação (Ilari, 2003).

A *causatividade* expressa nos verbos pronominais, como *arrepender-se* e *orgulhar-se*, ou naqueles que apresentam uso pronominal circunstancial, como *secar-se* e *esfriar-se*, não fazem referência à causa, mas sim expressam algo que provém de forma espontânea, sem intervenção de causa externa, o resultativo do evento.

Há verbos que podem ser considerados de causa interna; outros, de causa externa, dependendo das propriedades semânticas do argumento que selecionem.. Para diferenciar um verbo de causa externa de outro de causa interna, observa-se o uso do **se**:

- (87) O dia escureceu. (interna)
 (88) Sua fama se escureceu. (externa)

Há construções inacusativas com verbos de existência e aparição que em seu léxico requerem um argumento locativo e não possuem noção de causatividade. Esses verbos apresentam um argumento tema que forma parte do significado dos verbos inacusativos. O efeito de inversão locativa é prova da inacusatividade desses verbos, apresentando o sintagma preposicional em posição preverbal e o sintagma nominal tema, que é sujeito sintático do verbo, em posição posverbal.

- (89) Naquele lugar apareceu um monstro.

Verbos de existência/aparição (89) são inacusativos, com um argumento locativo e um argumento tema, parte do significado léxico. A anteposição do sintagma preposicional locativo pode ser devido a fatores discursivos ou semânticos. A função discursiva é introduzir a informação menos conhecida (sintagma nominal tema) em um contexto de informação conhecida (sintagma preposicional locativo) sem que a informação transmitida no argumento tema seja nova no discurso, uma vez que o sentido do verbo em análise não contribui com nenhum tipo de informação que não se infira pelo contexto. Discernir informação nova de informação dada é fundamental na orientação cognitiva do leitor. Essa distinção garante a coesão e a coerência dos textos, uma vez que, por meio dela, são promovidas inferências, nominalizações, elementos fóricos (Pontes, 1986).

Ao analisar as construções passivas e as inacusativas, fica clara a semelhança estrutural e semântica entre elas. Em ambas, os verbos possuem pacientes; o sujeito sintático é o objeto nocional do verbo transitivo; nas perifrásticas (verbo *ser* + participio), o sujeito nocional pode ser recuperado e expresso por um complemento agente – *agente da passiva*. A passiva perifrástica não é formada com todos os verbos transitivos, como, por exemplo, os de percepção sensitiva e intelectual:

- (90) (?) Uma música foi ouvida pela criança.

Mendikoetxea afirma, ainda, que há autores que não admitem passiva em tempos imperfectivos (presente e imperfeito) quando expressam uma ação

momentânea, porque só o particípio verbal dos perfectivos apresenta-se com propriedade verbal; já o particípio dos imperfectivos tem propriedades adjetivais:

(91) A porta foi aberta. (perfectivo)

(92) A porta é aberta pelo porteiro todos os dias. (imperfectivo)

Em relação ao aspecto sintático, as passivas com verbos perfectivos formam as perifrásticas com verbo *ser*, ação que recai sobre o sujeito paciente; as com o verbo *estar* expressam o resultado dessa ação. Os verbos inacusativos admitem perífrase com *estar* (estado resultante); em contrapartida não podem aparecer em orações passivas com *ser*:

- Passiva perifrástica com *ser*:
O barco foi afundado pelo capitão.
- Passiva perifrástica com *estar*:
A casa está construída.
- Inacusativa perifrástica com *ser*:
() O jardim foi florescido.*
- Inacusativa perifrástica com *estar*:
A cidade está rodeada de montanhas.

Entre alguns verbos de alternância causativa (inacusativos), há possibilidades de perífrases com o verbo *estar*, que expressam estado resultativo. Por outro lado, não podem surgir em perífrases com o verbo *ser*, porque essas expressam tanto a ação como o estado resultante; logicamente incompatíveis com os verbos inacusativos, uma vez que eles expressam apenas o estado resultativo.

Mendikoetxea preocupou-se em abordar a natureza do sujeito sintático das subclasses dos verbos intransitivos: os inergativos e os inacusativos, atendendo a questões morfológicas, sintáticas e semânticas para distingui-los.

4.2. Maria Helena Mira Mateus

Mira Mateus (2003), na *Gramática da Língua Portuguesa*, trata a descrição da língua de forma abrangente no que tange à nomenclatura de alguns termos, redefinindo-os. Isso fica bem claro no item em que o texto relaciona os verbos

conforme a predicação. Ao se referir aos intransitivos, utiliza a terminologia *inergativos*. Diz tratar-se dos intransitivos, assim denominados na tradição gramatical luso-brasileira, que selecionam um argumento externo com a relação gramatical de sujeito:

(93) O bebê espirrou.

A partir desse ponto, o texto aponta para os verbos inacusativos, tradicionalmente também intransitivos, que na seleção argumental estabelece a relação com um argumento interno na posição de sujeito:

(94) As rosas floriram.

Mira Mateus afirma que inergativo e inacusativo são subclasses dos verbos intransitivos e elenca os seguintes verbos, respectivamente: *andar, assobiar, correr, chorar, dormir, espirrar, rir, tossir, trabalhar etc; acontecer, adormecer, aparecer, cair, crescer, desmaiar, desaparecer, florir, morrer, nascer, ocorrer etc*. A diferença consiste em os inergativos apresentarem argumento externo com características típicas de sujeito, enquanto os inacusativos apresentam propriedades tanto de objeto direto como de sujeito.

A autora relaciona três estratégias para distinguir um verbo intransitivo/inergativo de um intransitivo/inacusativo:

a) construções com participio absoluto – o sujeito do verbo inergativo não admite essa construção, o do inacusativo aceita:

(95) (*) Trabalhado o João – inergativo;

(96) Revistas as provas – inacusativo.

b) posição predicativa e atributiva – as formas participiais de verbos inergativos não podem ocorrer nem em posição predicativa nem em atributiva, mas os verbos inacusativos admitem essas duas possibilidades:

(97) (*) O rapaz está rido – inergativo;

(98) A janela está fechada – inacusativo.

c) nominalização em *-or* – os inergativos admitem nominalizações em *-or*; os inacusativos não permitem. Atente para os exemplos, respectivamente:

- (99) Correr – corredor;
 (100) (*) Desmaiar – desmaiador.

A abordagem registra, também, os verbos de alternância causativa. Há aqueles que exibem uma variante causativa (transitiva) e outra não-causativa (inacusativa), sem argumento externo; é o argumento interno direto que ocorre como sujeito:

- (101) O estudante terminou a prova.
 (102) A prova terminou.

Ressalta a presença do clítico *se* em alguns verbos que apresentam esse tipo de alternância. Pode ser obrigatória ou facultativa:

- (103) O calor derreteu o gelo.
 (104) O gelo derreteu(se).

As autoras abordam o funcionamento das estruturas inacusativas sob o ponto de vista morfossintático. Apresentam uma análise comparativa entre inergativos e inacusativos.

4.3. Guilhermina Mendes Carvalho

Guilhermina Mendes de Carvalho (2006), no artigo intitulado *Inacusatividade e ergatividade na fala rural do português brasileiro*, realiza uma análise semântico-sintática da predicação verbal. Categoriza como intransitivos os verbos que selecionam um agente como argumento externo; e transitivos, os verbos que apresentam tema para argumento interno e agente para argumento externo.

A autora utiliza a nomenclatura inacusativos ao se referir a verbos intransitivos com um só argumento, mas esse *se* apresenta com a relação temática de tema e não de agente:

- (105) A criança caiu.

Carvalho (2006) estabelece uma distinção entre léxico e estrutura. Denomina inacusatividade lexical a classificação verbos inacusativos; e inacusatividade estrutural o fato de o verbo não atribuir caso acusativo a seu argumento interno nem papel temático à posição de sujeito. O fato de a posição de argumento externo estar desocupada permite a ocupação pelo argumento interno, sob o papel temático tema.

Na distinção entre verbos inacusativos e ergativos, para os primeiros, pontua quatro subclasses:

a) Eventos com causa interna

- não-agentivos (reação física ou psíquica) – *corar, empalidecer, desmaiar* etc.;
- emissão perceptível por meio dos sentidos – *flamejar, explodir* etc.;
- mudança de estado devido à causa interna – *nascer, florescer, crescer* etc.

Esses verbos estabelecem forte restrição semântica a seus argumentos únicos, pois somente certos artefatos *explodem*; somente algumas flores *florescem* etc.

b) Movimento com direção inerente

- direção – *ir/vir, entrar/sair, chegar/partir*,
- mudança de posição – *deitar(se); levantar(se)*.

c) Existência

- existencial – *existir, constar, haver, ter*,
- locativo – *morar, residir, viver*,
- carência – *faltar, escassear*.

d) Aparição

- entrada e saída de cena de uma entidade – *aparecer, brotar, surgir, desaparecer, sumir*,
- ocorrência de um evento – *passar(se); acontecer, ocorrer*.

Em seguida, elenca os verbos ergativos, que apresentam causalidade externa: *abrir, afundar, amolecer, ampliar, assanhar, cortar, criar, derreter, dismantelar, encher, espalhar, molhar, preocupar*, etc. Para Carvalho, a ergatividade é um fenômeno similar à inacusatividade por ambas permitirem ao argumento interno ocupar a posição de sujeito — argumento externo — sob o papel temático tema sem apresentar agentividade. Diz que a diferença consiste em os verbos *ergativos* se encontrarem em uso intransitivo, mas apresentarem contraparte *transitiva*:

(106) *Maria quebrou o vaso.*

(107) *O vaso quebrou.*

Algumas vezes, a variante intransitiva (ergativa) apresenta uma marca morfológica sob a forma do clítico **se** (pseudo-reflexivo). Em seguida, pontua uma espécie de hierarquia para o aparecimento desse clítico:

- obrigatório – *rasgar-se*;
- possível, não obrigatório – *queimar-se*;
- não é possível – *acabar, aumentar*.

A autora assinala, também, que alguns verbos selecionam semanticamente seus sujeitos, impedindo algumas construções ergativas:

(108) *Ele quebrou a promessa.*

(109) (*) *A promessa quebrou.*

Em (109) há uma sentença agramatical, e isso talvez se deva ao uso conotativo do verbo *quebrar* (descumprir). Se houvesse a inversão da oração (109), a interpretação seria de indeterminação, uma vez estar a posição sintática ocupada pelo sujeito sem ocupação, indicando a existência de um sujeito referenciado no contexto. Em construções ergativas é mais comum a ordem sintagma nominal e verbo.

O português é uma língua de sujeito nulo, que pode deixar de se realizar lexicalmente, de forma referencial ou não. Na redução dos paradigmas flexionais (as pessoas), o português brasileiro vem apresentando aumento na frequência de sujeitos lexicais, incidindo em casos com a posição de sujeito preenchida, e isso

promove o aumento de construções ergativas que trazem o argumento interno para o local destinado ao argumento externo.

4.4. José Roberto Gomes Camacho

O trabalho de José Roberto G. Camacho (2003) — *Em defesa da categoria de voz média no português* — está diretamente relacionado ao conceito de inacusatividade, pois são os verbos inacusativos ou ergativos os utilizados na construção medial.

A voz média representa uma categoria flexional das línguas clássicas indo-europeias, constituída por um conjunto de sufixos verbais com uma função semântica: expressar eventos que afetem o sujeito e os seus interesses.

Camacho vale-se da marca morfológica, o clítico **se**, para distinguir ativas e médias, já que no português não há desinências que indiquem em qual voz estão inseridas as estruturas sintáticas:

O que caracteriza, com efeito, a construção passiva depende, exclusivamente, do nome predicado, que aqui é o particípio perfeito de um verbo transitivo e não um nome adjetivo puro. Do ponto de vista oracional, tem-se o mesmo tipo de frase em: a) os soldados foram punidos; b) os soldados foram covardes. A diferença significativa está entre o adjetivo covardes, que expressa uma qualidade nominal, e o particípio punidos, que tem força verbal e assinala uma atividade realizada. Assim, a chamada “voz passiva” em português não tem caracterização morfológica. (Câmara, 1985, p. 165)

Estabelece alguns critérios de distinção entre as médias e as reflexivas. O marcador medial não determina relação semântica nem sintática; o reflexivo corresponde à expressão “a si mesmo”. Nesse sentido, as construções médias são próximas das impessoais.

Reconhece a maioria dos verbos pronominais como ergativos — *organizar-se*, *desenvolver-se*, *generalizar-se*. O sujeito desses verbos é centro e ator ao mesmo tempo, inseridos em uma construção de voz média. Há verbos, como ele mesmo denomina, exclusivamente médios. São aqueles pronominais inerentes, como *queixar-se* e *apaixonar-se*.

Ressalta os casos de verbos pronominais que também apresentam uso não-pronominal e não possuem o mesmo sentido, como *levantar* e *levantar-se* (voz média). Os que se apresentam em uso reflexivo não alteram seu significado, como *vestiu a roupa* e *vestiu-se rápido* (voz reflexiva).

Para desfazer ambigüidade entre reflexivas e mediais, aponta um dado importante: só a média admite a *desclitização*, ou seja, apenas na voz medial pode haver apagamento do clítico sem prejuízo semântico, porque, na voz reflexiva, é no clítico que está lexicalizada a reflexividade.

Afirma ter a construção ergativa uma interpretação média, isto é, uma causalidade implícita. Em determinados contextos, de acordo com o propósito comunicativo, é mais relevante a auto-suficiência do evento do que a ação de uma causa externa controladora na função de sujeito.

Camacho estabelece a relação entre os papéis temáticos e as funções sintáticas. Em predicados mediais, o argumento único de um verbo de processo é um experienciador (estruturas mediais); em reflexivos, agente e paciente; em recíprocos, agente e beneficiário.

Reporta-se à tese do funcionalista Givón (1995), que enfatiza a promoção do paciente a tópico sentencial sob domínio da pragmática. Essa promoção é mais recorrente em estruturas derivadas, como as passivas, e menos nas médias.

Camacho alude ao latim para mostrar que o marcador reflexivo era um clítico e o marcador medial, uma desinência. Nas línguas românicas, desapareceu a desinência, permitindo a confusão entre reflexiva e medial, a ponto de desaparecer a categoria de voz média no português atual. Mas o autor consegue provar a existência da medialidade por meio de vários pontos distintivos, desde aspectos morfossintáticos (apagamento do clítico) a aspectos semânticos (papéis temáticos do sujeito).

4.5. Vanda de Oliveira Bittencourt

A discussão proposta por Vanda Bittencourt (2001) é relevante para o desenvolvimento desta pesquisa por estar a causatividade intimamente relacionada à ergatividade; seriam os dois lados de uma mesma moeda. Inserida na linha teórica funcionalista, Vanda Bittencourt apresenta uma análise abrangente das estruturas causativas em seu texto *Causativas lexicais no português do Brasil: perfil morfossintático, semântico e funcional-discursivo*. Aborda vários autores de diversas correntes, como a Gerativa e a Tradicional, para elucidar alguns pontos a respeito da teoria da *causativação*. Afirma que o paralelo entre essas correntes enriquece a discussão e amplia as possibilidades ao enunciar que o território das causativas,

como as demais partes do universo lingüístico, é infindável e está sempre à espera de novas incursões investigatórias.

A autora estabelece como protagonistas os elementos *causador* e *causado*, em que o evento *causado* é dependente da ocorrência do evento *causador*. Apresenta a *causatividade* como um processo multifacetado definido por traços humano, animado e voluntário. No tocante ao último item, acredita que o *causador* pode ter ação voluntária ou não; enquanto alguns autores só aceitam *causação* e *ação* se forem atos volitivos.

Bittencourt (2001) subdivide as causativas em sintéticas e analíticas, respectivamente, lexicais e produtivas. Discorre todo o trabalho particularmente a respeito das sintéticas, por haver maior incidência no português brasileiro; embora pontue, em alguns momentos em que estabelece comparações, as analíticas também.

No estudo semântico, nas causativas sintéticas, o *causado* é limitado com o papel temático de paciente; já nas formas analítica e semi-analítica há a possibilidade de um *causado agentivo*, que vem sendo defendida não mais como representação da fala infantil, mas sim com forte representatividade dessas expressões no português brasileiro. Segundo Lyons (1979), seria o *causado* co-participante da ação iniciada pelo *causador*. Essas estruturas sintéticas expressam, também, mudança de estado físico e emocional.

Ao tratar do aspecto morfossintático, apresenta o par *causativo-ergativas*. Aponta a derivação — ergativas — como instrumento de *causativação*. Pode ser interna, elementos mórficos combinados no interior da palavra; e externa, grau de sistematicidade das combinações possíveis, ou seja, com o seu grau de rendimento na nossa língua. A trajetória a ser seguida é a partir de um verbo incoativo (inicia um processo) por algum mecanismo de derivação, dando origem a verbos intransitivos/ergativos que, em face da *causativação*, encerra-se em verbos transitivos de ação-processo. Segundo a autora, lexema de origem adjetiva que implica mudança de estado, condição e situação compõe os verbos ergativos (intransitivos com sujeito pouco ou nada agentivo); enquanto lexema de origem substantiva indica acepção causativa (transitivos). A seguir, ambos os lexemas são demonstrados, respectivamente:

(111) O rapaz afivelou o cinto. (fivela)

Particularizando um pouco mais sobre os verbos ergativos, esses exprimem mudança de estado, forma e condição, exemplificados por: *abrir, fechar, encher, crescer, queimar*, e fenômenos da natureza (*anoitecer, amanhecer* etc.). Para a gramática gerativa, apresenta no nível lexical uma grade temática constituída por um argumento único, interno, ao qual é atribuído um papel de tema (ou paciente), mas que ocupa a posição de argumento externo.

Muitas pessoas, no uso oral e cotidiano, já usam as construções causativas de verbos ergativos, embora ainda causem estranhamento:

(112) Foi a Eunice que me acreditou de novo na vida.

O processo causativo não é rígido, portanto permite, no uso coloquial, a causativação de verbos impessoais correspondentes a fenômenos meteorológicos, casos de intransitivo ativo, e também de verbos transitivos que ocorrem sem seu objeto direto, que são os “pseudo-transitivos” (Lyons, 1979), respectivamente:

(113) Essa mistura sempre me amanhece com dor de cabeça.

(114) Eu almocei os meninos e depois levei eles para a escola.

Porém, não pode ser confundida com uma estrutura de topicalização enunciativa — *esse sapato dói meu pé* —, que tem como paráfrase *com esse sapato, meu pé dói*. Esses usos recorrentes não devem ser encarados como “marginais”, mas sim indícios de um processo de fortalecimento das estruturas causativas a partir de verbos intransitivos/inergativos.

O processamento da *causativação* ocorre a partir de verbos ergativos, sem derivação, ou seja, apenas uma forma para causativo e ergativo (homônimas); por derivação morfológica são as causativas intrínsecas (heterônimas); enquanto o processo de *ergativização* — causativo para o ergativo — é entendido hoje como uma *descausativação* ou *destematização*. Tal processo é expresso, muitas vezes, pelo pronome “pseudo-reflexivo” **se**, originando os verbos ergativos, até então reconhecidos como pronominais. A *causativação* e a *ergativização* exemplificam-se, respectivamente:

(115) O professor atualizou os dados do aluno.

(116) Os dados do aluno atualizaram-se.

A abordagem da caracterização funcional-discursiva cita as condições de emprego dos padrões causativos e os papéis temáticos que envolvem a relação *causador-causado*: controle, agentividade, mediação, volição, seqüência temporal e a intencionalidade discursiva. Consoante os estudos realizados por Regina Celi Whitaker Franchi (1989), essa flutuação semântica complica a análise das situações causativas. Nem sempre o aspecto volitivo é inferido em um enunciado, haja vista quando *causador* e *causado* são elementos inanimados.

Na estruturação do ato causativo, as analíticas e semi-analíticas (bi-oracionais) apresentam *causador* e *causado*; as sintéticas condensam-se lingüisticamente por exprimir o afetamento do causado, por alguma ação pressuposta do causador. As primeiras tendem a expressar ato causativo não-coercivo e mais indireto; as outras expressam ato coercivo-manipulativo e direto:

(117) O ladrão fez com que a velha morresse. (analítica)

(118) O ladrão fez a velha morrer. (sintética)

Segundo a abordagem funcionalista, nas analíticas, há conflitos devido à transferência de controle de *causador* para *causado*, visto que ambos possuem caráter agentivo. Já as sintéticas (lexicais) exigem verbos de controle com sujeito (*causador*) agente e um objeto (*causado*) não-agentivo, o que impede a transferência de controle.

Quanto ao aspecto discursivo, vale ressaltar a intenção do falante; é ele que impõe ao enunciado a marca de coerção ou não-coerção. Realiza as escolhas conforme o objetivo de seu texto e, ao fazer isso, trabalha com as funções expressiva, conativa e fática da linguagem. O desejo de uma pessoa em responsabilizar mais ou menos alguém leva muitas vezes a utilizar a forma sintética, dominante no português brasileiro:

(119) Você interrompeu e esqueceu a idéia.

Pelo fato de o interlocutor ter domínio sobre o outro, essas construções são recorrentes em gêneros textuais, cujo objetivo é atingir o público, por exemplo, nos

discursos jornalístico, publicitário e comercial. Trata-se do emprego funcional-estilístico das construções causativas.

5. METODOLOGIA

Esta pesquisa está amparada pela hipótese da existência de uma causalidade implícita na forma de conhecer o mundo, que se reflete tanto no sistema gramatical como no funcionamento dos textos. Em outras palavras, a cognição possui, entre outros, um modo ergativo de operar, de manter implícitas as causas de um processo a fim de promover a escamoteação dos agentes do discurso.

Entende-se, contudo, que a diversificação do gênero ampliará a discussão em torno da ergatividade. Esta pesquisa desenvolverá uma análise textual das construções ergativas, utilizando como *corpus* textos de gêneros diferentes: atividades produzidas por alunos — registro de língua padrão escolar — e editoriais de jornais de grande circulação — registro de língua padrão real.

5.1. A diferença entre língua padrão escolar e língua padrão real

Muitas vezes a escola apresenta-se como instrumento de coerção, aprisionando o aluno em um amontoado de regras gramaticais ultrapassadas, que já não encontram eco no registro da língua padrão real — a imprensa falada e escrita.

Há muito que se percebe a escola como transmissora de regras obsoletas, arraigadas em uma gramática de “sotaque” lusitano. Lega-se a segundo plano o uso corrente da língua em nome da aplicabilidade das variadas normas presentes no registro culto.

A língua padrão ensinada nas escolas tem esse caráter tradicionalista. Isso vem de encontro ao que é disponibilizado na mídia — a língua padrão real. De fato, inúmeros casos de regência, por exemplo, estão caindo em desuso, haja vista o emprego do verbo *assistir* como transitivo indireto, na acepção de *ver, ser espectador de*. É recorrente a aplicação, nesses casos, como transitivo direto (*João assistiu o jogo*).

No que tange à ergatividade, a língua padrão escolar difere da língua padrão real quanto às intenções comunicativas em relação a não tornar explícito o sujeito. Nos textos e atividades escolares, percebe-se que o uso de verbos ergativos ocorre, na maioria das vezes, como recurso de coesão textual, por exemplo, a escamoteação do sujeito, que se justifica pela necessidade de organização do texto,

comprovando, assim, que a escola tende à sistematização, sem aprofundar a análise textual:

Falham os professores de português quando não permitem que seus alunos-escritores consigam estabelecer um julgamento de gramaticalidade diante das frases que compõem seus textos. Nas aulas de sintaxe, preferem que o aluno atribua nomes de funções sintáticas a termos já grifados em orações ou que lhes corrija mecanicamente desvios da norma culta, quando poderiam exercitá-lo na criação exaustiva de muitas e muitas possibilidades sintáticas e semânticas de construção de enunciados, exercícios esses de fato úteis à elaboração de textos. (Sautchuk, 2007, p.11)

Nos editoriais, por tratarem de temas mais ligados ao mundo, como política, saúde, ciência e tantos outros que interessam diretamente à população, a ergatividade manifesta-se com a intenção de direcionar a leitura dos textos para as conseqüências dos fatos, pois é o produto final de uma ação que, no mundo imediatista de hoje, interessa às pessoas.

5.2. Atividades produzidas em sala de aula

A pesquisa foi desenvolvida por alunos da 2ª série do Ensino Médio, do Colégio de Aplicação Professor Renato Azevedo, localizado na Cidade de Cabo Frio – Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro.

O *corpus* registrado na sala de aula será analisado em dois momentos diferentes. Primeiramente, será realizada uma demonstração das relações semânticas presentes na sintaxe; depois, uma análise da produção textual do aluno a fim de comprovar a influência de um estudo semântico-sintático na aquisição da competência lingüística no que se refere à escrita.

5.2.1. Reestruturação das sentenças

Ao longo do período letivo dos anos de 2006/2007, durante as aulas de língua portuguesa, os alunos desenvolveram esta etapa da pesquisa. Dividiram-se em pequenos grupos para efetuar a reestruturação de algumas sentenças. O primeiro passo era determinar quais papéis temáticos eram reconhecidos na sentença “primitiva” e o que fez com que assim fossem denominados; depois sim, deviam reorganizá-las sintaticamente, de todas as formas possíveis e, em seguida, informar quais foram as funções sintáticas encontradas, se ocorreram alterações semânticas

e, ainda, se essas poderiam ter mais de uma interpretação caso houvesse uma alteração contextual.

5.2.2. Produção textual

Após a discussão sobre os aspectos semântico-sintáticos presentes na língua, os alunos deram continuidade à pesquisa. A eles foi solicitado, como primeira atividade, que reescrevessem alguns textos, com o objetivo de verificar a aplicação do estudo semântico, especificamente dos papéis temáticos, na estruturação sintática das orações.

Estabeleceu-se o critério comparativo entre as produções atuais e as anteriores com o intuito de ratificar que o estudo da sintaxe à luz da semântica reflete-se na formação da competência lingüística.

Para a segunda atividade textual, foram selecionados três verbos ergativos: *abrir*, *fechar* e *quebrar*. O objetivo era analisar o comportamento sintático dos mesmos e verificar, mais uma vez, a aplicabilidade do ensino semântico-sintático, que favorece o desenvolvimento da competência lingüística no que se refere à escrita. Assim, sugeriu-se a elaboração de uma crônica em que os referidos verbos fossem empregados livremente, isto é, em qualquer flexão.

Para finalizar o estudo da produção escolar e fechar as pontas dessa análise do *corpus*, resolveu-se fundir o que estava sendo investigado nesta etapa do *corpus*: a língua padrão escolar e a restrição ao gênero textual. Como os alunos não empregaram muitas estruturas ergativas na produção da crônica, solicitou-se, então, que fizessem novo texto, mas inserido no gênero editorial, usando os verbos — *abrir*, *entornar* e *quebrar*. Escolheu-se o editorial porque, por apresentar temas ancorados em abstrações, esse gênero textual recorre com freqüência ao fenômeno da ergatividade. Contudo, mesmo em um editorial, a aplicação desses verbos em uso ergativo não foi tão numerosa quanto em editoriais de jornais propriamente ditos.

5.3. O gênero editorial

O estudo de fatos da língua portuguesa por meio do jornal justifica-se devido não só ao contato cotidiano das pessoas com a mídia impressa, mas também à

linguagem acessível, de maior domínio público, e a estruturas frasais curtas. Esses são quesitos que facilitam a abordagem funcionalista, pois esta prima pela análise das estruturas lingüísticas em uso corrente. O jornal, por ser um veículo de comunicação de massa, precisa atingir todas as camadas da sociedade e ainda investir na disputa pelo mercado consumidor, logo precisa apresentar uma linguagem acessível de acordo com seu público-alvo.

Foram extraídos editoriais de jornais de grande circulação, mais precisamente dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, durante o período de desenvolvimento deste trabalho — 2006/2007. Após serem analisadas as estruturas semântico-sintáticas, observou-se o caráter discursivo de cada texto — temas, autores, público-alvo, contexto —, a fim de promover a discussão desta pesquisa, ou seja, analisar a estrutura sintática em que ocorrem os verbos ergativos e as intenções discursivas presentes na aplicação da ergatividade.

6. ANÁLISE DO CORPUS

6.1. *Corpus I* – Atividades produzidas em sala de aula

A proposta pedagógica do *CAP ferlagos* é baseada na elaboração de um currículo integrado formado por habilidades e competências. Não se ministram conteúdos porque estão no índice do livro didático, mas porque são relevantes para desenvolver as habilidades e competências necessárias para a formação integral do ser.

Os alunos inseridos nesse processo de ensino-aprendizagem são privilegiados. Não precisam ocupar seu tempo com memorizações inúteis e estão sempre buscando encontrar o significado dos conteúdos. Isso tornou simples a aplicação de uma estratégia diferenciada para o ensino da sintaxe, mais precisamente no estudo do período simples.

O trabalho foi desenvolvido com envolvimento de 34 alunos, que receberam uma folha contendo cinco sentenças, em voz ativa, com verbos ergativos indicadores de mudança de estado (encher e manchar), movimento (cair) e transformação psicológica (acalmar e preocupar). Deveriam reestruturar as frases, de todas as maneiras possíveis, para verificar se as ocorrências sintáticas estavam a serviço da semântica.

A análise do *corpus* procederá consoante os itens a seguir.

6.1.1. Análise das frases reestruturadas

1) *O homem encheu a caixa d`água com a mangueira.*

- a. A caixa d`água foi enchida pelo homem;
- b. A caixa d`água foi enchida com a mangueira;
- c. A mangueira encheu a caixa d`água;
- d. A caixa d`água foi enchida pelo homem com a mangueira;
- e. O homem encheu a caixa d`água;
- f. A caixa d`água foi enchida;
- g. Encheu a caixa d`água;
- h. Encheu-se a caixa d`água;

- i. A caixa d'água encheu;
- j. Encheu a caixa d'água com a mangueira.

A sentença inicialmente fornecida apresenta estruturação sintático-semântica: sujeito ('agente'), objeto ('alvo') e argumento em adjunção instrumental ('instrumento'). O verbo *encher* foi usado na sentença inicial como *transitivo direto*, mas apresenta uma contraparte *intransitiva*, colocando como sujeito o que antes era objeto, sendo assim denominado de verbo *ergativo*, uma vez que o sujeito está claramente envolvido pelo processo, não sendo um deflagrador do mesmo.

A maior incidência (50%) foi o papel temático 'alvo', *a caixa d'água*, ser colocado na posição de sujeito, mantendo a mesma função semântica. Nos itens (a), (b), (d), (f) e (i), apesar do mesmo papel semântico, apresentam vozes verbais distintas. Em (a), (b), (d) e (f), houve a construção de sentenças passivas que, assim como nas ergativas, o sujeito é não agentivo.

No item (i), há ocorrência do verbo *encher* como verbo ergativo, ou seja, o sujeito é não agentivo, sendo envolvido pelo processo verbal. Embora esteja em uma construção ativa, percebe-se uma noção de passividade.

Deve-se atenção especial aos itens (g), (h), (i) e (j). A diferença entre (g) e (i) está apenas na posição argumental. Em (g), o sintagma nominal colocado diante do verbo assume a posição reservada para o sujeito sintático da sentença, ainda que não seja dotado de agentividade, representando um típico uso *ergativo*; em (i), o mesmo sintagma é depositado na posição de argumento interno e, deixando livre o local sintático destinado ao argumento externo, pode levantar algumas dúvidas quanto ao sujeito sintático; mas no item (j), a mesma sentença é acrescida de *com a mangueira*, neste caso, a inserção do *instrumento* desfaz qualquer questão em relação ao sujeito sintático da frase, uma vez que para realizar a ação de *encher com a mangueira*, e estando desocupada a posição argumental externa, recupera-se um sujeito animado na execução dessa ação. No item (h), o uso da partícula *–se* com um sintagma ocupando a posição de argumento interno, leva à análise de uma voz passiva sintética, com sujeito semanticamente afetado; se estivesse ocupando a posição de argumento externo, acompanhado de verbo com a partícula *se*, seria analisado como voz média, sujeito também semanticamente afetado, podendo o clítico *se* ser retirado sem nenhum prejuízo, inclusive é o que vem ocorrendo em muitas regiões do país, e acredito que por essa razão os alunos não tenham

utilizado essa variação. Said Ali (1957) já afirmava que, com o uso do clítico, a distinção entre voz média e voz passiva é uma questão de topicalização.

Fica claro que alguns papéis temáticos podem ser suprimidos nas várias construções apresentadas. O 'agente', nessas frases representado pelo sintagma *o homem*, só surge em 3,0% dos casos: em (a) e (d) na função sintática de *agente da passiva*, com papel temático de 'agente'; em (e) na função de sujeito sintático da oração, também com papel temático de 'agente'. Em todos os demais, foi possível omitir o *agente*.

O papel semântico de *instrumento* surge em 4,0% das construções. Mesmo quando ocupa posição sintática diferente: (b),(d), e (j) em adjunção instrumental e (c) sujeito sintático, seu papel semântico não se altera.

O 'alvo da ação', *a caixa d'água*, aparece em todas as orações. Pode-se justificar essa incidência devido ao fato de o verbo *encher* ser transitivo-ergativo, isto é, como transitivo precisa de um complemento (o alvo); como ergativo, coloca na posição de sujeito sintático o objeto semântico, também 'alvo'.

Em construções de ordem ativa, fora o sujeito (agente), o único papel semântico que surgiu na posição de argumento externo foi o 'instrumento' em (c). De acordo com a escala da hierarquia temática, fora o 'agente', é o 'instrumento' o mais recorrente na posição de sujeito.

Não houve nenhuma ocorrência de estrutura com a presença de um agente na posição de sujeito sem o alvo da ação, por exemplo: *O homem encheu*. Com sujeito animado, o verbo *encher* realiza-se como transitivo, portanto o argumento interno é obrigatório.

II) *A empregada manchou a roupa com as tintas no tanque.*

- a. A empregada manchou a roupa;
- b. A roupa foi manchada pela empregada;
- c. A roupa foi manchada no tanque;
- d. A roupa foi manchada;
- e. A empregada manchou a roupa no tanque;
- f. A roupa manchou;
- g. A empregada manchou com as tintas a roupa;
- h. A roupa foi manchada com as tintas;

- i. As tintas mancharam a roupa;
- j. Com as tintas no tanque a empregada manchou a roupa.

De todas as orações apresentadas no *corpus* esta é a que possui a estrutura argumental mais completa, por isso possibilitou tantas mudanças em sua construção. Apresenta a seguinte relação sintático-semântica dos argumentos: sujeito (agente), objeto (alvo) e argumento em posição de adjunção (instrumento e locativo). O verbo 'manchar' é de mudança de estado e tem a condição de trazer o argumento interno para a posição argumental externa, apresentando, assim, uma estrutura ergativa, ou seja, sujeito não agente, envolvido pelo processo verbal. Sempre que o produto final de um processo for o mais relevante, opta-se por uma construção ergativa. Conclui-se que a ergatividade é mais um recurso de escamoteação do 'agente'.

A oração de maior ocorrência (29,4%) foi a letra (a). Os alunos perceberam que o sintagma 'com as tintas' era apenas um termo acessório, sob o papel semântico de 'instrumento', portanto poderia ser extraído da oração sem prejuízo semântico.

A segunda ocorrência (11,7%) destina-se ao item (b). Como a sentença original encontrava-se em voz ativa, a transposição sintática imediata é a colocação em voz passiva e, assim como no item anterior, também desprezaram o 'instrumento'.

O item (f) surgiu em 8,8% dos casos. Dele foram destituídos os papéis temáticos 'agente' e 'instrumento', tendo permanecido apenas o 'alvo'. Isso se justifica uma vez que trata-se de um verbo transitivo direto, e como tal, exige um complemento direto. Para manter a noção de transitividade, o 'alvo' perdura, mesmo que em outra função sintática, como a de sujeito. Ao ocorrer essa modificação, o verbo passa a ser intransitivo, e o sujeito é apenas envolvido pelo processo verbal, sem deflagrá-lo.

Em (b), (c), (d) e (h), exemplos de construção passiva, alguns sintagmas foram suprimidos, mas o de maior proeminência foi o argumento em adjunção locativa. Essa supressão pode ser explicada por fatores sintáticos, uma vez que se trata de um termo considerado 'acessório', mas também pode ser analisada por aspectos pragmáticos; o sujeito da oração inicial, 'a empregada', estabelece uma relação semântica com o locativo 'no tanque', dispensando a sua explicitação por

estar pragmaticamente suposta. Curiosamente, no item (h), a ausência do ‘agente’ atribuiu ao ‘instrumento’ (*tintas*) o pseudo-significado ‘agente’, como se as *tintas* fossem as responsáveis pela mancha na roupa, e não a empregada. Esse seria um caso de combinação temática (Gruber *apud* Jackendoff, 1972).

No contexto apresentado, o sujeito *a empregada* é o responsável pela mancha na roupa, mas não pode ser o único. Semanticamente, *as tintas* são as causadoras da mancha e como o trabalho está voltado para as orientações semântico-sintáticas, isso foi explicitado com ocorrência de 8,8% (i) e 5,8% (j). Em (i), o ‘instrumento’ foi colocado na posição tópica, centro informacional da sentença; em (j) apesar de não sofrer alteração sintática, ou seja, permanecer em adjunção instrumental, ao ser posicionado como o primeiro sintagma da estrutura oracional, foi elevado à condição tópica, papel relevante na orientação argumentativa da oração.

III) *Os idosos caíram da escada.*

- a. Os idosos caíram;
- b. Caíram da escada;
- c. Caíram os idosos;
- d. Da escada caíram;
- e. Da escada os idosos caíram;
- f. Os idosos da escada caíram;
- g. Da escada caíram os idosos;
- h. Caíram da escada os idosos.

O verbo da sentença primitiva é monoargumental e tem como papel semântico do sujeito um ‘beneficiário’, isto é, o indivíduo a quem a ação traz proveito ou prejuízo (Ilari, 2003). Apresenta, ainda, um argumento em adjunção como ‘locativo’.

Dentre as ocorrências, a maior incidência (26,4%) foi do item (a); apenas apagaram o ‘locativo’, sem efetuar qualquer modificação oracional.

O apagamento do sujeito, itens (b) e (d), ocorreu em 11,7% das frases reestruturadas. Isso só foi possível, ou seja, a indeterminação do sujeito, devido ao verbo encontrar-se na 3ª pessoa do plural e, dessa forma, só selecionar sujeito humano. Ressalta-se que a maior incidência (8,8%) de supressão do sujeito foi

destacando o verbo (posição tópica) e menos recorrente (2,9%) foi priorizando o 'locativo'.

Apesar de apenas 2,9% das ocorrências, a frase (c) merece atenção particular. Em algumas situações, a posposição do sujeito pode causar ambigüidade interpretativa, como as estruturas com partícula **se**: vendem-se remédios/remédios vendem-se. Conforme Said Ali (1957) enuncia, às vezes o que faz a distinção entre a voz passiva sintética e a média dinâmica é a posição do sintagma, respectivamente, posposto e anteposto; na primeira, os remédios são vendidos e na segunda, eles vendem por si só. Na frase (c) do *corpus*, a posposição do termo *idosos* não causa dúvida quanto a este ser o sujeito oracional, haja vista que o verbo cair não seleciona argumento interno, portanto o elemento posicionado posteriormente é o sujeito de fato. O que ocorreu nessa reestruturação foi a ênfase no processo, destacando o verbo em posição tópica.

As demais ocorrências no *corpus*, embora com porcentagem bastante significativa (29,2%) foram meras reconstruções oracionais, sem maior relevância semântico-sintática.

IV) *O médico acalmou o paciente.*

- a. O paciente foi acalmado pelo médico;
- b. O paciente foi acalmado;
- c. O médico o acalmou;
- d. O paciente acalmou-se;
- e. Pelo médico o paciente foi acalmado;
- f. O paciente acalmou;
- g. O médico acalmou.

Os papéis temáticos na sentença "primitiva" são, respectivamente, 'experenciador' (sujeito) e 'alvo' (objeto direto).

Das sete combinações encontradas, a maior incidência (35,2%) foi o item (a), a transformação para a voz passiva analítica com a presença do agente da passiva, por ser a forma mais próxima da original. O item (b) também foi recorrente (23,5%), diferindo do anterior apenas pelo apagamento do agente da passiva, o que não interfere no entendimento da oração.

Atenção especial merecem os itens (d), com 23,5%, e (f), com apenas 2,9%. 'Acalmar' é um verbo de transformação psicológica, o que consiste na realização de um evento que não seleciona sujeito agente. Em (d), o processo não é deflagrado pelo sujeito 'o paciente', mas sim demonstra estar o sujeito envolvido pelo desempenho verbal. O pronome **se** é o indicativo desse envolvimento, sendo classificado como parte integrante do verbo (PIV). São os chamados verbos pronominais eventuais. A anteposição do sujeito insere a frase na voz medial dinâmica, atribuindo ao sujeito uma combinação de 'alvo' e 'experenciador'. No item (f), embora não tenha sido freqüente, o apagamento do clítico revela um fenômeno da língua falada, em que o uso do **se** vem desaparecendo. Tanto (d) quanto (f) só são permitidos porque há uma frase inicial norteadora do sentido, em que se tem noção de que a ação foi realizada pelo médico e recaída sobre o paciente.

O item (c) teve ocorrência significativa (23,5%). Para um sintagma ser considerado como objeto direto, este deve ser substituível por um pronome oblíquo (Azeredo, 2000), e isso justifica, na reestruturação argumental, a incidência desta construção.

Em (e) e (g), foram incidências pequenas, respectivamente, 2,9% e 5,8%, e não representam nenhuma transformação argumental. Em (e), antepôs o agente da passiva; em (g), apenas o apagamento do argumento interno.

V) *O adolescente preocupou os pais.*

- a. Os pais se preocuparam com o adolescente;
- b. Os pais preocuparam-se;
- c. O adolescente os preocupou;
- d. Os pais ficaram preocupados com o adolescente;
- e. Com o adolescente os pais se preocuparam;
- f. Os pais ficaram preocupados.

A determinação dos papéis sintático-semânticos inseridos na frase original gerou muitas divergências. O trabalho começou a atingir seus objetivos, muitos não aceitavam mais as regras sintático-semânticas sem atribuir juízo. Por se tratar de um verbo psicológico, a maioria não conseguia visualizar um sujeito agente em *o adolescente*, e de fato não podia ser assim considerado; bem como o objeto direto

os *pais*, também não podia ser um mero 'alvo'. Ambos, respectivamente, seriam um *desencadeador do processo* e um *experenciador afetado* (Cançado, 2005).

Dos itens selecionados como relevantes, o de maior ocorrência (25,8%) foi o item (a). Não houve uma modificação de voz, a oração continua pertencente à ativa, o que aconteceu foi a aposição de um elemento lexical para marcar a alternância argumental, ou seja, apresenta-se fora de sua ordem canônica, porém mantendo a mesma classificação semântica. Em (d), a oração apresentou-se de forma analítica, mas a atribuição significativa é a mesma.

O item (b) teve 23,8% de incidência e registrou o apagamento do sujeito sintático, colocando em destaque o *experenciador alvo* envolvido no processo verbal, marcado morfológicamente com o clítico **se**. O apagamento do sujeito deve-se a fatores de ordem pragmática, pois faz parte do contexto social os adolescentes serem os *desencadeadores do processo* de preocupação dos pais. O item (f) é a representação analítica do (b).

Em (c), apesar da ocorrência significativa (20,8%), não apresenta maiores discussões, houve apenas a substituição sintagmática feita por um pronome oblíquo.

No item (e), há um exemplo de topicalização, convergindo toda a atenção discursiva para os adolescentes.

6.1.2. Análise da produção textual I

Para apresentar as mudanças ocorridas na produção de texto dos alunos, partiu-se de um critério comparativo para averiguar o amadurecimento textual. Serão discriminados, no *corpus*, diversos fragmentos inseridos em oito textos pertencentes a alunos que fizeram parte do desenvolvimento desta pesquisa e, no *anexo*, os fragmentos estarão disponibilizados para consulta. Registraram-se os trechos originais e as reescrituras, contendo as alterações ('). A título de informação, as produções elaboradas são narrativas extraídas de releituras de contos infantis.

Essas composições foram escolhidas por apresentarem significativas mudanças após o trabalho semântico-sintático de reestruturação de orações. Textos que, até então, apresentavam problemas na sua estrutura sintagmática, passaram a construir-se de forma mais coesa.

- Fragmento A

“Na festa, todos olhavam para Anabella, era a mais bela, e as outras mulheres morreram de raiva dela. Tudo divertia Anabela, dançou bastante e conheceu um lindo rapaz, o mais belo da festa.”

- Fragmento A'

“Na festa, todos olhavam para Anabella, era a mais bonita, e as outras mulheres morreram de raiva. **Ela se divertiu muito**, dançou bastante e conheceu um lindo rapaz, o mais belo da festa.”

Comentários

Houve alterações diversas em relação à coesão do trecho. Havia sonoridade (eco) entre “Anabella” e “bela” que foi desfeita, além de uma repetição muito próxima da palavra “Anabella”. Como foco informacional do texto é centrado nessa personagem, ao desfazer a repetição, utilizou o verbo “divertir” de forma pronominal, o que demonstra estar o sujeito envolvido no processo verbal, sem que dele parta nenhuma ação. É o conceito de ergatividade, em que a causatividade é interna, e a relevância recai sobre o resultativo, no caso, a diversão de Anabela.

- Fragmento B

“Durante esse tempo, a madrasta vendeu os bois, a fazenda foi à falência e tinham que vender as terras.”

- Fragmento B'

“Durante esse tempo, **a fazenda faliu, os bois foram todos vendidos e agora só resta vender as terras.**”

Comentários

A escamoteação do ‘agente’ foi um dos recursos mais investigados durante o período de desenvolvimento da atividade em sala de aula. Esse trecho apresenta um bom exemplo disso. O texto já vinha abordando que a menina, Daniela, falava sobre a madrasta, portanto a supressão do ‘agente’ nesse trecho objetiva a não redundância. Para tanto, valeu-se do uso ergativo do verbo falir, promovendo a sujeito sintático algo inanimado (‘a fazenda’). Também suprimiu o ‘agente’ na

sentença seguinte, ao colocar a oração na voz passiva analítica, promovendo o ‘alvo’ (‘bois’) a sujeito sintático, ainda que sob o papel temático ‘alvo’. A última frase destituiu o aspecto coloquial (‘tinham que’) e assim reorganizou a coesão interna.

- Fragmento C

“(...) um lindo rapaz de família rica, que estava interessado em comprar as terras e quando viu Daniela ficou apaixonado.”

- Fragmento C’

“(...) um lindo rapaz de família rica, que estava interessado em comprar as terras, quando viu Daniela, **apaixonou-se também.**”

Comentários

Apasionar é um verbo pronominal (ergativo), por isso denota um envolvimento do sujeito, que se apresenta sob o papel semântico de ‘experenciador’. A partir dessa informação, como o objetivo do autor do texto era mostrar o profundo envolvimento sentimental entre o rapaz e Daniela, optou por usar um verbo pronominal.

- Fragmento D

“Em uma pequena casa no interior de uma grande cidade ocorreu o nascimento de uma linda garotinha, branquinha de tudo e com lindos olhos azuis.”

- Fragmento D’

“Em uma pequena casa, no interior de uma grande cidade, **nasceu uma linda garotinha**, branquinha de tudo e com lindos olhos azuis.”

Comentários

O verbo “nascer” é um verbo que denota processo. É monoargumental, selecionando apenas o argumento externo (sujeito), que não desempenha papel de ‘agente’, embora a oração se encontre, tradicionalmente, na voz ativa. É uma típica construção ergativa. Na reescritura da frase, utilizou dois recursos de coesão: sintetizou “ocorreu o nascimento” em “nasceu” e colocou o sujeito posposto ao verbo, em posição de informação nova, direcionando a leitura do texto.

- Fragmento E

“Caminhando sem saber aonde ir, viu um enorme cartaz no qual continha o endereço que ela procurava.”

- Fragmento E'

“Caminhando sem saber aonde ir, **deparou-se** com um enorme cartaz no qual continha o endereço que ela procurava.”

Comentários

Nesse trecho não há uma transformação significativa, apenas o uso de um verbo pronominal cujo objetivo é enfatizar o envolvimento do sujeito em uma ação/processo.

- Fragmento F

“(...) muito desajeitado, tropeçou no vaso de planta e derrubou o sapato no chão cheio de terra.”

- Fragmento F'

“(...) muito desajeitado, tropeçou no vaso de planta e **o sapato caiu todo sujo de terra.**”

Comentários

Na seqüência do fragmento anterior, o cerne discursivo ainda são “os sapatos”. Recuperou na posição de sujeito sintático, o que antes era objeto direto (‘alvo’) e ao colocá-lo como sujeito, valeu-se de um verbo denotador de processo (movimento), ou seja, ergativo, mostrando o resultado de uma ação, não importando quem a desencadeou. Para o desenrolar da narrativa, o clímax foi a queda do sapato.

- Fragmento G

“Pedro o limpou e tocou a campainha. Quando a empregada abriu a porta, ele viu Isabela com os olhos cheios de água.”

- Fragmento G'

“Pedro o limpou e tocou a campainha. **Quando a porta se abriu**, ele viu Isabela com os olhos cheios de água.”

Comentários

A reestruturação trazendo o ‘alvo’ (“porta”) para a posição tópica de sujeito, juntamente com o clítico **se** acoplado ao verbo abrir, que se apresenta em uso ergativo, conduz a uma interpretação de voz média dinâmica, isto é, a ação parece desenrolar-se a partir de um sujeito inanimado, como se “a porta” pudesse realizar a ação por si só; isso é condizente com a atmosfera de encantamento enunciada em todo o texto, uma releitura do conto de fada “Cinderela”. Saber quem abriu a porta é uma informação irrelevante.

- Fragmento H

“Os dias foram passando e ficava mais grave o problema (...)”

- Fragmento H'

“Os dias foram passando e **o problema agravava-se(...)**”

Comentários

O pronome **se** imputa ao sujeito “o problema” um envolvimento no processo denotado pelo verbo (ergativo), mostrando uma causatividade interna, não explícita. A sentença, assim construída, valoriza aquele sobre o qual é desencadeado um processo, o ‘alvo’.

- Fragmento I

“Chegou perto dos meninos e desejou ser feliz e alegre como aqueles meninos.”

- Fragmento I'

“**Aproximou-se** e desejou ser feliz e alegre como aqueles meninos.”

Comentários

O fragmento reestruturado apresenta-se muito mais coeso, sem repetição de termos. O verbo “aproximar-se”, sendo um verbo pronominal (ergativo), que indica movimento, mostra total incorporação do ‘sujeito experienciador’ naquilo que realiza, e isso também contribui para a coesão textual, pois toda a orientação do texto está voltada para a história de uma criança triste, que sofre preconceitos, e tenta a todo custo fazer amigos.

6.1.3. Análise da produção textual II

A atividade proposta foi a elaboração de uma crônica na qual constasse os seguintes verbos: *fechar*, *quebrar* e *abrir*. Esses foram selecionados porque podem ser empregados como intransitivos, mas também apresentam contraparte transitiva. Esse processo de de-transitivização oscila conforme as intenções de uso: “De-transitive constructions, most conspicuously the passive, commonly arise via regrammaticalization of some functionally-related construction [...]” (Givón, 1979, p.92)².

Observaram-se 15 textos, perfazendo um total de 58 orações. Nesse *corpus*, houve a incidência maior de estruturas transitivas (voz ativa), 51 orações (88%); em seguida, as intransitivo-ergativas (voz média), cinco orações (8,7%); e apenas duas (3,5%) orações em estrutura passiva sintética (voz passiva).

A análise deixou explícita a interferência do gênero na estrutura textual. O contrato comunicativo estabelecido pela crônica (Charaudeau, 2001) compromete-se com a representação do cotidiano das pessoas e, assim, seleciona estruturas textuais que informam diretamente os acontecimentos. Para tanto, vale-se do emprego dos verbos em sua forma transitiva, que explicita o sujeito e também revela o alvo das ações. Comprova-se isso no registro dos dados oracionais desta pesquisa em que as construções ativas e transitivas foram as mais recorrentes. A seguir, são apresentados os exemplos relevantes para este trabalho — passivas e intransitivo-ergativas:

² As construções de-transitivas, em especial a passiva, usualmente surgem via regramaticalização de alguma construção em funcionamento na língua [...] (p.92).

- Fragmento J
“De repente o céu **fechou** e começou a chover [...]”
- Fragmento L
“O ônibus **quebrou**.”
- Fragmento M
“Quando caiu no chão, o potinho **quebrou**.”
- Fragmento N
“Quando esperávamos pacientemente o sinal **abrir**, um meio de transporte (FIAT) estacionou.”

Comentários

Em todas as ocorrências acima, encontra-se o objeto semântico topicalizado na posição de sujeito da oração. Não se pode recuperar o agente da ação nesses contextos. Percebe-se que o sujeito não realiza a ação, mas sim está envolvido no processo verbal. Portanto, nesses fragmentos, os verbos *fechar*, *quebrar* e *abrir*, que apresentam contraparte transitiva, foram empregados como intransitivo-ergativos, inseridos em uma construção medial.

- Fragmento O
“**Quebra-se** um vaso.”
- Fragmento P
“**Abriu-se** a porta e saiu uma pessoa com uma deficiência física.”

Comentários

Os verbos foram empregados em construção pronominal para, semanticamente, indeterminarem o sujeito da ação, até porque, é um dado que deve ser omitido em se tratando do fragmento O, pois o autor da crônica não desejava revelar a autoria do evento, por isso preservou-o através do recurso da

pronominalização. Apesar disso, sintaticamente, a construção é de voz passiva sintética.

Em se tratando do fragmento (P), a não revelação do agente atende ao propósito da irrelevância; o mais importante era a informação que viria em seguida, isto é, o surgimento de uma pessoa, que seria o personagem principal da crônica.

- Fragmento Q

“Ana, sem querer, entornou seu suco em cima das pedras, e ali **abriu-se** uma caverna ...”

Comentários

Apesar da posposição do substantivo, trata-se de uma construção medial. As estruturas passivas permitem que o sujeito seja recuperado co(n) textualmente, e fica clarificado em (Q) que isso não ocorre, já que a ação de abrir é inerente à vontade de alguém e, até mesmo, do vocábulo “caverna”. Porém, foi posposto ao verbo para direcionar o foco informacional do texto em direção ao que seria novo ao contexto — o surgimento repentino de uma caverna.

O foco desta pesquisa está direcionado às construções intransitivo-ergativas e às passivas, pois ambas apresentam aspectos semânticos similares e, no discurso, podem confundir-se. Por isso, seria exaustivo e irrelevante apresentar a análise das demais orações (51) encontradas no *corpus* em estudo. De qualquer forma, a título de esclarecimento, estão disponibilizadas no anexo, juntamente com as acima analisadas.

Constatou-se que o texto narrativo, em especial a crônica, estabelece um contrato comunicativo em que há o compromisso com o relato de fatos cotidianos, e isso não cede espaço para um discurso não objetivo (ergativo).

6.1.4. Análise da produção textual III

Empreendeu-se outra atividade, modificando o gênero textual. Os alunos deveriam simular um editorial de jornal em que constassem os verbos *quebrar* e *abrir*, solicitados no desenvolvimento das crônicas, e o verbo *entornar*.

Nos 15 textos analisados, encontraram-se 29 orações com os referidos verbos, dispostas da seguinte forma: 10 (34,5%) intransitivo-ergativas (voz média);

1(3,4%) em estrutura passiva sintética (voz passiva); 18 (62%) estruturas transitivas (voz ativa). A seguir, dispõem-se os 10 fragmentos representativos das intransitivo-ergativas. Optou-se por registrar apenas as intransitivo-ergativas para não tornar a leitura deste trabalho exaustiva. Para efeito de comprovação da pesquisa, todas as ocorrências estão disponibilizadas no anexo.

Fragmento R

“As expectativas **quebram-se** sem que ninguém faça nada para reverter esse quadro.”

Fragmento S

“Os cofres públicos **abrem-se** e todos se acham no direito de invadi-los.”

Fragmento T

“Infelizmente a falta de caráter de nossos governantes ao permitir que os cofres públicos **entornem-se** vergonhosamente, faz com que o país **quebre** diante de tanta corrupção.”

Fragmento U

“O dinheiro público **entornou-se**. Não há como lutar contra as falcatruas.”

Fragmento V

“Os cofres públicos **abriram-se**, **entornaram-se** e, conseqüentemente, o país **quebrou**. Que pena!”

Fragmento X

“Não é só no Brasil, a corrupção está generalizada. Em todos os países, a política **quebrou-se**; não tem mais credibilidade.”

Fragmento Z

“O espetáculo vai começar novamente. 2008 é ano eleitoral, e tudo pode acontecer. A temporada de corrupção **abriu** e com ela o bolso do trabalhador **quebrará**.”

Comentários

Todas as ocorrências registradas nesta parte do *corpus* são exemplos de sujeitos inanimados. Essa é uma herança proveniente do latim clássico, em que a medial dinâmica permitia o uso do reflexivo **se** com sujeitos inanimados, em um processo de personificação.

Nos exemplos (T) e (V), há uma flutuação quanto ao uso do clítico **se**. A falta do clítico ocorre no último verbo registrado. Essa flutuação deve-se à cadência do texto, porque o emprego do pronome **se** confere ao verbo uma noção processual, por isso, em (T), o primeiro verbo — entornar — é empregado com o clítico; o último, por encerrar o período, apresenta uma forma descliticizada — quebre. O mesmo acontece, mais claro ainda, em (V); nesse item, são registrados dois verbos — abrir e entornar — ambos com a presença do clítico **se**, demonstrando o processo por meio do qual o país quebra, isto é, a partir da abertura e do “entornamento” dos cofres públicos.

Essa personificação do sujeito já ocorria no latim clássico e fora mantida no latim vulgar. Considera-se um caso típico de voz medial, em que o sujeito é não-humano, integrado e interessado na ação verbal.

Verificou-se que, apesar de a forma intransitivo-ergativa, devido à subjetividade dos textos dissertativos, ter sido mais empregada do que em relação à crônica, o emprego ergativo dos referidos verbos não atendeu às expectativas previstas pelo gênero, pois as ocorrências não foram em grande número. Dessa forma, concluiu-se que, nos textos escolares, ainda que se empreguem estruturas ergativas, a implicitude das causas não é o foco informacional da mensagem. Em face às pressões sofridas por parte de professores e manuais de redação, em que clareza e objetividade são condições *sine qua non* para uma boa produção textual, os alunos evitam construções que não evidenciem seus argumentos e que possam tornar o texto com alto índice de subjetividade por temerem a não compreensão de seus argumentos.

6.2. Corpus II – Editoriais de Jornais

Este trabalho, seguindo uma abordagem funcionalista, investiga a influência de fatores semânticos, sintáticos e discursivos na seleção da voz medial no discurso

jornalístico. Interessa a esta investigação focar a voz média por se realizar por meio de construções ergativas.

O *corpus* utilizado para desenvolver essa análise foram textos encontrados em jornais de grande circulação, como *O Globo* e *Jornal do Brasil*. A pesquisa foi pautada nos seguintes gêneros textuais: editoriais/artigos de opinião, de onde foram selecionadas 36 ocorrências de passivas e mediais, distribuídas da seguinte maneira: 19 de voz média (54%); 10 de voz passiva sintética (28%); 7 de voz passiva analítica (18%).

Observou-se a ocorrência de 19 sentenças com voz medial e, em 13 desses casos, há ausência do clítico **se**:

(1) Há uma década essas despesas **crecem** acima do PIB. (*O Globo*, 21/6/06, p.6)

Essas construções são denominadas *médias intransitivas não-pronominais*, em que o sujeito sintático, não agentivo, é envolvido pelo processo verbal explicitado através de um verbo ergativo ou inacusativo:

Los verbos inacusativos son verbos que denotan bien estados o bien eventos no agentivos, como existir, aparecer, llegar, florecer, crecer, etc., cuyo único argumento se interpreta como el elemento que recibe la acción o em que se produce o manifiesta la eventualidad que denota el verbo (Mendikoetxea, 1999, p.1579)³

Ainda que as composições mediais sejam as de maior relevância para esta pesquisa, uma vez que se estruturam com verbos ergativos, estender-se-á a discussão dos dados às construções de voz passiva sintética e de voz passiva analítica devido ao comportamento textual semelhante entre inacusativas e passivas. Ambas escamoteiam os agentes do discurso, valorizando, no caso das inacusativas (ou ergativas), a topicalização da informação DADA; em se tratando de passivas, a informação NOVA:

(2) **Ressalta-se** a bem-vinda iniciativa do Ministério Público estadual, que pediu ao governo do Estado um cronograma detalhado da execução das obras.(*Jornal do Brasil*, 25/7/06, p. A10)

³ Os verbos inacusativos são verbos que denotam estados ou eventos agentivos, como *existir, aparecer, chegar, florescer, crescer, etc.*, cujo único argumento é interpretado como o elemento que recebe a ação ou no qual se produz ou se manifesta a eventualidade denotada pelo verbo.

O fragmento (2) faz parte de um editorial sobre o meio ambiente, em um parágrafo que aborda as tarefas imediatas a serem cumpridas, colocando em foco a ação (*ressalta-se*) realizada pelo Ministério Público, e como informação nova, o sujeito paciente (*a bem-vinda iniciativa do Ministério público estadual*).

No fluxo de informação do texto, a voz passiva sintética ocupa-se da tematização do processo, não do objeto. Apresenta o sujeito sintático como informação nova; porém, no *corpus* em estudo, encontraram-se quatro ocorrências de passiva sintética com o sujeito na posição tópica (anteposto ao verbo):

(3) E considerando-se o expressivo valor que **se vai adicionar** à produção de petróleo pesado... (*O Globo*, 21/6/2006, p.6)

(4) Findo o governo que foi eleito para mudar o país, a constatação que **se pode extrair** é de que há muito mais elementos de continuidade do que descontinuidade em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso. (*Jornal do Brasil*, 25/07/2007, p. A11)

(5) Mas não tem o impacto que **se esperava** que tivesse. (*O Globo*, 27/7/2006, p. 16)

(6) Se não há um paladino da moralidade, se não há mais um partido que **se distinga**, tendem os eleitores a ficar com quem lhes ofereceu coisas concretas. (*O Globo*, 27/07/06, p.2)

Nos quatro exemplos a anteposição é justificada por tratar-se de oração adjetiva. Em (4), (5) e (6), o objeto é representado por um pronome relativo, e este, por questões de estruturação sintática, ocupa a posição inicial no sintagma. Como se trata de um remissivo, o pronome relativo remete ao elemento que o antecede, portanto corresponde à informação dada. No exemplo (3), a cadeia coesiva torna-se mais evidente uma vez que há duas ocorrências de voz passiva sintética: a primeira apresenta o sujeito sintático como elemento novo (posposto ao verbo), mas este também é aquele ao qual o pronome relativo da oração adjetiva faz remissão, ocupando a posição de elemento dado (anteposto ao verbo).

Em se tratando de complementos oracionais na voz passiva sintética, com exceção das adjetivas, as demais representam informação nova, ainda que incluam algum referente dado:

(7) Entende-se que **campanha não seja a ocasião adequada para o anúncio de**

cortes de gastos. Mas queiram ou não os políticos, eles terão de ser feitos, sob o risco da volta da inflação e a decorrente perda de fôlego da atividade econômica. (*O Globo*, 21/6/2006, p.6)

Apesar de estabelecer uma relação co-textual com o tema *campanha eleitoral*, indicando uma informação já dada, a oração substantiva representa informação nova (posposta ao verbo), pois faz parte de uma estratégia argumentativa em que o autor direciona os seus argumentos para, em seguida, apresentar uma idéia contrastiva, mostrando a necessidade de manter os cortes de gastos sob pena da volta do fenômeno inflacionário. Ainda nesse item (7), há uma ocorrência de voz passiva analítica “eles terão de ser feitos”, em que estabelece uma referenciação através do pronome pessoal “eles”, uma forma gramatical livre, isto é, não acompanha um nome dentro de um grupo nominal, mas que pode ser utilizada para fazer remissão, anafórica ou cataforicamente, a um ou mais constituintes do universo textual (Koch, 2005). Discursivamente topicalizar o objeto de discussão – os cortes de gastos – dá proeminência textual ao argumento do autor, repousando na voz passiva analítica a condição de manter a cadeia tópica.

A semântica de alguns verbos como, por exemplo, os verbos *adicionar* e *somar*, em uso passivo sintético, denota o acréscimo de algo novo. Dessa forma, justifica-se a posposição do objeto semântico, ocupando o espaço destinado à informação nova:

(8) **Adicione-se** ao problema a voracidade com que o governo Lula legisla por meio de medidas provisórias. (*O Globo*, 22/6/2006, p. 6)

(9) A isso **some-se** a solidez dos votos do presidente Lula para termos uma prolongada incerteza sobre a decisão da eleição em primeiro ou em segundo turno. (*O Globo*, 27/07/2006, p.2)

Porém, tanto em (8) quanto em (9), percebe-se a obrigatoriedade de um elemento remissivo para manter a coesão textual. Em (8), uma referenciação léxica, uma “categorização” das instruções de sentido de partes antecedentes do texto, o vocábulo “problema”; em (9) o referencial anafórico através do pronome demonstrativo “isso”.

O discurso jornalístico requer, por parte de seus redatores, clareza e objetividade. O leitor proficiente está sempre atento a possíveis manipulações

argumentativas, portanto faz-se indispensável uma redação pautada em fatos e dados para posteriormente haver posicionamentos pessoais. Em um dos textos do *corpus*, um artigo de opinião do dia 26/7/06 - jornal *O Globo*, relata uma manifestação de militantes do *Greenpeace* em uma loja *McDonald's* em Londres e como repercutiu no mundo, atingindo diretamente o Brasil, uma vez que os manifestantes perguntavam se os consumidores sabiam que estavam comendo soja de região desmatada da Amazônia. Isso resultou em um acordo de não comprar soja produzida em área desmatada. No parágrafo seguinte ao introdutório, observam-se as seguintes ocorrências:

(10) O caso é o exemplo de como funciona o mundo globalizado, como **se organizam** as redes; os interesses **se conectam** e as decisões são tomadas. (*O Globo*, 26/07/06, p.16)

O contexto relatado no primeiro parágrafo da matéria é recuperado no vocábulo “o caso”, mantendo a coesão textual; e o uso da voz passiva sintética (*se organizam*) topicaliza o processo, colocando o sintagma “as redes” na posição destinada ao elemento novo. A organização dessas redes é explicitada na sentença seguinte, através das vozes média e passiva analítica, respectivamente, uma vez que ambas têm por propriedade dar continuidade à cadeia tópica; os vocábulos “interesses” e “decisões” são os responsáveis pela explicitação do processo organizacional, sendo ambos colocados em posição de elemento dado.

O uso de construções médias é mais comum no registro formal, o que está de acordo com a função da voz medial de topicalizar o não-agente. De fato, em editoriais e artigos de opinião fala-se mais de termos abstratos, como inflação, corrupção, governo, eleições, e tantos mais; há uma grande incidência de sujeitos inanimados nessas situações, justificando a escolha por uma voz média. Vale ressaltar a posição defendida neste trabalho, com base nos estudos do mestre Said Ali (1966), que consiste em apontar a diferença entre uma voz passiva sintética e uma média intransitiva pronominal, apenas em relação àquele que ocupa a posição de tópico do discurso:

(11) [...] tudo leva a crer que a arrecadação do estado e da maioria dos municípios **se fortalecerá**, revertendo uma situação que se tem mostrado preocupante [...] (*O Globo*, 21/6/06, p.6)

A passagem desse enunciado para uma oração passiva analítica, ainda que hipotética, reforça a topicalização como distinção entre passiva sintética e média:

(11') [...] tudo leva a crer que a arrecadação do estado e da maioria dos municípios **será fortalecida** [...]

Tanto a passiva analítica quanto a média tem em sua ordem sintática canônica a anteposição do objeto semântico, ocupando a posição de informação dada.

O sujeito sintático da oração (11) atende às condições impostas pela voz média: a) inanimado; b) envolvido pelo processo verbal; c) anteposto ao verbo; d) papel semântico de beneficiário ou experienciador; e) não pode ser confundida com voz reflexiva, por esta apresentar a prioridade de traço humano. Outro dado relevante é a presença de um verbo ergativo (*fortalecer*), que apresenta contraparte transitiva, marcando um processo de de-transitivização. A ergatividade é a apresentação implícita da causa dos processos; explicando, assim, a oração do item (11) como causa das modificações estruturais e financeiras pelas quais o Estado do Rio de Janeiro passará.

Uma exemplificação do uso da voz média está presente no seguinte fragmento do artigo de opinião encontrado no *Jornal do Brasil* (25/7/06):

(12) Os exemplos são diversos: a política econômica **se manteve** intacta, acentuando em muitos pontos o que foi iniciado na era FHC. A dependência estrutural aos capitais financeiros **se acentuou**. A concentração da propriedade da terra **se manteve** inalterada. A produção de transgênicos **foi liberada**. **Deu-se** a privatização da previdência pública e as políticas sociais foram a repetição (e ampliação) de um assistencialismo que exclui da política a classe trabalhadora. (Jornal do Brasil, 25/07/06, p.A11)

Esse fragmento relaciona o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao de Lula. Os três primeiros períodos apresentam verbos ergativos em situações mediais, em que fica explícito o envolvimento do sujeito sintático no processo verbal, sob o papel temático de beneficiário. Apesar de estarem em posição tópica, não apresentam informação dada, não possuem a responsabilidade discursiva de manutenção tópica, apenas são representações da enumeração de exemplos que

confrontam um governo com outro; discursivamente foram colocadas no início como meio de focar as novas informações. No quarto período, surge uma passiva analítica, com agente demovido, sendo recuperado com objetividade no co-texto, por tratar-se de ocorrências entre dois governos; apesar de passiva analítica, o objeto tematizado não apresenta informação dada, referindo-se também a comparações entre os governos Lula e FHC. O último período é marcado pela voz passiva sintética; a posição posposta do sintagma nominal aponta para uma informação nova com papel semântico de paciente, mas devido ao verbo “dar” não denotar uma ação processual, não coloca o sujeito sintático anteposto, o que caracterizaria uma voz média.

Os gêneros textuais utilizados na análise das questões discursivas que envolvem o uso de determinado tipo de voz verbal, principalmente em se tratando de editorial e artigo de opinião, recorrem a contextos formais, que evidenciam a presença de termos de origem específica, referindo-se a “coisas”, não a “pessoas”. Por esse motivo, há incidência de vozes mediais intransitivas não-pronominais, que utilizam os verbos ergativos:

(13) O conjunto de projetos **chegou** à Câmara e [...] (*O Globo*, 22/6/06, p.6)

A voz média mantém a continuidade tópica do texto (Lima, 1993) e no caso do item (13), há uma ratificação da retomada de uma situação enunciada anteriormente, devido à presença do artigo definido “o”, indicativo de uma informação já mencionada.

Em relação a aspectos coesivos, pode-se citar, ainda, a elipse na seqüência textual do item (13):

(14) [...] **entrou** numa fila que não anda [...] (*O Globo*, 22/6/06, p.6)

Em (14) há um verbo ergativo, inserido em voz média, que atende a todas as especificidades já enumeradas anteriormente. A coesão textual foi estabelecida através da omissão do sujeito sintático, não presente na segunda oração.

O caso da elipse do item a seguir é um exemplo de distanciamento referencial, em que o sujeito sintático da oração do segundo período é recuperado no co-texto, o vocábulo “dólar”. Esse apresenta papel semântico de beneficiário, sendo envolvido no processo verbal:

(15) Nos últimos quatro anos, o dólar perdeu valor em relação à maioria das moedas do mundo. No Brasil, **caiu** mais. (*O Globo*, 27/07/06, p.16)

No *corpus* em estudo, os verbos *cair*, *crescer*, *aumentar* foram os mais encontrados; isso se deve ao fato de, em um discurso jornalístico voltado para a política econômica, a informação em posição tópica tender a referenciar elementos desse campo semântico, em que os fatos/dados precisam ser avaliados conforme crescimento ou queda:

(16) Os percalços na tramitação de projetos no Congresso **aumentaram** desde a explosão do escândalo do mensalão. (*O Globo*, 22/6/06, p.6)

(17) As favelas **cresceram** à volta. (*Jornal do Brasil*, 25/7/06, p. A10)

(18) A soja brasileira compete com o produto americano, o Brasil está no meio de uma briga planetária pela redução dos subsídios à agricultura e, se **os subsídios caírem**, o Brasil está ainda mais competitivo. (*O Globo*, 26/7/06, p. 16)

São exemplos contextuais de situações discursivas, em que o emprego de voz média é proeminente devido ao caráter abstrato dos elementos a serem posicionados como tópico da informação, mantendo o fluxo informacional do texto.

Mas não é só a voz média que mantém a coesão dos textos, a voz passiva analítica, ainda que em menor quantidade, também surge como instrumento coesivo. Nos editoriais e artigos de opinião, a presença da passiva analítica tem um espaço reservado, principalmente, como transmissão de informação dada:

(19) Como uma das prioridades do Rio **foi abandonada** pelo Estado. (*Jornal do Brasil*, 25/07/2007, p. A10)

Mantém a continuidade discursiva, pois topicaliza o sujeito sintático na posição de informação dada; estabelece, assim, uma relação remissiva com a expressão “programa de despoluição”, presente no período anterior. Esse fragmento também chama atenção pela presença do agente da passiva; uma vez que o normal é que ele não surja nas orações por ser inferido co(n) textualmente, sua presença é uma marca discursiva significativa, a de culpar o Estado pelo abandono dos programas de despoluição da Baía de Guanabara.

No *corpus*, dentre as dez ocorrências de voz passiva analítica, três não estavam inseridas propriamente no discurso do editorial, mas eram reproduções de discurso direto:

(20) “Agora, **será permitido** que parte dos dólares fique no exterior e que, sobre ela, não se pague CPMF, o que reduzirá o custo – disse o Ministro Mantega.”
(*O Globo*, 27/07/2006, p.16)

(21) “O porto **foi construído** sem o estudo de impacto ambiental; assim a Cargill já **foi condenada** no Tribunal Federal a fazer o estudo... – disse Paulo Adário.” (*O Globo*, 26/7/06, p.16)

Em (20), há um fragmento de um artigo de opinião sobre o pacote cambial do governo; na verdade, é parte de um discurso direto reproduzido no artigo. A fala é do Ministro Guido Mantega. A recuperação, mesmo que contextual, de um agente é possível em voz passiva analítica, portanto a intenção discursiva de enaltecer um feito do governo foi alcançada. Em (21), há duas orações com voz passiva analítica, com o propósito discursivo de apontar o beneficiamento do governador de Mato Grosso na construção do porto para transporte de mercadorias de sua própria empresa, colocando o foco da informação sobre “o porto” – objeto de discussão – e sobre a “Cargill” – empresa a ser condenada. A fala é do coordenador do Greenpeace na Amazônia.

A ordem canônica da voz passiva analítica é sujeito sintático anteposto ao verbo em posição tópica, mantendo a coesão discursiva; porém em duas ocorrências no *corpus*, o sujeito sintático surge posposto:

(22) **Começam a ser feitos** alguns esboços de propostas de programas de governo tanto pela aliança PSDB-PFL, quanto pelo PT. (*O Globo*, 21/06/06, p.6)

(23) Em um ato simbólico, **será lançada** hoje pelo presidente da República a pedra fundamental do complexo petroquímico que a Petrobras e investidores privados deverão construir. (*O Globo*, 21/6/2006, p.6)

Os dois casos representam a primeira sentença de um editorial, portanto colocou em destaque o processo e manteve na posição de elemento novo o sujeito sintático, com o objetivo de transmitir ao leitor a temática sobre a qual o texto

discorrerá. Em ambos, o agente da passiva está explicitado para conferir fidedignidade ao editorial.

Em editoriais, a construção medial é muito presente; isso se deve ao fato de esses tipos de textos focalizarem abstrações, como inflação, índices, preços, ou seja, apresenta na posição de sujeito sintático um argumento envolvido pelo processo verbal, sem denotar ato volitivo.

(24) Os alimentos **continuam a pesar** menos no bolso do brasileiro. (*O Globo*, 26/7/06, p.17)

(25) O preço dos combustíveis, por sua vez, **caiu** menos do que no mês passado. (*O Globo*, 26/7/06, p.17)

(26) Os benefícios previdenciários **devem crescer** este ano preocupantes 0,3% do PIB. (*O Globo*, 21/06/2006, p.6)

Por selecionarem argumento único, esses verbos são considerados tradicionalmente como intransitivos; no entanto, diferem-se destes devido ao sujeito apresentar uma noção de passividade, manifestada na eventualidade denotada pelo verbo. Segundo a articulação semântica descrita por Borba (1991), aos verbos intransitivos atribui a idéia de ação (sujeito sob o papel semântico de agente) e processo (sujeito sob os papéis semânticos – *afetado, paciente, experienciador, beneficiário* ou *instrumento*). Em se tratando dos verbos processuais registrados nos itens (24), (25) e (26), estes exemplificam o papel temático *beneficiário* — indivíduo a quem a ação traz proveito ou prejuízo (Ilari, 2003), encontrando-se envolvido pelo evento verbal, ou seja, sem volição.

A demanda de denúncias contra os políticos que assola o país nos últimos anos contribui bastante para análise da ergatividade. Como já mencionado, a implicitude das causas é o objetivo geral de uma construção ergativa e, em um contexto desfavorável à imagem do governo, a mídia tenciona revelar as conseqüências desses atos ilegítimos, recorrendo ao emprego da ergativização:

(27) [...]Com isso, **umentaria** o rombo na previdência dos servidores[...]. (*O Globo*, 10/09/2007, p.6)

(28) [...]Quando o funcionalismo público federal **se aproxima** da marca de um milhão de servidores, esse trem da alegria, se partir, agravará ainda mais uma situação já preocupante. (*O Globo*, 10/09/2007, p.6)

(29) O Programa Primeiro Emprego do governo federal **surgiu** com estrondo e se extingue como fracasso retumbante.[...] (*Jornal do Brasil*, 01/9/2007, p. A 10)

Em (27), encontra-se uma oração retirada do editorial do jornal *O Globo* (10/9/2007), cujo tema em discussão é *emprego público*. Aborda o que a mídia denominou de *Trem da alegria*, quando, durante a Constituição de 1987, milhares de funcionários públicos contratados pelo regime da CLT passaram a estatutários, conquistando estabilidade e o direito de manter intacto, na aposentadoria, o último salário recebido como servidor ativo. Nesse contexto, justifica-se discursivamente essa construção ergativa para demonstrar o produto final da atitude dos políticos e a indignação diante da iminente reversão do custo *em direção ao bolso do contribuinte*. Semanticamente, os vocábulos selecionados – o verbo *aumentar* e o substantivo *rombo* – refletem essa indignação do editorial, devido ao teor hiperbólico inerente a ambos. Em relação ao fluxo informacional do texto, é o anafórico *isso* que mantém a cadeia tópica, como informação dada; assim, ao sujeito sintático (*rombo*) foi legada a posição de informação nova.

O fragmento (28) pertence ao mesmo editorial, especificamente ao parágrafo conclusivo. Emprega o verbo *aproximar* em uso pronominal (ergativo), tendo como sujeito *o funcionalismo público*, que atende às especificidades das construções ergativas: termo não agentivo, envolvido pelo processo verbal e anteposto ao verbo como mantenedor do tópico. Para encerrar a argumentação, coloca em posição de informação dada o próprio tema da discussão – *o funcionalismo público* – e vale-se de uma construção ergativa para indicar o que acarretará esse novo *trem da alegria* para os cofres públicos.

Como as mazelas políticas não se esgotam, em (29) exemplifica-se mais uma delas. Trata-se do tópico frasal de um editorial do *Jornal do Brasil* (01/9/2007). O tema é o fracasso do programa Primeiro Emprego, empreendido por Lula e engavetado por sua própria incompetência. Utiliza um verbo ergativo — *surgir* — que denota *aparição* (Perlmutter *apud* Mendikoetxea, 1999), para demonstrar a existência do referido programa, mas sem que sejam reveladas as causas do fracasso, uma vez que essa causalidade já está implícita no contexto político. A fim de apontar o término do programa Primeiro Emprego e de mostrar que esse se findou nele mesmo, vale-se do verbo *extinguir* em uso pronominal, acentuando a não agentividade do sujeito, mas sim o envolvimento no processo denotado pelo

verbo. Ressalta-se, ainda, a contemplação da locução adverbial *com estrondo* e do adjetivo *retumbante* no discurso empreendido pelo editorial. Ambos atribuem uma gradação de valores negativos do início ao fim do projeto.

Como as construções lingüísticas não estão a serviço da legitimidade, mas sim daqueles que sabem delas se apropriar para ampliar o poder de argumentação, falacioso ou não, há o outro lado da moeda. Os políticos, acuados diante de tantas denúncias, procuram atenuar a culpa que lhes é imputada, e lançam mão de estratégias argumentativas para se esquivarem das acusações. Para tanto, registraram-se, nesta pesquisa, a fala de alguns políticos e de pessoas ligadas ao poder público, em que fica explícita a intenção discursiva dos mesmos na luta pela preservação da face (Goffman,1980), utilizando-se de estruturas ergativas para alcançar esse objetivo:

(30) Tivemos problemas de clima provocados por ventos fortes. Além disso, o aeroporto de Congonhas **fecha** às 23h, e o atraso fica para o outro dia. (*O Globo*, 22/10/07, p.5)

Em (30), a citação provém de Milton Zuanazzi, presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em meio ao fantasma do caos aéreo que assombra o Brasil há mais de um ano. Representa mais uma tentativa de depositar a culpa da incompetência dos governantes na conta dos fenômenos naturais. Em seqüência, emprega o verbo fechar de forma ergativa para atender às orientações argumentativas do co(n) texto, ou seja, permanecer ocultando o verdadeiro motivo dos atrasos nos aeroportos. Para isso, topicaliza o alvo da ação — o aeroporto de Congonhas — atribuindo-lhe a responsabilidade do fechamento do local e, por conseguinte, o culpado pelos inúmeros atrasos.

A partir da fala proferida por Zuanazzi, em que suprimiu o agente da ação para se esquivar da responsabilidade pelo apagão aéreo, conclui-se que outra função argumentativa para a teoria da ergativização encontra respaldo na teoria das faces:

Para Brown e Levinson, todo falante fluente em sua língua é dotado de duas propriedades – (i) razão, que lhe permite escolher os meios adequados para atingir os fins pretendidos – e (ii) face, que, na definição de Goffman, se refere à autoimagem pública que uma pessoa constrói, sustenta ou perde, em função da linha de conduta adotada no decorrer de uma interação (Batista, 2004).

Essa seria uma análise a ser ampliada e desenvolvida em outra pesquisa.

6.3. Resultados encontrados

Na reorganização das orações, ficou claro que as alterações sintáticas não interferiram no papel temático atribuído aos argumentos, e isso é uma das principais premissas da *Gramática de Casos* de Fillmore (1968).

Há propriedades semânticas que são relevantes para a estruturação sintática das línguas, e levar em consideração o conteúdo semântico dos papéis temáticos, não é uma simples questão de gosto. Existem questões de natureza semântica, mais especificamente, questões envolvendo os papéis temáticos que restringem e/ou ordenam a estruturação sintática das orações.

Na análise do *corpus*, essa restrição temática pôde ser percebida em relação ao papel semântico de 'instrumento', que na escala da hierarquia temática é o mais próximo de assumir a função sintática de sujeito, depois do 'agente'. Também devido a essa proximidade hierárquica, ambos podem ser extraídos da frase sem causar nenhum prejuízo semântico; as omissões cedem a pressões contextuais.

Percebeu-se durante a pesquisa que a escamoteação do agente pode estar voltada para aspectos semânticos e pragmáticos que se realizam no âmbito da sintaxe. Ocorre através da supressão daquele do qual parte a ação ou o processo. Reconheceu-se, em algumas sentenças, a existência dos verbos ergativos (de processo), apresentando sujeito envolvido no evento verbal. A implicitude do agente ocorre quando o contexto objetiva informar apenas o resultado de uma ação/processo, colocando outro elemento na posição de sujeito..

A criação exaustiva de muitas e muitas possibilidades de construções sintáticas e semânticas, como a atividade I, é útil à estruturação dos textos dos alunos. Passaram a uma produção textual mais amadurecida, apropriando-se de apagamentos sintáticos, como a escamoteação do sujeito e ausência do clítico **se**, uma tendência da língua oral no Brasil; a promoção de objeto a sujeito; e tantos outros.

Na produção da crônica (Atividade II), ficou claro que os verbos solicitados *abrir*, *fechar* e *quebrar* quase não foram empregados como ergativos por atender uma especificidade do gênero textual. Em crônicas, a mensagem é para refletir os acontecimentos do dia-a-dia tais quais acontecem, o que não combina com a

ergativização, pois essa mantém a causalidade implícita, sem revelar a origem das ações-processo.

Ratifica-se essa análise a partir da atividade textual III, em que os verbos *abrir*, *entornar* e *quebrar* foram selecionados, mas deveriam estar inseridos em outro gênero textual: o *editorial*. Esses textos abordam questões de ordem altamente subjetiva, como inflação, corrupção, desenvolvimento econômico. A argumentação tende a camuflar os fatos, priorizando as conseqüências das atitudes dos homens do cenário político do Brasil.

Em relação à pesquisa realizada nos editoriais, ratificou-se a concepção de o verbo ser o condutor da argumentação, cabendo-lhe o papel de orientar o fluxo informacional do texto. A partir da seleção das vozes verbais, haverá ênfase no sujeito, no alvo ou no processo. Portanto, a análise do *corpus* explora as questões semântico-sintático-discursivas, que direcionam o processo de escolha das diferentes vozes verbais.

Em se tratando de voz média, em que se emprega verbos ergativos, apresenta como sujeito sintático elementos inanimados, não agentivos, portanto dispostos em diversos papéis temáticos: experienciador, beneficiário, instrumento e outros. É importante observar que o objetivo da voz média é topicalizar o não-agente, para manter a cadeia tópica e garantir a coesão textual; dessa forma, o objeto semântico se apresenta anteposto ao verbo, como informação dada.

Quanto à passiva sintética, o objetivo textual é a tematização do objeto semântico, posicionado como informação nova (*rema*), posposto ao verbo, sob o papel temático de paciente da ação verbal. Porém, há incidências no *corpus* de anteposição do objeto semântico, quando este é representado por um pronome relativo, que, devido a exigências sintáticas, é colocado no início da sentença (*tema*), e por se tratar de um remissivo, aponta sempre para uma informação dada:

[...] a posição pré-verbal, normalmente ocupada pelo sujeito que, por sua vez, costuma ser tópico, é onde geralmente são alocadas informações velhas e mais pressupostas; a posição pós-verbal, comumente ocupada pelo objeto, costuma veicular informações novas. (Abraçado, 2001, p.9)

Assim como, mesmo diante de uma informação nova é possível encontrar elementos anafóricos com o fim de manter a coesão textual, observou-se que, em algumas situações, a informação anteposta, em vozes média e passiva analítica, representa uma informação nova, apesar da posição temática. Isso ocorre quando

essas informações são relevantes para orientar o leitor em relação ao conteúdo textual, por esse motivo todas as ocorrências foram em situações de primeiro parágrafo do texto.

Quanto à voz média, apresenta como sujeito sintático elementos não agentivos, portanto dispostos em diversos papéis temáticos: experienciador, beneficiário, instrumento e outros. É importante observar que o objetivo do emprego de uma sentença medial é a topicalização para garantir a progressão e a coesão textuais; dessa forma, o objeto semântico se apresenta anteposto ao verbo, como informação dada, escamoteando os agentes da ação, sendo o sujeito enredado, semanticamente, no processo desempenhado pelo verbo.

A voz passiva analítica, discursivamente, assume a mesma postura da média, mantém a cadeia tópica ao colocar o objeto semântico da oração em posição temática, responsável pela coesão textual. O sujeito sintático, também objeto semântico, é sempre o alvo da ação, tendo como papel temático o de paciente, a diferença é que o agente pode ser recuperado na cena enunciativa, à sua ausência ou presença subjazem fatores estritamente discursivos. Apesar do comportamento discursivo semelhante ao das mediais e passivas sintéticas, no gênero editorial houve incidência mínima de passivas analíticas. Isso se deve ao fato de esse gênero textual considerar mais o processo, mantendo um tom de impessoalidade, e isso é típico de passiva sintética e medial.

A voz média é mais presente no registro formal por haver maior preocupação em retratar abstrações, apresentando como sujeito sintático elementos inanimados; por isso, no gênero textual analisado no *corpus*, o editorial, é massiva a presença da voz média, já que esse contexto comunicativo apresenta um léxico vasto em abstrações: política, inflação, desemprego, taxas, índices e tantas outras.

A análise desses fragmentos contou com o arcabouço teórico de variados autores. Como argumenta Jackendoff (1972), em favor desse tipo de abordagem semântica dentro da gramática, parece desejável se ter vários focos de luz sobre um mesmo ponto, pois quanto mais luz incidir sobre este, melhor será a sua percepção.

7. CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, desenvolveu-se um estudo morfossintático voltado para a aplicação discursivo-pragmática das construções ergativas (ou inacusativas), concebidas como a representação de uma causalidade implícita.

Encontrou-se no funcionalismo norte-americano, de base givoniana, a teoria compatível com essa proposta de cunho discursivo, uma vez que se volta para a dinamicidade da língua e percebe a linguagem como um fenômeno social, que apresenta variações de acordo com o emprego das estruturas lingüísticas pelos sujeitos comunicantes. A abordagem funcionalista atende, ainda, às especificidades analisadas neste trabalho: questões gramaticais do sujeito, objeto, predicado; à ordem canônica de uma oração; à inversão oracional como fator de ordem discursiva, como a noção de tema/rema; e à topicalização.

Registrou-se uma quantidade expressiva de terminologias referentes à inacusatividade (ergatividade); formas variadas de se reportar à mesma teoria. Mas o que ficou transparente, em todas as análises apresentadas, foi a relação da ergatividade com a ciência cognitiva. Ao empregar uma estrutura ergativa, acionam-se mecanismos da cognição humana, visando à implicitude das causas. Isso não significa que as mesmas não existam, mas sim que há uma forma mais implícita, atenuada ou modalizada de apresentar as causas de um processo ou de um estado.

Dessa forma, reitera a compatibilidade da teoria funcionalista com o propósito desta pesquisa, uma vez que o estudo do comportamento lingüístico é, na maioria dos casos, visto como um problema da arquitetura da mente e não apenas como usos comportamentais externos (à moda behaviorista). Assim, legitima-se a perspectiva funcionalista como uma área fecunda em pesquisas teóricas e experimentais sobre a mente humana.

A ergatividade (ou inacusatividade) surge para preencher uma lacuna no estudo da transitividade verbal. Nos estudos descritivos, não há preocupação em abranger aspectos semântico-sintáticos das estruturas oracionais. Tradicionalmente a estruturação sintática é a que conta, tornando-se irrelevantes as atribuições semânticas. A fim de estabelecer um critério semântico-sintático para investigar o emprego de verbos intransitivos nos enunciados, a literatura contemporânea atribuiu-lhes duas subdivisões: os inergativos e os inacusativos (Mateus, 2003). Estes são verbos que se comportam como intransitivos, topicalizam o objeto da ação

e apresentam sujeito envolvido pelo processo verbal; aqueles são os inerentemente intransitivos, apresentando traço volitivo para o sujeito.

Para a maioria dos autores, ergatividade e inacusatividade são sinônimos e podem ser representadas por verbos que selecionam, prioritariamente, os seguintes traços: intransitividade e sujeito não-agente. Porém, outros distinguem verbos ergativos de inacusativos, atribuindo a ergatividade apenas aos casos em que o sujeito sintático da oração na verdade é o objeto recuperado para posição tópica (João abriu a porta / a porta abriu); e a inacusatividade, às construções com verbos propriamente intransitivos, mas denotadores de processo (adormecer, florescer, morrer). A despeito de toda controvérsia suscitada pelos lingüistas, o importante é compreender a ergatividade como um processo cognitivo, responsável pela escamoteação dos agentes do discurso e das causas de um evento. Quanto a nomenclaturas, prima-se neste trabalho pela simplificação, portanto agasalharam-se os termos ergativos/inacusativos como sinônimos, abrangendo ambas as estruturas, de-transitivas e processuais.

Em se tratando de verbos de processo, quando associados ao clítico **se**, suscitam inúmeras dúvidas. A investigação pancrônica desse pronome foi elucidativa no que concerne à distinção das vozes verbais ativa, passiva, reflexiva e média, esta última singularmente relevante a este trabalho por estar ancorada em verbos ergativos. Encontrou-se na origem românica um fator de elucidação dos muitos questionamentos que envolvem o pronome **se**, como, por exemplo, a noção de passividade, que não existia no latim clássico. Neste, o pronome **se** tinha apenas a função reflexiva. Foi mais tarde, no latim vulgar, que se consolidou o **se** com uso passivo. Essa construção passou às línguas românicas, como o português.

No latim clássico, as médio-passivas com terminação em *-r* apresentavam sentido ativo e tinham por finalidade indeterminar o sujeito. Isso se aproxima do português atual, em que estruturas passivas, com marcação morfológica **se**, têm recebido constantemente uma interpretação ativa e indeterminadora do sujeito.

A medial analítica do latim vulgar possuiu dois valores, dos quais o português herdou, do reflexivo, o **se** na função de objeto direto, objeto indireto e de sujeito do infinitivo; do dinâmico, o **se** nas classificações PIV, PR, IIS. Esta última pode ser resultado do uso do pronome reflexivo **se** (clássico), que se referia a um sujeito lógico, vago e indefinido, não expresso sintaticamente na oração, e um emprego impessoal da medial analítica no latim vulgar.

Na medial analítica apassivante, observava-se o emprego do sujeito dessas construções perifrásticas. Quando eram animados, possíveis de realizar a ação verbal, classificava-se em voz medial (ou reflexiva); se fossem inanimados, analisados à luz da lógica, fazia-se uma interpretação passiva.

A visão lógico-filosófica utilizada na análise dos fatos lingüísticos desenvolveu-se nas línguas românicas. A interpretação medial dinâmica cedeu espaço à passiva. Verifica-se que o português atual preserva a herança do latim vulgar, uma vez que a passividade tem primazia nas gramáticas portuguesas e nas de outras línguas românicas.

Mesmo com essa predominância passiva, acredita-se que hoje, na língua portuguesa, existam as vozes *ativa*, *passiva*, *reflexiva* e *medial*; esta última representando construções ativas, mas com sujeito claramente não-agente (animado ou inanimado), sendo apenas envolvido pelo processo verbal, como, por exemplo, as orações *o copo quebrou* e *o menino dorme*. Em ambas as sentenças, o sujeito sintático não é deflagrador do processo verbal; na primeira, é inanimado o que torna clara a existência de uma força externa na realização da ação; no segundo, apesar de animado, a semântica verbal não seleciona sujeito-agente. São construções que estariam oscilando entre ativas e passivas, portanto pertencem às mediais.

O processo de leitura e escrita está intrinsecamente relacionado ao encadeamento das sentenças através de recursos de coesão, fazendo com que as estruturas sintáticas sejam fios condutores da construção do sentido do enunciado. Verificou-se, na análise do *corpus*, que as orações com predicados mediais e passivos, na articulação textual, respondem, também, por essa progressão discursiva, mantendo a cadeia tópica do texto (Pontes, 1986). Ambos (mediais e passivos) estão comprometidos em dar seqüência ao que fora enunciado anteriormente. Especificamente em relação às construções mediais, são delineadas em bases ergativas (posição de sujeito ocupada por um termo não-agente, envolvido pelo evento verbal). Infere-se, portanto, que a teoria da ergatividade é uma das ferramentas para análise da articulação textual, proporcionando um estudo semântico-sintático das estruturas lingüísticas inseridas na interação verbal.

A teoria funcionalista observa a língua em uso corrente, portanto optou-se por desenvolver a pesquisa com um *corpus* variado — produção de textos escolares e editoriais de jornais de grande circulação — com o intuito de ampliar a investigação

aos registros de língua padrão real e língua padrão escolar (Oliveira, 2004). Essa dupla abordagem direcionou uma criteriosa investigação.

A ergativização calca-se em uma ampla base semântica. Os verbos ergativos selecionam, de forma peculiar, alguns traços semânticos na seleção do sujeito, como, por exemplo, a não-agentividade. Ficou evidente, na primeira etapa da análise do *corpus* — atividades produzidas em sala de aula —, que a sintaxe de uma construção ergativa está diretamente relacionada à hierarquia temática, ou seja, aos papéis de *agente*, *paciente*, *instrumento*, *beneficiário* e *experenciador*.

A reordenação das sentenças executada em sala de aula mapeou uma exaustiva análise semântico-sintática das construções verbais. Confirmou-se a hipótese de Fillmore (1968) que mudar a categoria sintática não altera a categorização semântica. Junto a isso, verificou-se que, em algumas construções, determinadas funções semânticas eram imprescindíveis, devido à seleção argumental realizada pelo verbo, como em estruturas com verbo transitivo direto, o tema estará sempre presente uma vez que o verbo apresenta transitividade, seja na posição de sujeito ou de objeto. Concluiu-se, também, que a análise dos papéis temáticos muitas vezes estava restrita a aspectos de ordem contextual, haja vista o clássico exemplo *João rolou montanha abaixo*, em que tanto pode ser tema quanto agente, é preciso redimensionar a um mundo extralingüístico para estabelecer qual dos dois papéis relaciona-se ao sujeito *João*.

No que concerne à escola, a semântica é relegada a segundo plano. Muita importância é dada à assimilação de regras, e cede-se pouquíssimo espaço à interpretação, à construção do sentido. Após a exposição a reestruturações sintáticas, o aluno compreendeu com mais facilidade a estruturação da sintaxe, uma vez que encontrou na semântica as respostas para os mais variados questionamentos. Os textos tornaram-se mais coesos e coerentes.

Verificou-se que o processo de ergativização de um texto está relacionado a fatores não só de ordem semântico-sintática, mas também restrito ao gênero textual. Nos editoriais, as informações são mais subjetivas, tratam de temas, como inflação, política, custo de vida, taxas etc., portanto atendem a uma das especificidades dos verbos ergativos: apresentam sujeitos não-volitivos. As crônicas, por estabelecerem um contrato comunicativo que prima por discussões cotidianas, tendem a revelar os fatos sem subterfúgios. Isso restringe o emprego de construções ergativas nesse

gênero a um número ínfimo, pois as crônicas priorizam revelar as causas e os agentes da cena enunciativa.

Observou-se, curiosamente, que os editoriais produzidos por alunos, não obstante pertençam a um gênero que requer impessoalidade e utilize um léxico abstrato, o emprego de construções mediais com predicadores ergativos ficou aquém do previsto para o gênero. Ratifica-se, com isso, que o ensino da língua portuguesa castra a competência lingüística dos alunos. Professores preocupam-se em impor a gramática ortodoxa e inibem o fazer criativo dos educandos. Estes se esquivam de algumas construções que possam tornar seus textos subjetivos sem haver uma orientação para que saiba discernir o momento discursivo adequado em que possa registrar aspectos de subjetividade.

O *corpus* editorial exemplifica o registro de língua real. Ainda que atrelada à norma culta, está menos afeita ao conservadorismo dogmático da gramática normativa, ao contrário da escola, que impõe regras e restrições para os educandos, tolhendo sua capacidade de criação. As estruturas de vozes verbais foram o foco da pesquisa empreendida nesse *corpus*. Como a orientação argumentativa do texto está centrada no verbo, a partir da seleção das vozes verbais, a ênfase pode recair no agente, no alvo ou no processo, respectivamente: ativa, ativa ou passiva e medial. Verificou-se que a escolha da voz em que o verbo é empregado atende a pressões de ordem discursiva. Portanto, a análise dos editoriais de jornais de grande circulação explorou aspectos semântico-sintático-discursivos que levaram a empregar determinadas construções de voz verbal.

Outro fator importante resgatado nesta pesquisa foi o uso de verbos ergativos que, por escamotear os deflagradores das ações e promoverem a implicitude das causas, proporcionam uma blindagem à imagem do sujeito enunciativo, ou seja, à proteção da face. Segundo Goffman (1980), as pessoas possuem a face negativa (interior) e a face positiva (exterior). No uso interacional da linguagem, os agentes do discurso estão sempre tentando preservar sua imagem, nem que para isso precisem se valer de subterfúgios, tais como mentiras e manipulações. Como o *locus* enunciativo pesquisado, em registro padrão real, foram os editoriais dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, inevitavelmente deparou-se com o discurso de políticos e de pessoas do alto escalão do governo que, para se manter em condições favoráveis em relação à opinião pública, valem-se de determinadas construções ergativas na luta pela preservação da face.

Essa abordagem da Teoria das Faces (Goffman, 1980) é uma análise que não se concluiu. Demanda investigações futuras com maior profundidade, observando, por exemplo, se o grau de compreensão textual está relacionado à causalidade estar mais, ou menos, implícita, sendo essa razão diretamente proporcional à ergativização. Portanto, em se tratando de discurso político, quanto mais incompreensível for o texto, melhor para o governo; quanto mais implicitude das causas, mais construções ergativas surgirão.

Por fim, fundamentado no funcionalismo givoniano, este trabalho proporcionou uma abordagem semântico-sintático-discursiva das construções ergativas; ratificando-se, assim, que o estudo da língua — instrumento vivo e exposto a toda sorte de variações — deve ser realizado inserido em um contexto pragmático, voltado para questões intra e extralingüísticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAÇADO, Jussara. *The adjacency principle and the verb-object bonding*. São Paulo: DELTA. v. 17, n. 2, 2001. Acesso em 12/01/2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>
- ALI, M. Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.
- _____. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- ARROYO, L. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Melhoramentos, 1971.
- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa - Caldas Aulete*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BATISTA, Ana Carolina Gonzalez. *A linguagem dos mass media; Uma análise sob o prisma da pragmática*. Cadernos do CNLF, série VIII, nº 12, 2004. Acesso em 17/06/2007. <<http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno12-04.html>>
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. revista e ampliada Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BITTENCOURT, Vanda de Oliveira. *Rumos da gramaticalização no português do Brasil*. Acesso em 13/10/2007. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/revista/artigo/2000.5\(13\)69-75.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/2000.5(13)69-75.html)>.
- _____. Causativas lexicais no português do Brasil: perfil morfossintático, semântico e funcional-discursivo. In: DECAT, Maria Beatriz Nascimento *et alii*. *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.
- BORBA, Francisco da Silva (coord.). *Dicionário gramatical de verbos*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1991.
- BRANDÃO, C. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.
- CAMACHO, Roberto Gomes. *In defense of the middle voice category in portuguese*. DELTA, 2003, vol.19, n. 1, p.91-122. ISSN 0102-4450. Acesso em 15/5/2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>.

CÂMARA JR., J.M. *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

_____. *Dicionário de lingüística e gramática*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão – Livraria Editora Ltda, 1985.

CANÇADO, M. *Argumentos: complementos e adjuntos*. Manuscrito. NuPeS/POSLIN/UFMG – Maio/2005. Acesso em 20/4/2006. Disponível em <<http://www.lettras.ufmg.br/nupes/preposicoeseverbostransitivosindiretos.pdf>>

CÂNDIDO, Antonio. *O direito à literatura*. In: _____. *Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARVALHO, Castellar de. *Se: uma palavra oblíqua e dissimulada*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Instituto de Letras, UFRJ, 1990.

CARVALHO, Guilhermina Mendes de. *Inacusatividade e ergatividade na fala rural do PB*. In: *Revista Inventário*. 5. ed., mar/2006. Acesso em 03/05/2006. Disponível em: <<http://www.inventario.ufba.br/05/05gcarvalho.htm>>.

CHARAUDEAU, Patrick. *Uma teoria dos sujeitos da linguagem*. In: MARI, H. *et alii. Análise do discurso – fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALF / UFMG, 2001.

CHOMSKY, Noam. *Topics in the theory of generative grammar*. The Hague, Mouton, 1966.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ELIA, Sílvio. *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Ática, 1989.

FÁVERO, Leonor Lopes & KOCH, Ingedore G. Villaça. *Lingüística textual: Introdução*. São Paulo: Cortez, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1994.

FILLMORE, C. *The Case for Case*. In: E. Bach e R. Harms (eds). *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, Rinnehart and Winston. *Verify*, 1968.

FRANCHI, Carlos. *Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem*. Tese de Doutorado. IEL. UNICAMP, 1975.

FRANCHI, Regina Celi Moraes Whitaker. *As construções ergativas: um estudo semântico e sintático*. Dissertação de Mestrado em Lingüística. Campinas:Unicamp, 1989.

- GIVÓN T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: Benjamins, 1995.
_____. (org) *Syntax and semantics: discourse and syntax*, Vol 12. New York: Academic Press, 1979.
- GOFFMAN, E. A elaboração da face. In: FIGUEIRA, S. A. (org.) *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- HALLIDAY, M.A.K. Language structure and language function. In: LYONS, J. (or.) *New horizons in linguistics*. Trad. Bras. São Paulo: Cultrix, 1976.
- HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Sintaxe portuguesa para a linguagem culta contemporânea: teoria e prática*. 5. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.
- HJELMSLEV, L. *Prolegomena to a theory of language*. Trad. Bras. Perspectiva, São Paulo, 1953.
- ILARI, Rodolpho. *Introdução à semântica. Brincando com a gramática*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- JACKENDOFF, R. *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge (MA): MIT, 1972.
- KATO, Mary Aizawa. *Transitividade verbal e decomposição lexical*. In: Revista Brasileira de Lingüística. Vol. 1, nº 1. Petrópolis: Vozes, 1976.
_____. *Functionalism in syntax*. DELTA, 1998, vol.14, nº.sp, p.00-00. ISSN 0102-4450. Acesso em 06/01/2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php>>
- KOCH, Ingedore. *O texto e a construção dos sentidos*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
_____. *A inter_ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2004.
_____. *Coesão textual*. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- KOCH, I. & VILELA, M. *Gramática da língua portuguesa – gramática da palavra – gramática da frase – gramática do texto/discurso*. Coimbra: Almedina, 2001.
- LIMA, Maria Claudete Lima. *A voz média no discurso oral do português. Uma abordagem funcionalista*. Fortaleza: UFCE, 1999. Acesso em: 24/04/2006. Disponível em [www.filologia.org.br/revista/artigo/7\(23\)02.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7(23)02.htm).
- LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 9. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & CIA, 1963.
- LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. Trad. Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Nacional, 1979.
- MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: Dionísio, Ângela Paiva (org.) *Gêneros textuais & ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- MATEUS, M.H. Mira et alii. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. revista e ampliada. Lisboa: Caminho, 2003.

MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1948.

MENDIKOETXEA, Amaya. Construcciones inacusativas y pasivas. In: BOSQUE, Ignacio e DEMONTE, Violeta. *Gramática descriptiva de la lengua española*, v. 2. Madrid: Espasa Calpe, 1999.

MONTEIRO, José Lemos. *Subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: EUFC, 1994.

NASCENTES, Antenor. *O problema de regência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1967.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Língua padrão, língua culta, língua literária e contrato de comunicação. *Cadernos do Congresso Nacional de Lingüística e Filologia*. 7(10): 83-93. Rio de Janeiro. 2004 [ISSN: 1519-8782]

OLIVEIRA, M.R.; VOTRE, S.J. *Resenha de functionalism and grammar*. DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 13, n.2, p. 331-340, 1997. Acesso em: 13/5/2006. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php> ISSN 0102-4450.

PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1985.

PONTES, Eunice. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática, 1986.

SABAJ, Omar. *Estudio crítico comparativo: La ergatividad, posibles aplicaciones para el análisis textual*. Rev. signos. [online]. 2002, vol.35, n.51-52, p.231-241. Acesso em 11/07/2007. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/scielo.php>>.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1997.

SAUTCHUK, Inês. *Sintaxe: eixo da textualidade*. In: Atas do IX FELIN. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. Disponível em:<<http://www.filologia.org.br/ixfelin>>.

SILVA, Augusto Soares. Linguagem, cultura e cognição, ou a lingüística cognitiva. In: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres & Miguel Gonçalves (orgs.). *Linguagem, cultura e cognição: Estudos de lingüística cognitiva*. Vol. I. Coimbra: Almedina, 2004.

SILVA, Gustavo Adolfo Pinheiro. *Pragmática: a ordem dêitica do discurso: as representações do EU e seus efeitos de sentido*. Rio de Janeiro: Enelivros, 2005.

SILVA NETO, S. da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença/INL, 1992.

VAN VALIN Jr., Robert D. e WILKINS, David P. The case for 'effector': Case roles, agents, and agency revisited. In: SHIBATANI, Masayoshi e THOMPSON, Sandra A. (eds.) *grammatical constructions: their form and meaning*. New York: Oxford University Press, 1999.

ANEXO I - FRAGMENTOS DOS CONTOS INFANTIS

A

Na festa, todos olhavam para Lurabilla, era a mais bonita, e as outras mulheres morriam de inveja dela. Tudo observava Lurabilla, dançou bastante, conheceu um lindo rapaz, o mais belo da

B

cidade e Danúlia foi feita de empregada em seu lugar por sua mãe. Durante um tempo, a madrinha viveu sozinha e feliz, foi à festa e também que viveu os dias.

C

Foi quando Danúlia viu seu grande amor pela primeira vez, um lindo rapaz de família rica que estava interessado em comprar terras e quando viu Danúlia ficou apaixonado. A mãe viveu um belo dia a comemoração de Danúlia, o lindo rapaz foi convidado.

D

Em uma pequena casa no interior de uma grande cidade nasceu uma linda gatinha, branquinha de tudo e com lindos e amarelados olhos azuis. Naquele instante, a alegria tomou conta de todos que aguardavam ansiosamente por aquele momento.

E

Foi, então, a um hotel, onde deixou as malas e saiu, pois queria informações sobre o concurso. Caminhando sem saber onde ir, viu um nome cartaz no qual continha o endereço que ela procurava.

A'

Na festa, todos olhavam para Lurabilla, era a mais bonita, e as outras mulheres morriam de inveja. Ela se divertiu muito, dançou bastante e conheceu um lindo rapaz, o mais belo da festa.

B'

Lurabilla e Danúlia foi feita de empregada em seu lugar por sua mãe. Durante um tempo, a madrinha ficou sozinha e feliz, foi à festa e também que viveu os dias.

C'

Foi quando Danúlia viu seu grande amor pela primeira vez, um lindo rapaz de família rica, que estava interessado em comprar as terras quando viu Danúlia, apaixonou-se por ela. A mãe viveu um belo dia a comemoração de Danúlia, o lindo rapaz foi convidado.

D'

Em uma pequena casa no interior de uma grande cidade nasceu uma linda gatinha, branquinha de tudo e com lindos e amarelados olhos azuis. Naquele instante, a alegria tomou conta de todos que aguardavam ansiosamente por aquele momento.

E'

Foi, então, a um hotel, onde deixou as malas e saiu, pois queria informações sobre o concurso. Caminhando sem saber onde ir, viu um nome cartaz no qual continha o endereço que ela procurava.

F

Pedro chegou nesta hora e muito desajeitado, tropeçou no vaso de planta e derrubou o sapato no chão cheio de terra.

F'

Pedro chegava nesta hora e muito desajeitado, tropeçou no vaso de plantas e o sapato caiu todo sujo de terra.

G

Pedro o limpou e tocou a campainha. Quando a empregada abriu a porta, ele viu Isabela com os olhos cheios de água.

G'

Pedro o limpou e tocou a campainha. Quando a porta se abriu, ele viu Isabela com os olhos cheios de água.

H

Timão era muito triste pois seus irmãos e parentes zombavam dele constantemente devido ao problema genético que acompanhava desde o nascimento. Os dias foram passando e ficava mais grave o problema, enquanto todos brincavam, riem, comem, conversavam, Timão estava cada dia mais solitário e desgostoso.

H'

Timão era muito triste pois seus irmãos e parentes zombavam dele constantemente devido ao problema genético que acompanhava desde o nascimento. Os dias foram passando e o problema agravava-se, enquanto todos brincavam, riem, comem, conversavam, Timão estava cada dia mais solitário e desgostoso.

I

meninas fazendo a maior bagunça no parque, sorriu perto dos meninos e desejou ser feliz e alegre como aqueles meninos, e para sua surpresa aqueles estranhos não debochavam do seu problema físico.

I'

meninas fazendo a maior bagunça no parque, sorrimos e desejou ser feliz e alegre como aqueles meninos, e para sua surpresa, aqueles estranhos não debochavam do seu problema físico.

ANEXO II - FRAGMENTOS DAS CRÔNICAS

J

esperando mais de uma hora a proximidade. De repente, ^{ficou} ~~o céu ficou~~ e começaram a chover muito forte. Logo tudo ficou atarefado. Finalmente

M

Ele acordou às 8 horas, levantou sonolento e foi ao banheiro. Escovou os dentes, Kadu estava com tanto sono que acabou obstruindo o bota-vento onde ficavam as escovas de dente. Quando caiu no chão, o "Botão" quebrou, ele juntou os cacos e jogou fora, e terminou de escovar os dentes.

O

passa ao lado. Quando a corda, e por causa do despertador, levanta, escova os dentes, liga o secador de cabelo, quando se entorna o suco na capa, quebra-se um vaso ou abre a janela, tudo, tudo isso faz barulho, mas esses tipos ainda são aceitáveis, pois são inevitáveis.

Q

e ali abriu-se uma caverna... Quando entraram,

L

peito. O ônibus parou ali para sair um pé d'água. Então e mais

N

do sinal até quebrar, quando se parou. Então lentamente o sinal abriu, um meio de transporte (FIAT) estacionou, abriu-se a porta e saiu uma pessoa com uma deficiência física semelhante ao do meu colega (Daniel). Ele

P

transporte (FIAT) estacionou, abriu-se a porta e saiu uma pessoa com uma deficiência física semelhante ao do meu colega (Daniel). Ele

ANEXO III - FRAGMENTOS DOS EDITORIAIS (ESCOLARES)

R

Em cada nova eleição, o povo sente os ânimos renovarem. Promessas e mais promessas são feitas. A população devia ficar mais atenta e saber reparar as coisas. Contudo as repetições quebraam-se sem que ninguém faça nada para mudar esse quadro.

S

É muito fácil ser político no Brasil, principalmente, devido aos brasileiros, pessoas pacatas e amorosas, que não cobram clareza na análise das contas do governo. Não há prestação de contas. Além disso, os cofres públicos abrem-se e todos se acham no direito de invadi-los. É preciso que ambos os comportamentos mudem; assim, o Brasil ainda terá chance de se reerguer.

T

Infelizmente a falta de caráter de nossos governantes ao permitir que os cofres públicos sejam invadidos, juntamente com a falta de caráter de tanta corrupção política, em seguida, estão em atitude de quem não quer se posicionar-se diante de todas as falcatruas denunciadas!

U

Infelizmente contra governo e seu governo a atitude dos homens da política é a mesma: roubar, roubar e roubar. Esse, de fato, é o país da impunidade. Os ladrões de colarinho branco assumiram o poder, compraram votos, fizeram acordos e... o dinheiro público entrou-se. Não há como lutar contra as falcatruas.

V

DIANTE DO DESCARNEAMENTO DOS GOVERNANTES, NÃO NOS RESTA ESTA TRISTE CONSTATAÇÃO: OS COFRES PÚBLICOS ABRIAM-SE E ENTÃO SE E, CONSEQUENTEMENTE, O PAÍS QUEBRAR! QUE DIZIA!

X

Não só no Brasil, a corrupção está generalizada. Em toda a pátria, a política quebra-se: não tem mais legitimidade. Não há mais valores humanos, como respeito, solidariedade e confiança. O que falta para mudarmos isto?

Z

O problema não começou recentemente. 2002 já era sinal de tudo para acontecer. A temporada de corrupção abriu e com ela se abriu do trabalho quebra-se. Esperamos os crimes dos próximos capítulos!!!

ANEXO IV - FRAGMENTOS NÃO-ERGATIVOS

- CRÔNICAS -

perdemos 3 horas com ela se arrumando, onde já se viu se arrumar para ir a praia. Quando pensei que ~~estamos~~ ^{estamos} partir, ela entrou a vidro de protetor no chão, mais ~~choreando~~ ^{choreando} reclamando, limpando e indo no farmácia comprar outro.

Chegando no praia, finalmente perdemos ^{trinta} 30 minutos tentando achar um lugar para sentar, quando, de repente, minha esposa começa a quebrar o barraco com um canivete, tive pena dela, passando a momento, ela decidiu ir embora, pois o vento, o sol, a água, a areia e

rengue no final da sua uma partinha. Ele ficou com um pouco de medo de ir até a ^{abrir} porta, mas logo tomou coragem. Essa porta que ele teve que abrir, ^{ou abria?} (dentro) dela havia uma passagem para a Terra Encantada. Lá existia um ~~labyrinth~~ ^{labyrinth} ~~que~~ ^{que} ~~era~~ ^{era} ~~uma~~ ^{uma} ~~das~~ ^{das} ~~passagens~~ ^{passagens} ~~para~~ ^{para} ~~o~~ ^o ~~castelo~~ ^{castelo}.

Existia uma lenda de que quem entrasse no castelo e conseguisse quebrar a estatua de um homem, poderia fazer um desejo. Então, Daniel e as outras crianças ~~elaboram~~ ^{elaboram} um plano para entrar no castelo a noite, e ~~se~~ ^{se} por acaso a Sombra aparecesse, eles iriam enterrar a água benta nele. Quando escureceu, eles saíram do bosque onde brincavam, foram até o castelo. Chegando lá, eles tiveram que quebrar um espelho para poderem entrar. Subiram devagarinho as escadas e foram até o sótão. Lá eles conseguiram quebrar a estatua. De repente, uma ~~coisa~~ ^{coisa} surgiu, de

Chego as banheiro, abro a torneira afirm de fazer minha higiene. Após um longo momento de suspense me pergunto: onde está a água? Neste instante, com a força bruta dada do sono, acerto um chute na torneira, quebrando-a.

Já na ausência da água, encho um balde, mas, ainda embriagado de sono, acabo deixando-o entornar e molhando minha mão sem lavar.

Neste momento, vejo meu irmão entornar o café. Desisto de comer, pois já estava atrasado.

Após uma leve comida até o ponto, vejo o ônibus lotado, entornando quinta por seus já meus quebrados, sem escolhas, tive que ir mesmo nessas condições para mais um dia

O pinal bateu; fim de jogo. Vitória! Os meninos
 saíram da quadra todos felizes e suados, né! Mesmo daquele
 jeito, imundos, nós não tinhamos outra coisa a fazer a não
 ser abrir os braços para eles e dar os parabéns. Que bom!
 Pelo menos não quitamos à toa!!!

Em um sábado, resolvemos quebrar
 a rotina e ir de praia todos juntos
 uma vez de amigos comemorando,

visando se o filme via de férias e
 mas por visados começaram por sua
 a soli pedir para cabi eira a
 lata, e ela acabou interrompendo tudo
 em sua toalha, o pino foi a corda
 que saiu roluca com chiclete
 quidade na sua toalha e saiu,
 vindo um pouco. *2

Tem dois anos que se reintegram a vida
 tentam, mas não conseguem parar de ir estados
 uma finta com seus amigos. É sempre a mal
 uma coisa, sempre qual tenta fazer, uma das
 parte afeta meu país e vale aquela vontade
 leuca de abrir mais uma operação, a Cátia.

No dia seguinte, acordei deslumbrado a não
 2 aquela luz onde fosse tantos dias ruins,
 3 relatando coisas, abris do que opelas e entram
 4 Cátia.

cair e acabou interrompendo tudo devido ao susto. Elas resolveram
 então se acomodarem num cantinho do campo. Quando acabaram
 de acurrar tudo e iam começar a comer a bola foi em dire-
 ção a elas e tão forte que interrompeu a água em uma das bri-
 cetas e quebrou o copo de uma idela, que ficou tão inebria
 que não queria deixar a bola. Um operdo veio e eles come-
 çaram a discutir, ele então abriu sua operação e jogou tudo
 a água na cabeça idela. A briop então piou, mais meninos vi-
 xam seus satisfações com elas e tão inebrias abris a cesta
 e jogaram todos os salgados em cima deles. Os meninos resd-
 ueram se embora, pois vão ia das em vão toda aquela com
fosse, mas antes um idelo chutou a bola com tanta força que
acabou quebrando o mariz, de seu amigo, os meninos se re-

quem estava mais nervoso, se eram os meses amenos, ou os da dor. Tá, mas a bola violava e a gente não podia! Só depois de tantas reclamações históricas mesmo, aconteceu. Daí todos os membros abulados um grande e aqueles jovens de quem acabava de colocar o time à frente do placar.

E foi assim, bastou isso, como antídoto, com um ar de

Depois disso, Marina sumiu novamente.

De duas uma, ou o hábito não melhorou, ou ela se quebrou toda e não pode sair da cama.

Um mês depois, Marina apareceu lá no colégio com uma atadura na clavícula.

- Ué, quebrou a costela?

Não é um entorsement.

era a melhor atitude a ser tomada: ter eu não a criança. saindo de lá, não conseguia abrir a porta do carro, estava atordoada, suava frio, nem conseguiu beber a água que sua mãe havia comprado, não satisfeita, conseguiu entrar no tudo no banco e quebrar o vidro da janela. Ao ouvir seu celular tocar, pediu para sua mãe abrir a bolsa, estava tão nervosa que entorpecou todo seu perfume francês e quebrou seu celular.

Por onde ela passou, deixa sua marca, seja por qualquer coisa porque quebra algo, ou abria alguma coisa que não devia, ou entorpecou bebida na boca de alguém.

- Mas por que não?
- Minha filha, porque você quebra tudo.
- Mãe, eu prometo que não vou fazer isso.

pisar, brincar, jogar bola, etc. Até que lá e abre o queixo e entorna sangue para tudo qual que lado - C

Corremos desesperadamente para tentar impedir o desastre, mas quando chegamos ao lado de Mônica, era tarde demais, ela já havia aberto um pacote e abocanhado com toda vontade aquela montanha de comida comprada. O mal estava feito.

me sentindo mal. Quando eu penso em abrir a boca sai um cheiro terrível! Parece que enterraram um balde de esgoto na minha boca!

— Não, não! Já fui até no médico e não souberam o que era! Só enterraram meio litro de Sioterine na minha boca...
www.dallec.com.br

CO DA PASSAGEM, ENTÃO A MULHER ~~DEU~~ DEU GIACCO REAIS, O MOTORISTA PAROU NO PONTO E ABRIU A PORTA PARA KADU DESCER. ERA UM LUGAR COM POUCAS CASAS E O CHÃO DE TERRA BATIDA. A PLACA DO PONTO ESTAVA NO CHÃO, ENTÃO KADU A LEVANTOU. PERISTA.

CHEGANDO AO TREVO DE ARRAIAL, ELE ABRIU UM SUCO PARA BEBER. O MOTORISTA SEGUIU RETO AO INVÉS DE VIRAR PARA A DIREITA QUE ERA O CAMINHO DE SÃO PEDRO, KADU ENTORNOU TODO O SUCO QUE ESTAVA BEBENDO, ENTÃO ELE PERGUNTOU PARA ONDE IA AQUELE BRIGUS, O MOTORISTA DISS E QUE IA PARA BAIÃO DE FERRO, (ELE) Kadu

— Não, não! Já fui até no médico e não souberam o que era! Só enterraram meio litro de Sioterine na minha boca...

- EDITORIAIS (escolares) -

Mas acabam rindo,
do povo, enquanto
lentornam whisky, abrem
contas na Suíça, enfim
estandam o dinheiro
que não é deles.

É a própria população
que permite que os
governantes quebrem
as leis e não pro-
testa, não vai à
luta e não faz
valer seus direitos.

roubam descaradamente o dinheiro públi-
co e mais uma vez abrem seus cofres
em paraísos fiscais para ~~entornar~~ ~~entornar~~ ~~entornar~~ ~~entornar~~ ~~entornar~~
impostos pagos com tanto sacrifício. Este
dinheiro que seria para uma saúde, educa-
ção e segurança melhores são gastos com
utilidades.

Quando há quebra de rigidez, alguns
negam insistentemente, chegando ao ins-
tante, se negando a abdicar seu cargo.

romântico espetáculo com um trágico e desastrososo
final. Abriam-se as cortinas! Que espetáculo comico!
Eis os magicos com um número espetacular, "Os gover-

Abre o jornal e depara-se
com coisas eicitas eboquentes do
governo é algo banal, pois este
tipo de situação é tão frequente
que se tornou comum para os
brasileiros de todas as classes e
raças.

Os políticos quebram qualquer
forma de conduta que pré-dispo-
nha de ética e moral. Enquanto
há pessoas que passam fome
eles entornam taças e mais taças
& bebidas caras.

Os denúncios são feitos entre eles
através de contas bancárias que
os políticos abrem no exterior.

Enquanto os políticos ficam a esperar
 o choro e a dor, a abrir as culcas para
 exardes dinheiro, há mendigos nas ruas e
 estas estor cada vez mais deturpadas.

Esse dinheiro que via para ajudar as pessoas mais neces-
 sitadas e que dependem disso para se alimentar e ali-
 mentar sus filhos, está servindo para uns políticos que
 vem festa, interacem bebida e esquecerem os problemas
 do país, só que nós dependem disso para viver.

Infelizmente os políticos abrem oportunidades para a
 população quando está chegando perto de eleições, pro-
 metem tanta coisa e na hora que é para cumprir,
 a população quebra a cara e aí sim percebe que foi
 mais um golpe dum político para ganhar votos.

ANEXO V – EDITORIAIS

O GLOBO E JORNAL DO BRASIL

JORNAL DO BRASIL

Uma certa esquerda fora do lugar



Ricardo Antunes,
sociólogo

QUANDO RECEBI do **Jornal do Brasil** o convite para escrever uma coluna quinzenal, vi-me frente a uma vontade antiga, ou seja, realizar sistematicamente o que sempre fazia de modo esporádico. Tratar de temas da vida cotidiana, das armadilhas da política e das dominações, oferecendo um modo de ver, pensar e refletir sobre nosso país, sobre o nosso mundo, sobre nossas questões vitais.

Uma esquerda fora do lugar, livro que acabamos de publicar pela Editora Autores Associados, é o resultado de dois anos de colaboração sistemática no **JB**.

Fica sempre uma dúvida quando são publicados posteriormente textos que foram redigidos para um momento muito particular. Escrever para a imprensa parece tarefa que se esgota em si mesma, a cada artigo publicado. Muitos já disseram que o jornal, no dia seguinte, serve para embulhar peixe. Isso porque são artigos freqüentemente marcados

pelo imediatismo e contingência, melhor compreendidos em seu ato de publicação.

Resta, então, uma pergunta: será que aquilo que foi concebido como uma publicação mídua, pode adquirir um fôlego um pouco maior, permitindo, desse modo, que o acompanhamento de temáticas cotidianas acabem por confor-

O governo Lula pode ser considerado como uma espécie de Getulismo às avessas.

mar um conjunto mais abrangente e reflexivo? Os leitores e as leitoras é que poderão responder.

Uma esquerda fora do lugar trata dos dilemas da política contemporânea, oferecendo uma fotografia do governo Lula e dos (des) caminhos do Partido dos Trabalhadores. Findo o governo que foi

eleito para mudar o país, a constatação que se pode extrair é de que há muito mais elementos de continuidade do que de descontinuidade em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso.

Os exemplos são diversos. A política econômica se manteve intacta, acentuando em muitos pontos o que foi iniciado na era FHC. A dependência estrutural aos capitais financeiros se acentuou. A concentração da propriedade da terra se manteve inalterada. A produção de transgênicos foi liberada. Deu-se a privatização da previdência pública e as políticas sociais foram a repetição (e ampliação) de um assistencialismo que exclui da política a classe trabalhadora.

O triste espetáculo da corrupção política que atingiu o governo em seu âmago — o chamado mensalão — arrastou, então, as últimas esperanças dos eleitores que achavam que o governo Lula ainda pudesse trazer alguma mudança para o povo brasileiro.

Sua maior engenharia política foi, então, implementar a feliz confluência entre os interesses do mundo financeiro (que nunca acumularam tanto) com a cúpula do chamado sindicalismo de negócios, que se apoderou dos fundos públicos. E na base mais miserabilizada, oferece uma bolsa familiar, um tipo de esmola para os pobres, que despolitiza os trabalhadores, ao invés de reconstruir o país quase todo dilacerado. Nesse sentido, o governo Lula pode ser considerado como uma espécie de Getulismo às avessas.

Em tempo: Heloísa Helena acaba de atingir os dois dígitos nas pesquisas. Como tem dito algo muito distinto do que dizem os demais candidatos da ordem, ainda tem muito espaço para crescer. Sua diferença é tratar de questões essenciais, vitais, sem escamotear. Além de levar a eleição para o segundo turno, Heloísa começa a se credenciar para estar dentro dele. O PT e o PSDB têm por que se preocupar.

(*Jornal do Brasil*, 25/07/06, p. A11)

IPCA-15 registra deflação de 0.02%

Em 12 meses, índice acumula taxa de 3,89%, abaixo da meta de inflação

Fabiana Ribeiro

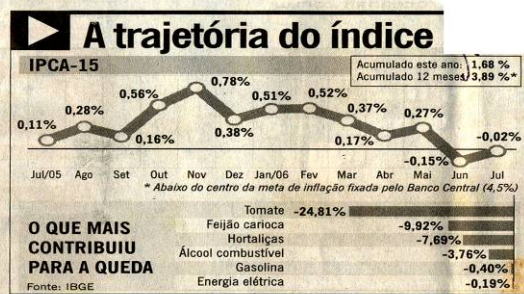
Os alimentos continuam a pesar menos no bolso do brasileiro. Com isso, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) caiu 0,02% em julho, completando dois meses consecutivos de deflação. Em junho, a taxa fora de -0,15%. No ano, o índice ficou em 1,68% e, nos últimos 12 meses, acumula variação de 3,89% — bem abaixo do centro da meta de inflação fixada pelo governo (4,5%). As informações foram divulgadas ontem pelo IBGE.

Os alimentos apresentaram queda de preços semelhante à verificada no mês passado — de -0,40% para -0,44%. Destaque para tomate (-24,81%), hortaliças (-7,69%), carne-seca (-4,28%) e carnes (-0,85%). Houve, porém, algumas altas: alho (8,79%) e arroz (3,19%).

IPCA de julho pode surpreender mercado

Além de contribuir para a deflação do IPCA-15, os alimentos influenciaram o resultado do Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) na cidade do Rio. Ele ficou em -0,07% na apuração realizada na terceira semana de julho.

(*O Globo*, 26/7/06, p.17)



Na segunda semana, a taxa fora de -0,18%. Assim divulgou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O preço dos combustíveis, por sua vez, caiu menos do que no mês passado, deixando de exercer forte influência para baixo no IPCA-15. Ainda assim, o álcool ficou 3,76% mais em conta e a gasolina, 0,40%.

Na avaliação do analista Marco Antônio Franklin, da Plenus Gestão de Recursos, o mercado pode se surpreender com o

IPCA fechado de julho. Para ele, o índice pode registrar variação entre 0,0% e 0,10%.

O mercado projeta um índice de 0,20%. Mas pode haver uma diminuição da deflação, em especial em artigos de alimentos, bebidas e combustíveis. A inflação deve ficar muito próxima de zero.

Franklin lembra que o IPCA-15 de julho é o último índice divulgado pelo IBGE com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 1995-1996.

As próximas apurações serão calculadas a partir da POF realizada em 2002-2003. Para o economista, a mudança pode contribuir para sustentar a inflação nesse patamar baixo.

— Alguns itens que, provavelmente, subiriam de preços passam a pesar menos. É o caso dos alimentos. Além disso, o álcool terá seu peso reduzido à metade.

Inflação sob controle permite nova queda de juros

Por outro lado, alguns itens em queda de preços ganham maior participação no índice, lembra o economista.

— Um deles é o vestuário, que está num momento de liquidação. A telefonia também ganha peso na apuração e, nesse mês, está em redução.

A inflação sob controle permite projeções otimistas para o fim do ano. Franklin espera que a inflação de 2006 fique em 3,70%, já considerando um possível reajuste de combustíveis. Uma variação abaixo da meta fixada pelo governo.

— Esse cenário cria condições para uma continuidade da trajetória de queda de juros de, ao menos, 0,25 ponto percentual — espera o economista. ■

OPINIÃO

Pano de furo

Começam a ser feitos alguns esboços de propostas de programas de governo tanto pela aliança PSDB-PT quanto pelo PT, num sinal de que a campanha poderá começar oficialmente em outro patamar, com os principais candidatos, Lula e Aécio, debatendo projetos para o país. Mesmo que sejam inevitáveis estocadas nas vulnerabilidades éticas do governo Lula, o embate eleitoral será tão mais produtivo quanto mais espaço houver para o choque de análises, críticas objetivas, a defesa de medidas e a forma de transformá-las em realidade.

Campanha eleitoral é território livre para o aceno de boas intenções, mesmo as inviáveis. Mas a vida real estará sempre à espera do vencedor nas urnas, a desafio a executar tudo aquilo que prometeu. Dessa vez, aguarda o novo presidente uma difícil situação fiscal, agravada pelos últimos meses de ganância deflagrada pelo governo Lula com nítido objetivo eleitoral. A fragilização política com a consequente saída do ministro Antonio Palocci criou espaço no Palácio do Planalto para defensores da abertura dos cofres públicos como estímulo ao crescimento — po-

no passado. Entende-se que campanha não seja a ocasião adequada para o anúncio de cortes de gastos. Mas queriam ou não os políticos, eles terão de ser feitos, sob o risco da volta da inflação e a decorrente perda de fôlego da atividade econômica. Geraldo Alckmin, num extenso discurso pronunciado no domingo, em Belo Horizonte, na convenção tuca-na que formalizou sua candidatura, fez referências genéricas a problemas fiscais. Nenhuma palavra sobre o nó da Previdência. Compreende-se.

No dia seguinte, o PT, ou seja quando o presidente do partido, Ricardo Berzoini, ao falar do futuro, descartou qualquer reforma na Previdência (INSS), considerada necessária pelo próprio presidente Lula. Os benefícios previdenciários devem crescer este ano preocupante 0,3% do PIB, e estão numa trajetória explosiva.

Aguarda o próximo presidente uma difícil, mas inevitável, agenda para conter o crescimento dos gastos correntes, entre os quais se incluem os previdenciários. Há uma década essas despesas cresceram acima do PIB. E não há mais como aumentar impostos para financiá-las. Eis a questão central dessas

Aguarda o próximo presidente o risco de uma crise fiscal

Chance ao Rio

Em um ato simbólico, será lançada hoje pelo presidente da República a pedra fundamental do complexo petroquímico que a Petrobras e investidores privados deverão construir, com o funcionamento previsto para a próxima década, no município de Itaboraí, região metropolitana do Rio.

Antes mesmo de entrar em produção, esse novo complexo petroquímico se constituirá em grande oportunidade para revitalizar segmentos de engenharia, envolvendo projetos e consultorias, que já foram representativos na economia do Rio e quase desapareceram nos últimos anos.

Além disso, é necessário que se comece a pensar na preparação da mão-de-obra especializada que trabalhará no pólo petroquímico, evitando que os empobrecidos municípios da região tenham seus problemas agravados pela chegada de mais pessoas de baixa renda que podem se deslocar para lá na esperança de emprego.

Esse novo complexo petroquímico vem na esteira de outro empreendimento importante, o pólo químico de Duque de Caxias, considerando-se o expressivo

valor que se vai adicionar à produção de petróleo pesado extraído do litoral fluminense, tudo levando a crer que a arrecadação do estado e da maioria dos municípios se fortalecerá, revertendo uma situação que se tem mostrado preocupante.

Nos últimos três anos, a receita de ICMS do Rio de Janeiro ficou abaixo da prevista e a participação do imposto também diminuiu percentualmente no total da arrecadação. É claro que os royalties do petróleo vêm aumentando seu peso relativo nos recursos do Tesouro estadual — o que é explicado pela entrada em produção de novas plataformas gigantes na Baía de Campos — mas não se compreende a perda de posição na arrecadação de ICMS. Audi-

tores da Secretaria atribuem esse enfraquecimento a uma grande sonegação por parte de empresas — conforme publicou O GLOBO no último domingo — o que merece apurada investigação. No entanto, é também provável que essa perda se deva a fatores estruturais derivados da elevada carga tributária instituída pelo estado e por fatores que ainda persistem decorrentes do esvaziamento da economia fluminense.

Complexo petroquímico amplia oportunidades para o estado

(O Globo, 21/6/2006, p.6)

Editorial

MEIO AMBIENTE

A agonia da Baía de Guanabara

ESTARRECEDORES OS NÚMEROS revelados no **Jornal do Brasil** de domingo sobre o fracasso do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. O descompasso entre volume de dinheiro despejado em águas cada vez mais sujas e o naufrágio do projeto concebido há mais de 10 anos configura um dos incontáveis exemplos de como o país desperdiça recursos públicos, despreza o meio ambiente e trata mal a mais bela cidade do mundo. Intrigas políticas, desvios de dinheiro e incompetência — mostrou a reportagem de Joana Dale — ajudaram o Rio de Janeiro a contabilizar um monumental prejuízo financeiro e ambiental.

Foram 12 anos de investimentos, mas apenas 25% da área está limpa. Dos R\$ 2 bilhões previstos no projeto

O programa de despoluição da baía é, no fundo, um grande projeto de saneamento, atribuição da estatal. Convém insistir no que já alertara em editoriais anteriores: alvo de disputas políticas que pouco têm a ver com os serviços que deveria prestar à população, a empresa de águas apresenta hoje uma rede obsoleta, tem limitada capacidade gerencial e está estrangulada por dívidas. Somados, esses problemas amplificam as evidências de que o Rio está dedicando pouco tempo e muito dinheiro para vencer a batalha ambiental.

Estimativas sugerem que seriam necessários US\$ 20 bilhões e mais duas décadas de trabalho intenso para a despoluição da baía sair dos sonhos fluminenses e tornar-se em

suma o dobro. Enquanto isso, os 380 quilômetros quadrados da baía agonizam. Simultaneamente, as favelas cresceram à volta. Há estatísticas desastrosas a exibir. Diariamente, por exemplo, são lançados nas águas mais de 1,7 milhão de toneladas de esgotos, o equivalente a um Maracanã lotado de resíduos, e 1.500 toneladas de lixo. Quando iniciado, 12 anos atrás, o programa de despoluição pretendia tratar, em seis anos, metade do esgoto da baía.

O resultado mostra como uma das prioridades do Rio foi abandonada pelo Estado. Pior: os fluminenses não esqueceram, mas resolveram deixar para lá. A começar pelos governos. A última iniciativa para desfazer a tragédia em que a baía se transformou foi do ex-governador Anthony Garotinho, que anunciou a solução por meio do Banco de Desenvolvimento do Japão. Erros, burocracia e entraves políticos explicam os tumores radiografados pelo JB.

Como sugeriu o ambientalista Roberto Félix, ex-presidente do Instituto Estadual de Florestas, parte da culpa pelo atraso cabe à Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae).

Uma das tarefas é saber onde foram parar os recursos desperdiçados nos últimos anos

Há, contudo, tarefas imediatas a cumprir. Uma é saber onde foram parar os recursos desperdiçados no projeto nos últimos anos. Ressalte-se a bem-vinda iniciativa do Ministério Público estadual, que pediu ao governo do Estado um cronograma detalhado da execução das obras.

Convém rever o modelo de gestão da política ambiental — uma sucessão de equívocos que começa no governo federal, segue pelas administrações estaduais e esbarra na desatenção das prefeituras. O mesmo jogo turva os caminhos que levarão à limpeza da rede de lagoas do Rio — a começar pela Lagoa Rodrigo de Freitas. O volume de lixo, detritos e doenças é incompatível com o tamanho da população envolvida no entorno da Baía de Guanabara e com a exuberância deste cartão postal que o país insiste em maltratar.

(Jornal do Brasil, 25/7/06, p. A10)

OPINIÃO

Vazio parlamentar

Os percalços na tramitação de projetos no Congresso aumentaram desde a explosão do escândalo do mensalão, há um ano. A coincidência de duas CPIs, a dos Correios, instalada a partir das denúncias de Roberto Jefferson, e a dos Bingos, juntou-se à antecipação da campanha eleitoral e passou a travancar a negociação parlamentar em torno de propostas de leis.

Adicione-se ao problema a voracidade com que o governo Lula legisla por meio de medidas provisórias, causa de constantes bloqueios na pauta de votação em plenário — como nos últimos três meses na Câmara dos Deputados, paralisada por MPs não votadas.

Se há projetos que sequer deveriam existir, como o de mais uma investida contra os cofres públicos, desta vez por um plano de cargos e salários para o Judiciário, há outros de extrema importância. Caso da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, um passo na direção da desburocratização em prol do empreendedor que mais emprega no país. O mesmo ocorre com o pacote de mudanças na legislação penal votado a toque de caixa pelo Senado enquanto

re de atentados do Dandim, o organizado. O conjunto de projetos chegou à Câmara e entrou numa fila que não anda. Novas rebeliões em presídios já eclodiram no estado, o mesmo aconteceu no Espírito Santo, e a Câmara continua sem aprovar alterações legais que podem ajudar as autoridades a conter o avanço da criminalidade dentro e fora das cadeias.

Outro caso preocupante é o Fundeb, o fundo de apoio ao ensino básico, estacionado nas gavetas do Senado. E como o Fundeb, do ensino fundamental, será extinto por lei este ano, há o risco de não haver repasses para o setor. Significará o fechamento de muitas escolas públicas de ensino básico no país em 2007. A situação se agrava com a proximidade do início oficial da campanha, quando o Congresso normalmente começa a se esvaziar.

Há quem diga que se depender do governo o ano legislativo já acabou. Com o presidente bem situado nas pesquisas eleitorais, um Congresso inerte seria menos uma fonte de problemas, além de funcionar como pára-raios do mau humor da opinião pública.

Esse exercício de tosco maquiavelismo esquece que o país precisa

Congresso
inerte
causa sérios
prejuízos
ao país

'Tivemos problemas de clima', diz Zuanazzi

Foi preciso reduzir ritmo

Os atrasos registrados nos aeroportos de São Paulo, de acordo com o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi, não tiveram relação com o controle de tráfego. Ele também culpou os ventos fortes, que prejudicaram o movimento de aviões em Congonhas. Por segurança, foi necessário diminuir o ritmo de pousos e decolagens, segundo Zuanazzi.

— Tivemos problemas de clima provocados por ventos fortes. Além disso, o aeroporto de Congonhas fecha às 23h, e o atraso fica para o outro dia — disse.

Outro problema que Zuanazzi considera resolvido é o da proibição da BRA de fazer vôos internacionais. A nova malha da empresa, com vôos domésticos, deve ser anunciada hoje. A Anac não quis revelar quais foram os problemas identificados na empresa, mas Zuanazzi afirmou que os aviões em operação cumprem as normas de segurança.

— Essa nova malha deverá ser feita de acordo com o número de aeronaves disponíveis, para que a BRA possa cumpri-la integralmente. Hoje eles só têm dois aviões 767. À medida que eles tiverem mais aeronaves que fazem vôos internacionais, vamos liberando esses vôos. Quanto aos usuários que já compraram passagens, a BRA assumiu a obrigação de transportá-los em vôos congêneres e fretados — explicou o presidente da Anac.

(O Globo, 22/6/2006, p.6)

(O Globo, 24/10/07, p.5)

TEREZA CRUVINEL

PANORAMA POLÍTICO • de Brasília

A dúvida até o fim

• A tendência declinante dos índices eleitorais do presidente Lula e o crescimento de seus concorrentes apontam para o segundo turno. Outros fatores, entretanto, podem fazer com que a dúvida e a agonia de todos sobre a ocorrência ou não do segundo turno só terminem no próprio dia 1º de outubro. É o que acha o diretor-presidente do Ibope, Carlos Augusto Montenegro.

Diferentemente do que vêm sugerindo diversos analistas e até os próprios tucanos, Montenegro acha que, se o segundo turno se confirmar, será por conta do crescimento do candidato Geraldo Alckmin, e não por obra e graça da candidatura Heloísa Helena, cuja subida pode ter sido uma bolha que já estaria já murchando. Beneficiada pela cobertura jornalística sobre os candidatos, a partir do início oficial da campanha, ela chegou aos 10% na pesquisa Datafolha. Mas o Ibope, diz Montenegro, captou apenas 8% de intenções de voto para a senadora. Embora não seja possível assegurar, pode ser que o Ibope tenha registrado o refluxo da onda. A pesquisa foi a campo logo depois que ela, recém-descoberta por grandes parcelas do eleitorado, mostrou uma face agressiva que pode ter desagradado.

Se foi uma barriga que já está voltando, o segundo turno passa a depender do crescimento de Alckmin. A isso soma-se a solidez dos votos do presidente Lula para termos uma prolongada incerteza sobre a declinação da eleição em primeiro ou no segundo turno — diz

(O Globo, 27/07/06, p.2)

porque conseguiu agregar parcelas da classe média e das massas pobres. Era absolutamente hegemônico até o estouro da crise, com a qual perdeu seus eleitores originais. Mas, em compensação, conquistou de forma muito firme o apoio dos mais pobres.

Para esses, a vida mudou como se o PIB estivesse crescendo a 8%, 10%, em níveis chineses. E não só a Bolsa Família e os programas sociais seguraram Lula entre os pobres. Há os que não recebem ajuda do governo mas estão podendo comprar mais comida, que nunca foi tão barata; os que estão reformando a casinha com o cimento barato; os que realizaram um sonho de consumo graças ao crédito consignado. Estes não têm nada contra Alckmin, um candidato de boa imagem, mas não querem perder a situação que os favoreceu — diz Montenegro.

Estes são muito mais numerosos. Contra Lula existe a questão ética, que ganhou novo impulso agora com o caso dos sanguessugas, e será muito explorada pelos adversários no horário eleitoral. Mas os resulta-

Ontem mesmo um dirigente da campanha de Alckmin, o senador Heráclito Fortes, dizia que os tucanos precisam chegar ao segundo turno pelas próprias forças, sem depender do crescimento da senadora.

A mudança na composição do eleitorado do presidente Lula é um desses fatores que contribuem para a incerteza. Se em todas as eleições que ele disputou seus eleitores vinham dos nichos ideológicos de esquerda, da elite sindical e intelectual e dos segmentos politicamente mais exigentes, em 2002 ele ganhou

Montenegro, são incertos. No imaginário popular, a política, como um todo, caiu na sarjeta. Todos os partidos foram atingidos, embora nenhum como o PT, pelo que dizia e pelo que fez. Lula tende a ganhar com isso. Se não há um paladino da moralidade, se não há mais um partido que se distinga, tendem os eleitores a ficar com quem lhes ofereceu coisas concretas. Esta parece ser também a aposta de Lula, que até agora não mostrou empenho algum em reconquistar seus antigos e evitantes eleitores

TEMA EM DISCUSSÃO: *Emprego público*

NOSSA OPINIÃO

Sentido contrário

O primeiro grande trem da alegria depois da redemocratização partiu durante a Constituinte de 1987, quando milhares de funcionários públicos contratados pelo regime da CLT passaram a estatutários. Conquistaram estabilidade e o direito de manter intacto, na aposentadoria, o último salário recebido como servidor ativo. Com isso, os constituintes criaram um peso a mais para o contribuinte.

Naquele tempo, vivia-se ainda sob o signo da necessidade de um Estado forte. Como o Muro de Berlim só cairia um pouco depois, em 1989, esse tipo de ilusão era mais disseminado. Infelizmente, a ilusão ainda existe, e é muito observada em Brasília. Por isso, acaba-se de desengavetar no Congresso emendas constitucionais com espírito idêntico ao da Constituinte que formulou a Carta promulgada em 1988 — uma Constituição em reforma constante, por causa da visão equivocada que permeou a redação de muitos

Tenta-se despachar outro trem da alegria. Nele há terceirizados que seriam efetivados, e transferidos mantidos definitivamente em seus cargos, nos executivos federal, estadual ou municipal. Ao todo, estima-se em 310 mil pessoas o número de passageiros desse novo trem em alegre viagem em direção ao bolso do contribuinte.

Trem da
alegria agrava
o problema do
inchaço do
Estado

Os patrocinadores das emendas não atropelam apenas princípios da boa administração fiscal, mas também regras consagradas em leis, como a necessidade de concurso público para funcionários estáveis.

As emendas terão custos adicionais para o Tesouro, principalmente por mudar o regime de aposentadoria de milhares de pessoas que trabalham como terceirizados e passariam a ter direito a benefícios integrais. Com isso, aumentaria o rombo na previdência dos servidores.

Quando o funcionalismo público federal se aproxima da marca de um milhão de servidores, esse trem da alegria, se partir, agrava

Editoriais

editoriais@uol.com.br

Segunda chance

Lula extingue programa Primeiro Emprego e já vitamina o Projovem, que precisa manter seu foco sobre a qualificação

O PROGRAMA Primeiro Emprego do governo federal surgiu com estrondo e se extinguiu como fracasso retumbante. No lançamento em junho de 2003, a retórica do presidente recém-eleito vinha embalada na formatação mercadológica de programas salvacionistas da campanha eleitoral, e o Primeiro Emprego foi trombeteado como projeto social mais importante da administração, depois do Fome Zero. Lula produziu a enésima frase de efeito, sobre investir em escolas e empregos e não em prisões, mas o projeto teve o mesmo destino do Fome Zero — ineficiência e abandono.

A razão era simples: não havia na base um diagnóstico objetivo, mas uma vontade de resolver problemas estruturais a golpes de prodigalidade estatal. Se jovens de 16 a 24 anos encontravam dificuldades para iniciar-se no mundo do trabalho, bastaria subsidiar sua contratação com repasse de R\$ 1.500 anuais (valor atual) às empresas que se dispusessem a recebê-los e a não demitir outros funcionários por um ano. A expectativa era investir R\$ 188 milhões em 2004 e criar 260 mil vagas por ano. Lula anunciou que seria possível chegar a 500 mil postos.

Oito meses depois, o Primeiro Emprego só tinha levado à con-

tração de um copeiro em Salvador. De lá para cá, apenas 15 mil vagas foram criadas, mesmo depois de suspensa a exigência de interromper demissões. A dotação orçamentária do programa foi minguando, até alcançar R\$ 130 milhões neste ano — dos quais R\$ 20 milhões foram gastos. Diante do desinteresse dos empresários, o Primeiro Emprego terminou enterrado pelo Plano Plurianual 2008-2011 (PPA), que não lhe destina um tostão.

Demorou um bom tanto para o Planalto reconhecer o vício de origem sempre reiterado pelos críticos do programa: o Primeiro Emprego não atacava a verdadeira deficiência, falta de qualificação dos jovens. No final de 2005, o governo pôs em marcha o sucedâneo Projovem, para contemplar moços e moças de 18 a 24 anos sem ensino fundamental completo (oitava série). O conceito era oferecer-lhes bolsa de R\$ 100 mensais para concluírem a formação escolar, com ênfase em disciplinas voltadas para o mercado de trabalho, como informática e inglês.

Com o sepultamento do Primeiro Emprego, o Projovem herdará verbas e expectativas ambiciosas. O PPA destina-lhe R\$ 7,4 bilhões no período 2008-2011, para beneficiar 6 milhões de jovens de 15 a 29 anos. Já se vê que a rentabilidade eleitoral do Bolsa Família faz escola. Num caso como no outro, contudo, a medida do sucesso dos programas estará na sua capacidade de emancipar os jovens e os pobres da dependência, e não de perpetuá-la com donativos de toda espécie.

(O Globo, 10/09/2007, p.6)

(Jornal do Brasil, 01/9/2007, p.A10)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)